

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA PAULA DIAS LORENZETTI

DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO E ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA EXEGESE  
INTERDISCIPLINAR DA LEI 12.318/2010

CURITIBA  
2013

ANA PAULA DIAS LORENZETTI

DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO E ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA EXEGESE  
INTERDISCIPLINAR DA LEI 12.318/2010

Monografia apresentada como requisito parcial à  
conclusão do Curso de Direito, Setor de Ciências  
Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Doutor Eroulths Cortiano  
Junior

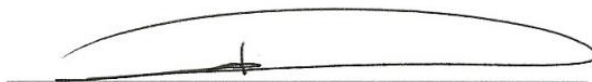
CURITIBA  
2013

## TERMO DE APROVAÇÃO

ANA PAULA DIAS LORENZETTI

### **DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO E ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA EXEGESE INTERDISCIPLINAR DA LEI 12.318/2010**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



*EROULTHS CORTIANO JUNIOR*  
Orientador

\_\_\_\_\_  
Coorientador



*CARLOS EDUARDO PIANOVSKI-RUZYK*  
Primeiro Membro



*JUSSARA MARIA LEAL DE MEIRELLES - Direito  
Civil e Processual Civil*  
Segundo Membro

Dedico este trabalho aos meus pais, por quem tudo alcancei ao aprender a lição sobre o trabalho árduo e a persistência, e para quem tudo devo, ontem, hoje, e sempre.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, ouvinte atento de minhas preces, conhecedor de todos os meandros do meu coração e a quem rendo minhas homenagens e agradecimento por todas as graças concedidas.

Agradeço aos meus pais e a toda minha família que, mesmo distantes, se fizeram tão presentes nesta caminhada.

Agradeço ao esporte, por me ensinar o valor da disciplina e do trabalho com afinco.

Agradeço aos meus amigos, em especial aos fiéis escudeiros: Ana Rafaela Vassel Kosak, Marinês Durigan Sada, Aline Kely de Camargo e Wilian Bartkiu.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Eroulths Cortiano Júnior e à Dra. Ângela Regina Ramina de Lucca, pela paciência e dedicação no meu treinamento, por todo conhecimento transmitido, e por sempre me incentivarem a buscar a excelência em tudo o que faço.

Agradeço imensamente a todos os meus professores, em especial ao Prof. Dr. Carlos Eduardo Pianovski, que gentilmente assentiu com a utilização de algumas das nossas reflexões no nosso Curso de Direito Civil D para elaboração deste trabalho.

Agradeço novamente aos professores. Sem eles, nada ou muito pouco somos.

## RESUMO

Com o fim da união conjugal, a conduta de um dos genitores no sentido de denegrir a imagem do outro perante os filhos e atuar de modo a prejudicar a convivência das crianças com aquele que deixou o lar é bastante conhecida e recorrente. Apesar disso, só recentemente o Brasil editou uma lei que coíbe especificamente esta forma de abuso contra crianças e adolescentes. Este estudo explica a confecção desta novel legislação à luz das transformações ocorridas no direito civil contemporâneo, diretamente relacionadas com o constitucionalismo social e com a superveniência da Constituição Federal de 1988. Quer-se demonstrar que a edição de um diploma normativo com o teor da Lei 12.318/2010 só poderia ser concebida no atual contexto institucional e político. Em seguida, forte na interdisciplinaridade, um traço marcante do direito civil contemporâneo, o trabalho busca a compreensão das origens e manifestações do fenômeno da alienação parental a partir de dois marcos teóricos: a obra de Richard Gardner e a obra das psicólogas norte-americanas Johnston e Kelly. Por fim, promove-se a exegese da Lei 12.318/2010, avaliando seus dispositivos individualmente, de modo a destacar os aspectos positivos e negativos das opções legislativas encerradas neste diploma e traçar diretrizes interpretativas a serem adotadas pelos operadores jurídicos na compreensão e aplicação desta lei.

Palavras-chave: Direito civil contemporâneo. Constitucionalismo social. Família. Relações paterno-filiais. Alienação parental. Síndrome da alienação parental. Modelo da criança alienada. Lei 12.318/2010. Intervenção judicial nas relações paterno-filiais.

## **ABSTRACT**

When it comes to the end of a relationship, it is usual that one of the parents start denigrating the other in front of their children and act in a way to weaken the bond between them and the one who left home. However, just recently Brazil has edited a law to stop this kind of mental abuse from harassing children's mental development. This essay proposes the explanation of the recent Brazilian parental alienation's law by exploring the recent changes in the comprehension of civil law, directly involved with social constitutionalism and the supervenience of the Brazil Constitution, in 1988. Its goal is to demonstrate that a law such like the n° 12.318/2010 could only be conceived and elaborated in an institutional and political context like ours. After that, by doing an extensive psychological study, the essay heads to explanation of parental alienation origin and symptoms from two different points of view: Richard Gardner's parental alienation syndrome and Johnston and Kelly's alienated child model. Once done this, the essay heads to promote an exegesis of Law n° 12.318/2010, evaluating the positive and negative legislative options made by editing such norm and constructing judicial parameters for the comprehension and implementation of its prescriptions.

Key words: Civil law new comprehension. Social constitutionalism. Family's law. Child-parent relationship. Parental alienation. Parental alienation syndrome. Alienated child's model. Legal interventions in child-parent's relation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – PROVIDÊNCIAS LEGAIS E PSICOTERAPÊUTICAS EM CASOS DE SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL_____	40
FIGURA 1 – RELACIONAMENTO PATERNO-FILIAL APÓS O FIM DA FAMÍLIA CONJUGAL_____	53
FIGURA 2 – FATORES CIRCUNSTANCIAIS, VARIÁVEIS INTERVENIENTES E A REAÇÃO DA CRIANÇA _____	58



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2 COMPREENDER E SITUAR A LEI NO 12.318/2010: UMA BREVE RETROSPECTIVA DA EVOLUÇÃO DO DIREITO CIVIL E DAS RELAÇÕES PATERNO-FILIAIS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988</b>	<b>11</b>
2.1 DIREITO CIVIL: PRIMEIRAS PREMISSAS	11
2.2 A FAMÍLIA DO CC16 E A FAMÍLIA NA CF	17
2.3 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	21
2.4 AUTORIDADE PARENTAL: RELAÇÕES PATERNO-FILIAIS SOB A ÉGIDE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	23
2.5 SITUANDO A LEI 12.318/2010 – LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL NA CONSTELAÇÃO JURÍDICA	28
<b>3 ALIENAÇÃO PARENTAL</b>	<b>32</b>
3.1 ORIGEM E MANIFESTAÇÕES	32
3.2 AS CRÍTICAS AO MODELO CONCEBIDO POR RICHARD GARDNER	43
3.3 O MODELO DA CRIANÇA ALIENADA E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES À COMPREENSÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL	51
3.3.1 Fatores que potencializam a alienação da criança	59
3.3.1.1 Triangulação no seio do conflito intenso entre genitores	59
3.3.1.2 A separação é internalizada como um processo humilhante	60
3.3.1.3 Divórcio com alto grau de litigiosidade	60
3.3.1.4 Contribuições de novos parceiros, família extensa e profissionais envolvidos	61
3.3.2 Comportamentos e crenças do alienador	62
3.3.3 Comportamentos do genitor rejeitado que contribuem para a alienação da criança	64
3.3.3.1 Passividade e afastamento em vista do conflito	64
3.3.3.2 Rejeição da criança ou adolescente	65
3.3.3.3 Exercício severo da autoridade parental	65
3.3.3.4 O genitor alienado é imaturo e egoísta	66
3.3.3.5 Genitores exigentes	66
3.3.3.6 Diminuição da empatia pela criança	66
3.3.4 Estágio de desenvolvimento e vulnerabilidades da criança à alienação	67
3.3.4.1 Idade da criança e capacidade cognitiva	67
3.3.4.2 A criança se sente abandonada pelo genitor alienado	68
3.3.4.3 Temperamento e características pessoais de vulnerabilidade	68
3.3.4.4 Outros fatores relacionados à relação paterno-filial	69
3.3.4.5 Suporte externo insuficiente	69
3.3.5 O comportamento da criança alienada	70
3.3.6 Remate	71
<b>4 A ANÁLISE CRÍTICA DA LEI Nº 12.318/2010 (LAP)</b>	<b>73</b>
<b>5 CONCLUSÃO</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>106</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>111</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O fim da união conjugal é um evento que gera diversas dificuldades para os atores envolvidos, seja de ordem emocional, seja de ordem financeira. Em um contexto de insatisfação recíproca e acentuada frustração, o comportamento de um dos genitores no sentido de criticar veementemente o outro na presença dos filhos ou dificultar a convivência destes com aquele que deixou o lar é tão comum e conhecida por parte dos profissionais que atuam no direito de família, que a edição recente da Lei 12.318/2010, forjada para especificar e coibir esta forma de abuso faz surgir diversos questionamentos quanto à oportunidade e à adequação da interferência judicial nestes casos.

Este trabalho se debruça sobre a forma como o Direito apreendeu o fenômeno da alienação parental, este processo pelo qual uma criança passa a imotivadamente rejeitar um dos seus genitores, na contramão da relação afetiva que mantinham antes do fim da família conjugal. Procura-se avaliar, sob o enfoque da interdisciplinaridade, os pontos positivos e negativos das previsões da Lei 12.318/2010 e formular uma proposta para sua correta compreensão e aplicação.

No primeiro capítulo, objetiva-se entender e situar a novel legislação em um amplo processo de mudanças ocorridas na dogmática do direito civil com o advento do Estado Social e da Constituição Federal de 1988. Avalia-se a forma como a família foi apreendida pela ordem constitucional em voga, em contraposição à família patriarcal e hierarquizada característica das codificações oitocentistas. Em seguida, afere-se o lugar de destaque agora ocupado pelas crianças e pelos adolescentes na ordem política, social e jurídica, e a nova compreensão das relações paterno-filiais que decorre destas transformações. Estas investigações permitem situar a Lei 12.318/2010 na constelação jurídica, além de construir um cabedal teórico para sua melhor compreensão.

No segundo capítulo do trabalho, em atenção à necessária interdisciplinaridade que deve haver no estudo da alienação parental, avalia-se a outra face indissociável deste fenômeno, qual seja, a psicológica. Aquilata-se a sua origem e suas manifestações, a teorização de Richard Gardner, que cunhou a expressão Síndrome da Alienação Parental para explica-lo, e as fortes críticas que surgiram frente a rápida difusão e popularidade de seus estudos. Em vista da

aceitação de uns e forte recusa de outros frente a este modelo, explica-se a compreensão da alienação parental tal qual proposta por Johnston e Kelly e o modelo da criança alienada, além de noticiar outras contribuições ao estudo da alienação parental.

Por fim, o terceiro e último capítulo do trabalho promove a exegese da Lei 12.318/2010, avaliando individualmente os dispositivos deste diploma normativo, tecendo considerações críticas à luz do cabedal teórico traçado no primeiro capítulo e do profícuo estudo interdisciplinar promovido na segunda parte deste trabalho. Busca-se, assim, encontrar respostas para os questionamentos que circundam a novel legislação, e traçar uma proposta hermenêutica consentânea com os aspectos desvelados pela pesquisa interdisciplinar desenvolvida.

## **2 COMPREENDER E SITUAR A LEI NO 12.318/2010: UMA BREVE RETROSPECTIVA DA EVOLUÇÃO DO DIREITO CIVIL E DAS RELAÇÕES PATERNO-FILIAIS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

### **2.1 DIREITO CIVIL: PRIMEIRAS PREMISSAS**

A melhor compreensão do direito civil requer breve notícia histórica sobre as circunstâncias de ordem social, política e econômica que subjazem a compreensão deste fenômeno cultural e dos seus institutos (AMARAL, 2008, p. 137). Isso porque esta investigação confere substratos ao cientista do Direito para elaboração da norma jurídica consentânea com o contexto jurídico e político atual e com as expectativas endereçadas ao Direito enquanto mecanismo idôneo para solução de problemas intersubjetivos.

Elege-se como recorte histórico relevante, então, a gênese e evolução do Direito ocorrida nos primórdios da Idade Moderna, com ênfase na segunda etapa deste processo histórico, caracterizada pelo advento do Estado liberal e o seu sucessor, qual seja, o Estado social, ou *welfare state*.

A Idade Moderna tem como marco histórico inicial a queda de Constantinopla, em 1453. Trata-se de um período histórico que abarcou um amplo processo de mudanças nos aspectos econômico, político, religioso e cultural que influíram fortemente na concepção do Direito. Ela se notabiliza pela institucionalização do poder, com a sucessão da dominação carismática característica da Idade Medieval (ou seja, aquela individualizada em um homem, que concentra em si a justificação da autoridade), pela dominação legal-racional. Além disso, distingue-se a partir do seu advento o poder econômico do poder político, separando-se, por conseguinte, a sociedade civil da sociedade política (MORAIS; STRECK, 2000, p. 26).

Ainda em linhas gerais, o Estado moderno é aquele que busca atender os anseios da classe burguesa e o modo de produção em gestão, qual seja o capitalismo, propiciando a necessária segurança para o ambiente comercial e o fim dos privilégios da aristocracia, com a institucionalização da igualdade formal entre os indivíduos (MORAIS; STRECK, 2000, p. 28).

Estes objetivos são perseguidos mediante o uso de força pelo Estado, que passa a funcionar como um qualificador de fatos, concentrando em suas mãos a ordem jurídica. Dizendo por outras palavras, o Estado moderno monopoliza o Direito em um cabedal legislativo, ditando o que é ou não é Direito.

O Direito moderno tem como principais características: (i) a ideia de um raciocínio jurídico a partir do qual os conflitos intersubjetivos podem ser solucionados a partir de regras gerais; (ii) a fonte do Direito por excelência é a legislativa; (iii) a presença da razão para explicar e construir o mundo racionalmente, inclusive o ordenamento jurídico; (iii) a igualdade e a liberdade para superar a sociedade dividida entre classes estanques; (iv) subjetivismo jurídico: o homem é o fim do Direito e de toda a atividade jurídica do Estado.

O racionalismo característico da vida intelectual do Estado moderno conduziu-o a dar novo conteúdo ao Direito Civil, qual seja, o direito nacional. Sobrelevam-se ainda a noção do Direito como sistema, com método dedutivo e categorias abstratas como o sujeito de direito, negócio jurídico, declaração de vontade, entre outros (AMARAL, 2008, p. 155).

Estes fatores culminaram com o processo de codificação, mediante o qual os preceitos legais que compartilhavam de uma mesma natureza foram agrupados em um diploma unitário e homogêneo (AMARAL, 2008, p. 158). A codificação contribuía sobremaneira para a simplificação do Direito e para sua estabilidade e difusão no meio social, daí porque é considerada como uma das revoluções dos séculos XVIII e XIX.

O fenômeno da codificação, no entanto, foi além, porque o código passou a ser “a garantia das liberdades civis e do predomínio do poder legislativo sobre o judiciário, assegurando a autonomia do indivíduo contra a ingerência do poder estatal” (AMARAL, 2008, p. 159). Dizendo por outras palavras, o código civil desempenhava um papel constitucional (na acepção hodierna do termo), disciplinando de forma monopolizadora as relações privadas intersubjetivas de modo a manter o ambiente negocial livre da ingerência estatal (TEPEDINO, 1998, p. 3; GIORGIANNI, 1998, p. 41).

Esta sistematização traduzia o modelo liberal de organização do Direito. O liberalismo jurídico é um passo além na Idade Moderna, contemporâneo à queda

definitiva do Estado absolutista e à Revolução Francesa, cuja expressão máxima é o *Code Civil* francês, de 1804.

O liberalismo jurídico tem como características adicionais àquelas arroladas para o Estado moderno a neutralidade das normas em relação ao conteúdo e a concepção do homem como sujeito abstrato, ou seja, sujeito de direitos, inserido no Estado de Direito. O modelo liberal burguês preocupa-se mais com as categorias jurídicas concernentes à apropriação dos bens do que com a realização da dignidade humana e da igualdade material (RAMOS, 2000, p. 4).

O fenômeno da codificação, no seu ápice, constitui, então, a expressão máxima do liberalismo jurídico, cujos exemplos mais representativos são, como sobredito, o Código Civil francês (1804) e o alemão (1886) que, por sua vez, inspiraram o Código Civil brasileiro de 1916 (CC16). O CC16 é um produto de sua época, ou seja, um diploma normativo conservador, informado pela ética individualista do liberalismo jurídico e reflexo das concepções filosóficas dos grupos dominantes da época, quais sejam, a burguesia mercantil e agrária (AMARAL, 2008, p. 167). Também ele era dotado da pretensão de disciplinar todos os aspectos da vida privada de forma estável, garantindo a maior segurança possível no tocante às relações econômicas nas quais figurava o particular.

Não obstante, já na segunda metade do século XIX o modelo de estabilidade e segurança da ordem jurídica cuja expressão máxima eram os códigos entrou em declínio na Europa, em face das tensões no seio do processo de industrialização à época, capitaneada pelos movimentos sociais, bem como da superveniência da Primeira Guerra Mundial (TEPEDINO, 1998, p. 4). A intervenção estatal na economia passou a ser inevitável e cada vez mais frequente. O domínio da vontade do particular no campo econômico, tão velado pelos códigos oitocentistas, dá espaço a um dirigismo estatal cada vez mais acentuado (GIORGIANNI, 1998, p. 45).

Este dirigismo, em um momento inicial, caracterizou-se pela edição de legislações excepcionais que visavam atender às demandas circunstanciais de grupos sociais em um ambiente econômico não equânime. Estas disposições legais, quando contrariavam os princípios insculpidos no código, o faziam de forma excepcional, de modo que corroboraram o papel constitucional deste.

Os conflitos sociais, no entanto, apenas se acentuaram e, consequentemente, o dirigismo estatal. No Brasil, a partir dos anos 30, o plexo de leis excepcionais era tão amplo que elas já não possuíam qualquer caráter emergencial a justificar a adjetivação. O Código Civil perde, assim, o seu caráter de diploma normativo uno e monopolizador da normativa jurídica da vida privada. Ele deixa de ser direito exclusivo, e passa a ser o direito comum. Esta legislação extravagante, agora adjetivada como especial, possui como principal característica a especialização e inaugura uma nova fase do Direito Civil, conforme o escólio de Tepedino:

Através de tais normas, conhecidas como leis especiais –justamente por sua técnica, objeto e finalidade de especialização, em relação ao corpo codificado –, o legislador brasileiro levou a cabo longa intervenção assistencialista, expressão da política legislativa do *WelfareState*, que se corporifica a partir dos anos 30, e tem assento constitucional em 1934 e cuja expressão, na teoria das obrigações, se constitui no fenômeno do dirigismo contratual. (TEPEDINO, 1998, p. 6).

Há um progressivo esgotamento das categorias do Direito Civil e a nova realidade social demanda do legislador e do operador do Direito uma preocupação crescente com as finalidades subjacentes à atuação privada do sujeito de direitos. Dizendo por outras palavras, no curso do século XX, o modelo ideológico individualista-capitalista e os seus dogmas foram paulatinamente superados. Isso porque se retomou a compreensão do Direito como fenômeno cultural e histórico, e não como uma ciência hermética às mudanças sociais e econômicas (RAMOS, 2000, p. 6).

Contemporâneo ao expansionismo das legislações especiais é o constitucionalismo social. As constituições do pós-Primeira Guerra Mundial notabilizam-se pela prescrição de direitos sociais e pelo propósito de estabelecer uma democracia social, com dispositivos relacionados à ordem econômica, à família, à educação, à cultura e à instituição da função social da propriedade. Estes diplomas normativos submeteram o individualismo a serviço da coletividade, e conferiram proteção aos direitos individuais na medida em que cumpram o seu dever social (BERCOVICI, 2003, p. 11). O marco expressivo deste fenômeno é a Constituição de Weimar, de 1919.

No Brasil, o constitucionalismo social foi inaugurado pela Constituição Federal de 1934, que prescreveu de forma inédita a função social da propriedade e

os direitos sociais, com títulos reservados à “ordem econômica e social” e “à família, educação e cultura” (SOUZA NETO; SARMENTO, 2012, p.117). Principia-se no cenário nacional a era dos direitos fundamentais positivos, ou seja, aqueles que demandam uma atuação positiva do Estado, que figuram ao lado dos tradicionais direitos negativos ou de defesa.

A Constituição Federal de 1988 (CF) é o ápice da experiência do constitucionalismo social no Brasil, porque fortemente compromissada com a democracia, com os direitos fundamentais e com a construção de uma sociedade mais justa e solidária, fundada na dignidade da pessoa humana. A CF é dirigente porque consagra normas programáticas para a consecução dos seus objetivos, positivados art. 3º<sup>1</sup>. Ela figura, então, não apenas como a norma fundamental do Estado, mas também como o estatuto da própria sociedade brasileira, imiscuindo-se na regulamentação da família, das relações de trabalho, da cultura, entre outros aspectos da vida privada, superando a dicotomia entre Estado e sociedade civil, e desenvolvendo o fenômeno da constitucionalização do Direito (SOUZA NETO; SARMENTO, 2012, p. 170).

O Código Civil perde o seu papel constitucional, e as legislações extravagantes são editadas agora para atendimento dos propósitos sociais e econômicos com sede constitucional. Significa dizer: já o Direito Civil não contempla apenas as “regras do jogo” em seu código, mas também a constelação de normativas esparsas que se ocupam dos objetivos definidos na ordem constitucional. Ingressa-se na “era dos estatutos”, onde as legislações extravagantes adquirem caráter universalizante, extraindo matérias inteiras do campo de incidência do Código Civil (TEPEDINO, 1998, p. 8). A Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) é um dos exemplos mais representativos desta opção constitucional pela criação de um sistema próprio de proteção aos sujeitos vulneráveis, como o consumidor, o idoso, o deficiente, a mulher, entre outros.

O Código Civil se tornou “um sistema fragmentado, ora excluído, ora complementar à constelação de microssistemas estabelecidos” (RAMOS, 2000, p.

---

<sup>1</sup> Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.



8). Estes microssistemas têm como principais características: (i) estabelecimento de objetivos concretos com correspondência no projeto constitucional; (ii) valem-se de cláusulas gerais, valorizando o intérprete; (iii) linguagem mais setorial; (iv) presença dos dispositivos legais de incentivo, ou seja, propositura de vantagens ao indivíduo que observar suas prescrições; (v) imposição de inúmeros deveres extrapatrimoniais consentâneos com a realização da dignidade da pessoa humana e dos direitos da personalidade; (vi) atendimento de exigências setoriais (TEPEDINO, 1998, p. 9).

Este novo tecido normativo do Direito Civil, no entanto, ainda sim precisa de uma unidade. Unidade esta que deve ser buscada pelo cientista do Direito não no Código Civil, mas na Constituição Federal. Desloca-se para “a tábua axiológica da Constituição da República o ponto de referência antes localizado no Código Civil” (TEPEDINO, 1998, p. 13). Dizendo por outras palavras, as constituições, ao recepcionarem categorias do direito privado em seu âmbito privilegiado de normatização, provocaram uma ruptura com o modelo até então vigente, condicionando a tutela das relações e interesses privados à sua conformação constitucional.

A esta nova realidade do Direito Civil a doutrina se referiu de várias formas, como Direito Civil “publicizado”, “constitucionalizado”, “socializado”, “repersonalizado” “despatrimonializado”. No entanto, a adjetivação é imprópria, porquanto no atual estado da arte, o Direito Civil e os seus institutos devem ser compreendidos, na sua gênese, segundo a perspectiva civil-constitucional, não havendo mais espaço no ordenamento jurídico brasileiro que seja alheio ao plano constitucional. É esta a proposta hermenêutica de Tepedino:

A adjetivação atribuída ao direito civil, que se diz *constitucionalizado*, *socializado*, *despatrimonializado* se por um lado quer demonstrar, apenas e tão-somente, a necessidade de sua inserção no tecido normativo constitucional e na ordem pública sistematicamente considerada, preservando, evidentemente, a sua autonomia dogmática e conceitual, por outro lado poderia parecer desnecessária e até errônea. Se é o próprio direito civil que se altera, para que adjetivá-lo? Por que não apenas ter a coragem de alterar a dogmática, pura e simplesmente? Afinal, um direito civil adjetivado poderia suscitar a impressão de que ele próprio continua como antes, servindo os adjetivos para colorir, com elementos externos, categorias que, ao contrário do que se pretende, permaneceriam imutáveis. A rigor, a objeção é pertinente, e a tentativa de adjetivar o direito civil tem como meta apenas realçar o trabalho árduo que incumbe ao intérprete. (TEPEDINO, 1998, p. 21-22).

Daí porque o mais relevante é iniciar este trabalho estabelecendo esta premissa inafastável: toda produção dogmática do Direito Civil deve ter como ponto de partida o plano constitucional, que dará a tônica para a correta compreensão dos institutos do Direito Civil, especialmente a família, objeto deste singelo estudo.

## 2.2 A FAMÍLIA DO CC16 E A FAMÍLIA NA CF

A família é um fenômeno concreto social, que antecede a normatividade jurídica. No entanto, existe substancial diferença entre o modo como esta realidade foi apreendida nos códigos oitocentistas em contraposição às constituições sociais.

Os códigos liberais, cuja expressão máxima no direito pátrio é o Código Civil de 1916, estabeleceram um dever-ser da própria estrutura da família, procurando identificar uma suposta continuidade da conformação do instituto no direito romano no fim do século XIX e início do século XX (RUZYK, 2005, p. 153). Difere-se dos demais institutos civis, então, na medida em que não integralizou o núcleo moral do liberalismo, assim definido por Morais e Streck: “uma afirmação de valores e direitos básicos atribuíveis à natureza de um ser humano – liberdade, dignidade, vida – que subordina tudo o mais à sua implementação” (2000, p. 50). Dizendo por outras palavras, nas codificações liberais burguesas, os princípios da liberdade e da igualdade não atravessaram a compreensão das relações pessoais que a família contempla, e o seu tratamento legal adotou, ao invés, a tônica patrimonialista da compreensão das demais relações civis (LÔBO, 2011, p. 33).

Apesar disso, o liberalismo jurídico desempenhou seu papel no direito de família na elaboração de um discurso de não intervenção no privatismo doméstico. Explica-se. A positivação do poder marital e do pátrio poder pelo legislador moderno subtraiu do âmbito de interferência judicial as divergências ocorridas no seio familiar, já que o legislador estabelece *a priori* a figura responsável por dirimir os problemas: o homem, chefe da sociedade conjugal. Pode-se fazer uma analogia desta realidade institucional com uma pirâmide, na qual no topo figura o homem, enquanto a mulher ocupa a posição intermediária e os filhos a base. Em suma, a estrutura da família era patriarcal e fortemente hierarquizada (RUZYK, 2005, p. 155).

Os códigos liberais também cuidaram de definir como se constitui a família, ou seja, pelo matrimônio, excluindo do seu âmbito de normatividade

entidades familiares estruturadas de forma distinta (RUZYK, 2005, p. 154). Quando o direito de família era controlado pela Igreja Católica, regia-se o casamento segundo o direito canônico. Esta escolha legislativa foi adotada no Brasil-Colônia e durante o Império. Com a proclamação da República, em 1889, uma das primeiras providências foi a subtração das relações familiares da competência do direito canônico, com a adoção da laicidade do Estado e positivação do casamento civil. O advento do Estado laico, no entanto, não importou no abandono das funções institucionais da família, quais sejam, a procriacional e a econômica, que permaneceram fortes durante a maior parte do século XX, com progressiva redução do modelo patriarcal até a sua derrocada, com o advento da Constituição Federal (LÔBO, 2011, p. 40-41).

Portanto, a família nas codificações oitocentistas é apreendida pelo Direito apenas quando constituída pelo matrimônio. A sua tutela era integralmente destinada à manutenção de suas funções institucionais, daí a vedação do divórcio e a diferenciação entre filhos legítimos (aqueles tidos na constância da sociedade conjugal) e ilegítimos (RUZYK, 2005, p. 156). Esta conformação do instituto atendia a um propósito patrimonial específico, conforme explica Tepedino:

Em seguida, e em consequência, por atrair o monopólio da proteção estatal à família, o casamento representava um valor em si, identificava-se com a noção de família (legítima), de sorte que a sua manutenção deveria ser preservada a todo custo, mesmo quando o preço da paz (formal) doméstica fosse o sacrifício individual dos seus membros, em particular da mulher e dos filhos sob pátrio poder. (TEPEDINO, 1997, p. 550).

Dessa forma, ainda que a família enquanto instituto jurídico não tenha sofrido o influxo da igualdade e da liberdade no que tange as relações pessoais que encerra, a tutela das relações familiares patrimoniais guarda perfeita correspondência com o projeto liberal burguês, com lógica patrimonialista bem definida: “os bens deveriam ser concentrados e contidos na esfera da família legítima, assegurando-se a sua perpetuação na linha sanguínea, como que resguardados pelos laços de sangue.” (TEPEDINO, 1997, p. 550).

Esta conformação jurídica do instituto da família perdurou durante a maior parte do século XX, propiciando a estabilidade das suas funções institucionais. No entanto, transformações ocorridas na segunda metade deste século no seio da

sociedade levaram à falência deste sistema autoritário, cuja incapacidade para solução de conflitos intersubjetivos era crescente e inevitável.

Dentre os fatores que conduziram às transformações no direito de família, podemos arrolar: (i) a progressiva emancipação feminina, que amplia sua participação no mercado de trabalho e passa garantir o sustento da família, muitas vezes sozinha; (ii) a revolução sexual, que admite o sexo fora do casamento como algo normal, enfraquecendo sobremaneira a função procriacional da família; (iii) o abandono da função econômica da família, que deixa de ser uma unidade produtiva cujo chefe é o pai; (iv) o número crescente de casais sem filhos, seja por escolha, seja por infertilidade ou por prevalência da vida profissional (LÔBO, 2011, p. 19).

Legislações extravagantes foram editadas para correção pontual do distanciamento crescente entre a codificação civil e a sociedade brasileira no curso do século XX, a saber: a) a Lei n. 883/49, que admitiu o reconhecimento de filhos ilegítimos; b) Lei n. 4.121/62 (Estatuto da Mulher Casada), que subtraiu a mulher casada da situação de discriminação e subalternidade em que se encontrava, eliminando ainda a condição de relativamente incapaz que angariava após o matrimônio (*capitis diminutio*); e c) Lei n. 6.515/77 (Lei do Divórcio) que conferiu aos casais separados a oportunidade de reconstrução de suas vidas com outros parceiros (LÔBO, 2011, p. 43).

Apesar disso, o descompasso entre a realidade da vida e as opções legislativas e ideológicas encerradas no CC16 só foi corrigido definitivamente com a superveniência da CF que, na esteira do constitucionalismo social, cominou normas expressas sobre a família, normas estas inclusivas e equalizadoras dos papéis desempenhados pelos seus membros. O dirigismo estatal que busca a promoção da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social alcança a família, reconhecendo-a como espaço privilegiado para o desenvolvimento das potencialidades humanas e, portanto, objeto de proteção estatal progressiva (LÔBO, 2011, p. 35).

Esta proteção estatal à família não mais se dirige à entidade em si, e sim aos seus membros, conforme estabelece o par. 8º do art. 226 da CF<sup>2</sup>. Significa dizer que a família é objeto de proteção especial do Estado na exata medida em que

---

<sup>2</sup> Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

figura como espaço singular para a realização existencial dos seus membros. A Constituição Federal também veicula a concepção igualitária da família ao especializar o princípio da igualdade no que tange os direitos e deveres entre o homem e a mulher (CF, art. 226, par. 5º<sup>3</sup>) e igualdade entre os filhos de qualquer origem (CF, art. 227, par. 6º<sup>4</sup>) (RUZYK, 2005, p. 164).

O paradigma atual da família é a afetividade (LÔBO, 2011, fl. 17). Este elemento do convívio familiar assumiu paulatinamente maior importância nas relações familiares após a 2ª Guerra Mundial e, no início do século XXI, figura de forma central na compreensão da família. A função afetiva desta sucedeu as funções institucionais (CALDERÓN, 2013, p. 201, 205), “assumindo o papel que outrora fora destinado à família legítima, ao matrimônio, às orientações religiosas e à ‘verdade’ biológica” (CALDERÓN, 2013, p. 211).

A Constituição Federal, ao alocar a dignidade da pessoa humana no vértice do ordenamento jurídico e positivar o princípio da solidariedade social, chancelou este novo modelo de família, onde prepondera o afeto, o respeito, a igualdade, a liberdade e a colaboração (CALDERÓN, 2013, p. 239). A afetividade figura hoje como um princípio implícito do ordenamento jurídico constitucional, apto a orientar a solução dos problemas intersubjetivos que se instauram no âmbito das relações familiares com primazia sobre considerações de caráter patrimonial ou biológico (CALDERÓN, 2013, p. 240; LÔBO, 2011, p.70).

Em suma, a família concebida na CF busca sua identificação na solidariedade (art. 3º, I da CF88), com prevalência dos aspectos pessoais que as relações familiares contemplam. A sua função é figurar enquanto espaço singular de realização pessoal afetiva de seus membros e o seu ambiente deve ser democrático e acolhedor. A proteção da família é instrumental, ou seja, visa garantir este espaço privilegiado de formação do cidadão, para a construção de si mesmo (PEREIRA, R.

---

<sup>3</sup> Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 5º - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

<sup>4</sup> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 6º - Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

C., 1997, p. 20). O homem figura no centro da produção jurídica como seu fundamento e sua finalidade.

Esta característica marcante do direito de família, no entanto, não significa o retorno ao individualismo característico da fase liberal, na medida em que a pessoa humana deve ser compreendida pela ordem jurídica contemporânea em toda a sua dimensão ontológica, e não apenas como sujeito de direitos abstrato. O humanismo de que se ocupa a Constituição Federal se constrói na solidariedade, no viver com o outro, na coexistência necessária à própria existência humana (LÔBO, 2011, p. 25-26).

A CF “revolucionou os paradigmas do direito de família” (LÔBO, 2011, p. 37) e é na aparente fragilidade dos seus princípios que reside sua força, já que suas cláusulas gerais permitem a constante oxigenação dos institutos de Direito Civil, atendendo às demandas sociais emergentes e abandonando a estabilidade e segurança dos códigos em prol da valorização do intérprete na solução dos conflitos.

### 2.3 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Dentre as profundas alterações na hermenêutica jurídica da família levadas a efeito pela CF, uma nos interessa mais de perto, qual seja, o reconhecimento das crianças e dos adolescentes como sujeitos plenos de direito “cuja única particularidade é a de estarem crescendo” (LÔBO, 2011, p. 27).

O século XX notabilizou-se por operar uma mudança cultural em nível mundial em prol da necessidade de proporcionar especial proteção à criança. Este movimento pode ser compreendido à luz de dois diplomas normativos internacionais que cuidam do assunto, a saber: a Declaração de Genebra (1924) e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989 e inserida no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 99.710/90 (SILVA, M. A., 2002, p. 173).

A doutrina da proteção integral da criança e a necessidade de resguardar os seus direitos da personalidade, como sua liberdade de expressão, privacidade e religião foram plasmadas no seio da doutrina internacional que culminou com a edição dos diplomas supracitados (SILVA, M., 2002, p. 175). A CF é congruente com este novo olhar dispensado à criança, deslocando-a para o protagonismo não

apenas no âmbito das relações familiares, mas também na agenda do Poder Público e nas prioridades da sociedade civil.

Paradigmático, portanto, o art. 227<sup>5</sup> da Constituição Federal que prescreve à família, à sociedade e ao Estado diversos deveres fundamentais em relação às crianças e adolescentes, a saber: a necessidade de garantir-lhes o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária e a sua proteção contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Na mesma esteira encontra-se o art. 229<sup>6</sup> da CF, que prescreve aos pais o dever fundamental de assistir, criar e educar os filhos menores. Conjugados, os dispositivos constitucionais em referência constituem a “viragem copernicana de deveres fundamentais em face da criança” (LÔBO, 2011, p. 51).

O destaque aqui proposto para os dispositivos constitucionais em referência serve também para apontar a adoção pela ordem jurídica constitucional brasileira da doutrina da proteção integral da criança, que contempla a tutela da criança e do adolescente não apenas no ambiente familiar, mas também no seio social e mediante políticas públicas instituídas especialmente para este fim.

Há mais. A Constituição Federal, como sobredito, é congruente com a mais avançada doutrina internacional no sentido de que não apenas proteção especial deve ser dispensada à criança, mas também a tutela apropriada dos seus direitos de personalidade. A incapacidade civil decorrente da menoridade tal qual concebida pela doutrina tradicional é uma categoria jurídica que sofre ampla reformulação. Isso porque o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos nas relações intersubjetivas que travam, especialmente no âmbito familiar, faz emergir a necessidade de sua ativa participação nas decisões fundamentais que lhe competem, que será cada vez maior na medida em que eles se desenvolvem (SILVA, M. A., p. 178). Incluído neste processo gradativo de

---

<sup>5</sup> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

<sup>6</sup> Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

exercício da sua cidadania está “o direito de construir opinião própria e de expressar seu pensamento com liberdade” (SILVA, M. A., p. 184).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) emerge para regulamentar estes objetivos constitucionais, inaugurando um microssistema normativo que abrange não apenas normas relativas ao direito de família na disciplina de filiação, mas também direitos da personalidade da criança e do adolescente, Direito Processual Civil e Processual Penal, Direito do Trabalho, Direito Penal, políticas públicas instituídas em favor dos infantes, enfim, normas especiais originárias de diversos ramos do Direito que confluem para a proteção destes sujeitos de direitos.

Juntos, a Constituição Federal e o ECA principiam uma nova perspectiva na educação e na formação da personalidade da criança e do adolescente, cujos traços predominantes são (i) a tutela da sua personalidade, ainda que em detrimento da vontade dos pais; (ii) sua participação no próprio processo educacional; (iii) controle ostensivo de pais e educadores, com repressão não apenas do ato ilícito praticado em detrimento dos interesses da criança, como também o abuso de direito (TEPEDINO, 1997, p. 574).

#### 2.4 AUTORIDADE PARENTAL: RELAÇÕES PATERNO-FILIAIS SOB A ÉGIDE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A nova compreensão da família - fundada no afeto -, a crescente proteção estatal endereçada a este espaço privilegiado para a construção da personalidade humana e a emergência da criança e do adolescente como sujeitos de direitos implicam também em uma nova compreensão das relações entre pais e filhos, que reverbera juridicamente (SILVA, M. A., p. 55).

O Código Civil de 1916, na esteira das codificações oitocentistas, adotou o “pátrio poder” como parâmetro normativo para as relações paterno-filiais. Esta categoria jurídica é uma simbiose da concepção deste vínculo pelo direito romano, direito costumeiro germânico e o direito canônico (SILVA, M. A., p. 46). Em linhas gerais, o pátrio poder está alinhado com a família patriarcal, porque exercido primordialmente pelo pai (a mulher só o exerceria em caráter supletivo, na falta ou ausência deste) - a mulher casada, também em razão da sua condição de relativamente incapaz, só detinha voto consultivo (SILVA, M. A., p. 51). Ele também



guarda coerência com a família matrimonializada, porque a bastardia impedia a formação de laços de autoridade parental entre filhos espúrios e seus pais. Por fim, ele servia à família patriarcal, porque o pai, além de exercer a direção doméstica, figurava também como gestor dos negócios da família enquanto unidade econômica. Dizendo por outras palavras, havia confusão entre o pai e o chefe do empreendimento familiar (SILVA, M. A., p. 54).

As mudanças ocorridas no seio da sociedade no curso do século XX e o novo contexto institucional inaugurado pela Constituição Federal apontam para a gritante inadequação deste parâmetro normativo para apreensão das relações paterno-filiais na contemporaneidade.

A incongruência do conceito de “pátrio poder” com a nova compreensão do direito de família é facilmente inferida da sua própria literalidade. “Pátrio” faz referência exclusiva à pessoa do pai (SILVA, M. A., p. 10), o que evidentemente não se coaduna com a direção diárquica da família preconizada no art. 226, par. 5º da CF<sup>7</sup>. “Poder”, ao seu turno, é um termo que não pressupõe relação intersubjetiva, com direitos e deveres recíprocos, o que no âmbito da relação paterno-filial é inafastável e necessário (SILVA, M. A., p. 8).

Daí porque este trabalho adota a autoridade parental como expressão adequada para retratar a conformação jurídica da relação paterno-filial na contemporaneidade. A “autoridade” é exercida no âmbito das relações intersubjetivas, retratando adequadamente o múnus parental, que envolve direitos e deveres recíprocos, enquanto “parental” é um termo inclusivo, em consonância com o preceito constitucional que determina que “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (CF, art. 226, par. 5º).

No entanto, muito mais importante do que a eleição da expressão adequada para retratar a relação jurídica entre pais e filhos hodierna é a compreensão do seu conteúdo conforme os preceitos constitucionais. É o que sucintamente se passa a fazer.

A igualdade entre os filhos especializada no art. 227, par. 6º da CF desvinculou a filiação do matrimônio. Ela abriu as portas para que a relação paterno-

---

<sup>7</sup> Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 5º - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

filial receba “amparo legal como valor jurídico em si, e não mais como decorrência da proteção da família matrimonializada” (SILVA, M., fl. 60). Aparta-se, assim, a relação entre pais e filhos da relação existente entre os seus genitores, com ampla autonomia daquela no campo jurídico.

A autoridade parental também se despiu da natureza de dado objetivo que lhe foi conferida pelas codificações oitocentistas, para ser compreendida como uma teia de relações afetivas e solidárias, que se principia antes mesmo do nascimento do filho (SILVA, M. a., fl. 94). É dizer: a autoridade parental decorre também da posse do estado de filho, que não pressupõe vínculo biológico ou civil, mas simplesmente “os cuidados na alimentação e na instrução, o carinho no tratamento, quer em público, quer na intimidade do lar”, que “revelam no comportamento a base da paternidade” (FACHIN, 1996, p. 37).

O conteúdo mais importante da autoridade parental, porém, é o fato de que ela é exercida no interesse do filho. Abandonou-se, assim, o pátrio poder, exercido em função do pai. A Constituição Federal, ao positivar a doutrina da proteção integral da criança, reconheceu o “valor intrínseco e prospectivo das futuras gerações, como exigência ética de realização de vida digna para todos” (LÔBO, 2011, p. 75).

A paternidade e a maternidade devem ser exercidas, segundo a Carta Magna, de modo responsável, com necessidade de integral amparo da criança e do adolescente até o momento em que seu processo formativo tenha se encerrado e que ela seja capaz de assumir suas responsabilidades.

Forte neste projeto constitucional, o ECA adota medidas de natureza reconciliadora visando proteger a criança e o adolescente não apenas de atos ilícitos, mas também do abuso de direito praticado em seu desfavor, com amplo leque de possibilidades de proteção estatal para saneamento da relação paterno-filial patológica. É o que se infere do art. 98, II<sup>8</sup> deste diploma normativo, que autoriza a aplicação de medidas de proteção em favor da criança e do adolescente em face do abuso dos pais ou responsável. Estas medidas estão exemplificadas no

---

<sup>8</sup> Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:  
II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

art. 101<sup>9</sup> e cominadas no art. 129<sup>10</sup> do Estatuto e compreendem providências específicas de proteção da criança e providências concernentes aos pais e responsáveis, respectivamente.

Soma-se às características da hodierna compreensão da relação paterno-filial, então, a crescente ingerência externa no seu exercício, consistente na intercorrência das autoridades a quem compete assegurar o bem-estar da criança e do adolescente. O discurso de não intervenção na família que cumpre sua função institucional, nota distintiva dos códigos liberais, é superado pela visão funcionalizada da família, que não apenas autoriza, como reclama tutela estatal para a proteção dos seus integrantes mais vulneráveis, a saber: a criança, a mulher e o idoso (SILVA, M. A., p. 135).

Esta intercorrência das autoridades no exercício inadequado da autoridade parental ou simplesmente em favor da infância abandonada se dá não apenas através do Estado-juiz, como também por meio das políticas de atendimento de que se ocupam as disposições gerais do Capítulo I do Título I da Parte Especial do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ali é encontrada a previsão de criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, com participação popular paritária por meio de organizações representativas que, na

---

<sup>9</sup> Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - acolhimento institucional;
- VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;
- IX - colocação em família substituta.

<sup>10</sup> Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

- I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;
- II - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- III - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;
- VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;
- VII - advertência;
- VIII - perda da guarda;
- IX - destituição da tutela;
- X - suspensão ou destituição do poder familiar.

esteira da democracia participativa, insere a sociedade civil na gestão das políticas públicas formuladas em favor daqueles (CF, art. 88, II, art. 89).

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente institui os Conselhos Tutelares, órgãos permanentes e autônomos, encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente (ECA, art. 131), cujos membros também são eleitos pela população local. Esta instância da administração pública adota medidas de caráter deliberativo para perquirir seus objetivos e suas decisões só podem ser revistas pela autoridade judicial, a pedido de quem tenha legítimo interesse (ECA, art. 137).

Em síntese, o exercício da autoridade parental sofre crescente interferência do Estado, que busca a proteção integral da criança e do adolescente e a preservação do ambiente familiar saudável ao seu desenvolvimento físico e mental. Esta intervenção, ao seu turno, não mais está condicionada a situações extremas de negligência dos deveres dos pais em relação aos filhos ou ao abandono da criança e do adolescente, e sim a compatibilidade do seu propósito com os princípios constitucionais e estatutários (SILVA, M. A., fl. 157).

No entanto, como relações intersubjetivas por excelência, a maternidade e a paternidade não podem ser encerradas em deveres fundamentais, porque também abarcam “o direito de estar presente ao desenvolvimento da personalidade do filho, fiscalizá-lo e protegê-lo” (SILVA, M. A., fl. 97). A autoridade parental, em outras palavras, também é um direito subjetivo, porque ao exercer os deveres de educação, cuidado e zelo para com os filhos, os pais também desenvolvem suas personalidades. A possibilidade de ter contato com o infante, de educá-lo e fazer valer os valores morais e éticos que um indivíduo considera sustentável frente aos filhos também é juridicamente protegida. A guarda compartilhada, por exemplo, é algo concebido em proveito da criança e do adolescente, mas também em proveito dos pais (RUZYK, 2013).

Neste sentido, é também paradigmática a posituação do direito à convivência familiar no art. 227 da CF. Ao assim fazê-lo, a Constituição Federal “procurou ressaltar a importância da vida em família como ambiente natural para o desenvolvimento daqueles que ainda não atingiram a idade adulta” (PEREIRA, T. S., p. 153). Esta disposição tem implicações mais abrangentes do que a necessidade de o Estado prover à infância abandonada ou negligenciada um lar substituto. Isso

porque ela é dirigida não apenas à família, mas a cada membro dela, elevando-se à condição de princípio constitucional (LÔBO, 2011, p. 74).

O princípio da convivência familiar ampara um novo modelo cultural de família, onde o papel estereotipado ocupado pelo homem e pela mulher dá espaço à participação ativa de ambos no desenvolvimento e proteção da criança, bem como da família extensa, “formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade” (ECA, art. 25) (BRASIL, 1990).

Contrária ao princípio da convivência familiar será, portanto, toda e qualquer intervenção desarrazoada levada a efeito pelo Estado que vulnere os laços de afetividade mantidos pela criança e seus pais, ainda que estes estejam separados, bem como os laços recíprocos de carinho e afeto que ela estabelece com sua família extensa, como avós e tios, por exemplo (LÔBO, 2011, p. 74).

## 2.5 SITUANDO A LEI 12.318/2010 – LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL NA CONSTELAÇÃO JURÍDICA

A Lei 12.318/2010 – Lei da Alienação Parental (LAP) especifica uma forma de abuso moral praticada contra a população infanto-juvenil cujas características encontram-se sucintamente descritas no art. 2º do deste diploma legal:

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

- I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;
- II - dificultar o exercício da autoridade parental;
- III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;
- IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
- V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;
- VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós. (BRASIL, 2010)

Contra a prática deste ato pernicioso ao qual o legislador denominou ato de alienação parental, foram arroladas diversas medidas a título exemplificativo a serem adotadas pelo Estado-juiz (LAP, art. 6º). Estas providências contemplam: advertência, ampliação do período de convivência em favor do genitor prejudicado, multa, acompanhamento psicológico ou biopsicossocial, alteração da guarda para o regime compartilhado ou sua inversão (em favor do genitor prejudicado), fixação cautelar do domicílio da criança ou do adolescente e até suspensão da autoridade parental.

Adiante retomaremos todos estes conceitos e prescrições legais de forma pormenorizada. A breve notícia sobre a normativa da Lei da Alienação Parental neste momento subsidia o estudo promovido neste tópico, que contextualiza este diploma normativo em face do todo exposto nos itens anteriores.

Em primeiro lugar, importante observar que a LAP só poderia ser concebida e promulgada no seio do constitucionalismo social, quando a dicotomia Estado-sociedade civil é superada. A Constituição Federal regula diversos aspectos da vida privada, dentre eles a família e as relações paterno-filiais. Disso decorre que a efetivação do seu projeto reclama interferências externas em ambientes antes tidos por herméticos à atuação estatal. Com efeito, ao prescrever a absoluta prioridade dos direitos da criança e do adolescente e o direito à convivência familiar, a CF chancelou a regulamentação deste projeto constitucional. A Lei da Alienação Parental perquire a convivência familiar saudável e o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente. Daí porque as medidas de interferência do Estado-juiz nas relações paterno-filiais ali cominadas são abstratamente compatíveis com a Constituição Federal: a LAP guarda consonância com os direitos fundamentais e com os objetivos constitucionais.

Topograficamente, o diploma normativo em estudo se insere no microssistema jurídico destinado à proteção da criança e do adolescente, cuja normatização referencial no plano infraconstitucional é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ele especifica não apenas uma forma de abuso moral praticada contra crianças e adolescentes, mas também contra os genitores que são alvos da campanha de infâmia ali coibida, ditos alienados.

As medidas mais ou menos interventivas arroladas pela lei encontram-se sintonizadas com a necessidade de saneamento do exercício patológico da autoridade parental por parte do genitor ou pessoa que detenha a criança ou adolescente sob sua guarda, vigilância ou proteção que denigre a imagem do genitor alienado, aqui denominados alienadores. A Lei da Alienação Parental assim o faz com o propósito de tutelar o direito fundamental ao convívio familiar e o saudável desenvolvimento da criança e/ou adolescente. Evidente também, então, é o caráter instrumental da tutela que ela veicula, porque seu objetivo é a preservação dos laços parentais para o pleno desenvolvimento infanto-juvenil.

A LAP, na esteira da Constituição Federal, reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direito, reprimindo esta forma de abuso moral na qual eles são os depositários de uma campanha infamatória contra pessoas que lhe são caras, em prejuízo evidente do seu processo de desenvolvimento e emancipação para a cidadania. Ela também procura eleger a melhor atitude possível em face da criança e do adolescente que são objetos deste abuso moral, em sintonia ainda com o princípio do melhor interesse da criança.

Além disso, a Lei da Alienação Parental tutela os direitos de personalidade da criança, porque resguarda a já mencionada “liberdade de construir opinião própria e de expressar seu pensamento com liberdade” (SILVA, M. A., p. 184), que resultam gravemente vulneradas diante desta campanha difamatória fundada nas convicções que o agente alienador possui acerca do genitor alienado e também da necessidade de demonstrar lealdade para com o alienador. Protege, também, os direitos da personalidade do alienado, na medida em que procura resguardar seu direito subjetivo ao exercício da autoridade parental em face da conduta do alienador, que é motivada pelo objetivo de excluí-lo do papel parental e da vida da criança ou do adolescente.

Note-se ainda que a LAP oferece amparo legal para proteção da relação paterno-filial como valor em si e tem espaço especialmente no terreno árido que se instaura com o fim da sociedade conjugal ou da união estável. Ela resguarda o novo modelo de família a que se fez referência no tópico anterior, porque tutela o direito do genitor alienado de acompanhar o desenvolvimento, proteger e auxiliar seus filhos em detrimento da conduta disfuncional do alienador.

A Lei da Alienação Parental, ao especificar esta forma de abuso, também reforça a ideia segundo a qual a autoridade parental deve ser exercida em favor dos filhos, e que o seu desajuste merece saneamento não apenas em situações extremas, mas em todas as oportunidades em que um direito fundamental da criança encontra obstáculos para sua efetivação. É exatamente isso que ocorre ante o sucesso dos atos de alienação parental, quando a convivência familiar e os direitos da personalidade da infância restam prejudicados pela conduta do alienador.

O legislador confeccionou uma feliz síntese sobre a antijuridicidade da conduta levada a efeito pelo alienador e que bem retrata o que aqui se defende no art. 3º da LAP:

Art. 3º A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda. (BRASIL, 2010)

Há último ponto a ser ressaltado na tarefa de contextualizar a Lei da Alienação Parental na constelação jurídica em que ela se insere. Ele diz respeito à tutela do afeto. Como é possível observar da redação do art. 3º da LAP, supratranscrito, o legislador fez referência expressa ao prejuízo à relação afetiva com o genitor alienado ao elencar os motivos pelos quais o ato de alienação parental é antijurídico. Ao assim fazê-lo, demonstra assimilação do novo paradigma da família, que é o afeto, reafirmando o seu caráter principiológico e sua força normativa enquanto fundamento de tutela de uma situação afetiva existencial (CALDERÓN, 2013, p. 265). A lição de Calderón, ao avaliar especificamente a LAP, é conclusiva a este respeito:

A proteção da afetividade na relação parental resta claramente como um dos objetivos principais da novel legislação, o que está de acordo com o movimento que protege e valora a afetividade nas relações familiares. Com a legislação prevendo até mesmo medidas repressivas para atos que injustificadamente afrontem relações parentais afetivas, resta difícil, neste estágio, sustentar que o ordenamento não acolhe a afetividade, seja como princípio, seja como valor relevante, no trato das relações familiares. (CALDERÓN, 2013, p. 262).

Pelo todo exposto, é possível concluir que a LAP é um diploma normativo consentâneo não apenas com o atual ordenamento jurídico, capitaneado pela



Constituição Federal, como também com o nosso momento histórico e a hodierna compreensão da família e das relações paterno-filiais, fundadas no afeto e na dignidade da pessoa humana. Ela é um produto cultural sintonizado com o seu tempo, que certamente não encontraria espaço em outro contexto institucional e político.

Tecidas estas considerações, o cabedal teórico para a compreensão e contextualização da Lei da Alienação integralizou-se. Abordaremos agora a outra face indissociável deste estudo, qual seja, a psicológica.

### **3 ALIENAÇÃO PARENTAL**

#### **3.1 ORIGEM E MANIFESTAÇÕES**

O rompimento da união conjugal é um processo extremamente doloroso para os seus membros, atingindo também um grande número de pessoas das famílias respectivas. Ele envolve a necessidade de diluir a identidade de casado, desvelando conflitos pretéritos, acentuando a frustração pelo projeto de vida familiar que não foi bem sucedido, exigindo a definição sobre aspectos diversos como com quem os filhos irão ficar, onde morar, e, sobretudo, a necessidade de interiorizar a parcela de culpa pelo rompimento no desenvolvimento do ciclo de vida relacionado à família (BUOSI, 2012, p. 48-50).

É oportuna a constatação segundo a qual a separação muitas vezes advém da diferença entre aquilo que é vivenciado no seio familiar e as expectativas sociais acerca da relação conjugal, daí advindo também o sentimento de fracasso e a compreensão segundo a qual separação é um acontecimento funesto, como explica Buosi:

Ainda assim, baseadas numa ideologia de relacionamento perfeito, as pessoas envolvidas na relação conjugal deixam-se influenciar por valores sociais. O problema encontrado muitas vezes seria então “um conflito entre aquilo que é dimensionado como desejado e o risco de que isso não possa ser mantido”. Nessa mesma visão, fica explícito que, muitas vezes, o problema que é entendido individualmente é o retrato de imposições sociais que oferecem recursos para reconhecer se o que o indivíduo está vivendo é ou não encarado numa perspectiva problemática. (BUOSI, 2012, p. 46-47).

Este processo pode ser especialmente doloroso para a mulher, muitas vezes desprovida de fonte de renda própria ou possuidora de baixa renda, o que combinado com a atribuição da guarda dos filhos majoritariamente em seu favor e o arbitramento insuficiente de pensão alimentícia (ou o seu não pagamento) pode alocar no ápice de um problema emocional questões econômicas e sociais graves.

Além disso, em vista do papel sócio histórico que lhe é atribuído enquanto mãe, a mulher minora seu relacionamento social durante o casamento e após o seu fim em prol do cuidado com os filhos. Combinados, ambos os fatores culminam em um processo de separação que atinge mais drasticamente a mulher do que seu então parceiro (BUOSI, 2012, p. 51-52).

Existem mulheres e homens, no entanto, que lidam de forma patológica com as adversidades e dificuldades iminentes ao processo de dissolução da união conjugal. A solução aventada por estes indivíduos para a intensa frustração que lhes acomete é a exclusão do outro da sua vida, sem qualquer reflexão ulterior sobre formas diversas para solucionar dificuldades de relacionamento. O processo de alienação parental notabiliza-se pela transmissão desta maneira doentia de enfrentamento dos problemas e frustrações pelo alienador (ou por parte de quem detenha a criança sob sua guarda, autoridade ou vigilância) para seu(s) filho(s) (SILVA, D. M. P., 2011, p. 82-83).

Dizendo por outras palavras, a despeito do fato de a separação atingir usualmente de forma mais acentuada a mulher, tanto ela quanto seus parceiros podem direcionar mal as frustrações advindas do rompimento afetivo e, no caso da alienação parental, esta interpretação equivocada do problema é direcionada aos filhos, que são apenados por este déficit de capacidade de lidar com problemas apresentado por um dos seus genitores (ou ambos).

O genitor que incentiva seus filhos a excluir o outro genitor do respectivo papel parental e de suas vidas possui dificuldades de individuação, ou seja, “de ver o filho como indivíduo diferente de si” (SILVA, D. M. P., p. 46), o que ocasiona uma simbiose sufocante entre a autoridade e a criança, que é alvo de superproteção, dominação e opressão por parte daquele. Para atingir seu objetivo, o alienador incute na criança o sentimento de necessidade, angústia e insegurança, tudo com vistas a mantê-la em um círculo de dependência da sua figura, para o qual a criança deve concorrer com sua lealdade.

A rejeição imotivada do genitor-alienado e sua família, comumente acompanhada da forte recusa de convívio com ambos, manifestada pela criança ou adolescente é originalmente uma relação patológica de lealdade que surge entre o genitor frustrado e agressivo e seu(s) filho(s) que emerge da dinâmica do processo de separação (KELLY; JOHNSTON, 2011, p. 249). O genitor-alienador compreende a separação como uma “injúria profundamente narcisista, um completo abandono do qual resulta profunda humilhação e raiva” (KELLY; JOHNSTON, 2011 p. 256, tradução nossa<sup>11</sup>). A iniciativa de denegrir a imagem do genitor-alienado também pode surgir como resposta à razão do fim do relacionamento afetivo nos casos em que este se deu pela existência de um relacionamento extraconjugal, pela revelação da homossexualidade, retirada dos móveis e pertences que guarnecem a residência ou simplesmente pela falta de preparo emocional para este evento.

Não obstante, a existência de um processo de separação conflituoso não é condição sem a qual atos de alienação parental não possam ser praticados. A raiva advinda do ego ferido do cônjuge neste processo de rompimento afetivo pode ser fator suficiente para desencadear um comportamento vingativo no qual as fronteiras entre si e seu(s) filho(s) restam completamente ofuscadas (KELLY; JOHNSTON, 2001, p. 256).

Os atos de alienação parental que geram esta relação patológica entre a criança ou adolescente e o genitor-alienador, na qual aquele passa a recusar imotivadamente o convívio com o genitor-alienado, foram detectados já nos idos de 1949 pelo psicanalista ucraniano Wilhelm Reich, que descreveu este fenômeno como uma vingança pela qual o genitor-alienador priva sua vítima alienada da alegria de conviver com seu próprio filho. Mais tarde, em 1980, as norte-americanas Judith S. Wallerstein e Joan B. Kelly relataram em sua pesquisa a existência de crianças particularmente mais vulneráveis à adesão à raiva de um dos seus pais contra o outro, atuando como valorosos aliados no propósito de machuca-lo e comportando-se na contra mão da relação amorosa que mantinham com este antes do fim da união conjugal (WARSHAK, 2001, p. 30).

Em 1985, o médico psiquiatra norte-americano Richard Gardner cunhou a expressão “síndrome da alienação parental” (SAP) para descrever uma patologia

---

<sup>11</sup> No original: “*Aligned parents who subsequently encourage the child’s rejection of the other parent have commonly experienced the decision to separate as a deep narcissistic injury, as a complete abandonment, which results in profound humiliation and rage.*”

diagnosticável em crianças e adolescentes quase exclusivamente em sede de uma disputa judicial por sua guarda. O ilustre professor norte-americano assim a definiu:

A síndrome da alienação parental (SAP) é uma doença infantil que surge quase exclusivamente no contexto de disputas judiciais pela guarda da criança. A sua manifestação primária é a campanha de infâmia contra um genitor que não possui qualquer justificação. Ela resulta da combinação entre a programação (lavagem cerebral) levada a efeito pelo genitor-doutrinador e a as contribuições da própria criança para o vilipêndio do genitor alvo. Quando o verdadeiro abuso ou negligência está presente, a animosidade da criança é justificável e a explicação da síndrome da alienação parental para sua hostilidade não é aplicável. (GARDNER, 2002, p. 95, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Gardner explica a SAP no contexto do aumento das disputas judiciais pela guarda das crianças e adolescentes. Ele relata o aumento substancial deste tipo de litígio a partir de 1970, quando o critério para conferir a guarda jurídica deslocou-se da presunção da tenra idade, fundada na superioridade da mãe enquanto educadora de seus filhos, para o critério do melhor interesse da criança, onde o Estado-juiz é instruído a ignorar o gênero do genitor em prol da eleição daquele que possui a melhor capacidade para criar e educar seus filhos. Diante disso, os pais viram surgir no horizonte melhores chances de obterem a guarda jurídica de seus filhos. Pouco tempo depois, o conceito da guarda compartilhada entrou em voga, diminuindo o tempo de convivência entre a mãe guardiã e seus filhos em prol da distribuição equânime do exercício da autoridade parental. Estes dois fatores provocaram o aumento e a intensificação das disputas pela guarda unilateral dos filhos. Neste sentido, o objetivo da Síndrome da Alienação Parental, para Gardner, é essencialmente o fortalecimento da posição do genitor-alienador perante o juiz e a Corte que apreciam esta espécie de conflito (2002, p. 93).

Para atingir seu desiderato, o alienador programa a criança ou adolescente para que este integralize informações e crenças contrárias àquilo que vivenciou e presenciou com o genitor-alienado, ou melhor, sentimentos e lembranças negativos em relação a este. Este processo de construção da opinião da criança e do adolescente contempla um amplo leque de comportamentos, que se inicia pela reiterada e indiscriminada crítica do genitor-alienado dirigida à criança,

---

<sup>12</sup> No original: “*The parental alienation syndrome (PAS) is a childhood disorder that arises almost exclusively in the context of child-custody disputes. Its primary manifestation is the child’s campaign of denigration against a parent, a campaign that has no justification. It results from the combination of the programming (brainwashing) parent’s indoctrinations and the child’s own contributions to the vilification of the target parent. When true parental abuse and/or neglect is present, the child’s animosity may be justified and so the parental alienation syndrome explanation for the child’s hostility is not applicable.*”

bem retratada por frases do tipo “Ela(e) nunca quis você”, “Me ligue se seu(sua) pai(mãe) te tocar em qualquer lugar”, “Tenho certeza que ele(ela) chegará atrasado(a) como sempre!” (KELLY; JOHNSTON, 2001, p. 257).

Estas repetidas críticas prejudicam a confiança e o amor que a criança guarda pelo genitor-alienado e criam um estado de confusão insustentável. Elas podem ainda ser veiculadas de forma inconsciente ou indireta, incluindo insinuações de abuso físico e sexual e de que o genitor-alienado pode ser perigoso de outra forma (KELLY; JOHNSTON, 2001, p. 257).

Como consequência direta do seu próprio problema emocional, o alienador *reputa a presença do genitor-alienado na vida da criança ou adolescente como absolutamente desnecessária ao seu desenvolvimento*, até mesmo pernicioso, atuando de forma a destruir completamente o vínculo afetivo entre eles. Kelly e Johnston descrevem de forma bastante didática este comportamento do alienador:

Apesar de o alienador insistir que a criança é livre para visitar o alienado, as tentativas deste de conviver ou entrar em contato com seu(s) filho(s) é vista como uma perseguição. Ligações telefônicas, mensagens e cartas usualmente não são transmitidas à criança. Informações sobre a escola, sua saúde, eventos esportivos do qual tome parte e ocasiões especiais tampouco são comunicadas, tudo com vistas a excluí-lo completamente da vida da criança. Em casos mais extremos, todas as referências do alienado são retiradas da residência, incluindo fotos (eventualmente destruídas na frente da criança para simbolizar a exclusão). Nessas situações, a maioria das crianças aprende rapidamente a não falar sobre o genitor-alienado. Em resposta aos pedidos de acesso ao(s) filho(s) por parte deste, o alienador sustenta fortemente o direito das crianças de fazer sua própria escolha sobre se querem ou não vê-lo. (JOHNSTON E KELLY, 2001, p. 257, tradução nossa)<sup>13</sup>.

O genitor-alienado é vilipendiado de muitas formas e qualquer falha em seu estilo de educar é explorada de forma excessiva e despropositada em discussões travadas regularmente na presença da criança. Quando esta, por sua vez, retorna do período de convivência com o genitor-alienado e traz suas próprias observações sobre as deficiências deste, encontra um ouvinte atencioso e

---

<sup>13</sup> No original: “Although aligned parents might insist that the child is free to visit, the rejected parent’s attempts to visit or contact their child frequently are seen as harassment. Phone calls, messages, and/or letters often are not passed on to the child. Information about school, medical, athletic, or special events are not provided to the rejected parent, in effect completely shutting that parent out of the child’s life. In the most extreme cases, all references to the rejected parent are removed from the residence, including pictures (which might be torn apart in front of the child to exclude that parent). In such situations, most children quickly learn not to speak of the rejected parent. In response to requests for access by the rejected parent, the aligned parent strongly supports their angry child’s ‘right to make their own decision’ about whether they will visit.”

compreensivo no alienador. Estes comportamentos confirmam para a criança que o alienado não merece a sua atenção (KELLY; JOHNSTON, 2001, p. 257).

O alienador também *reputa o genitor rejeitado como perigoso, violento e negligente*. Todos os seus esforços são dirigidos ao bloqueio do acesso deste à criança. Para tanto, ele enceta esforços no sentido de angariar a anuência de advogados, terapeutas e da própria escola nesta campanha de “proteção” da criança contra o “perigo” representado pelo alienado. Daí advém comportamentos como a busca incessante pela determinação judicial de visitas monitoradas, instalação de equipamentos de segurança na residência e cancelamento de visitas por razões fúteis quando existe comando judicial fixando o período de convivência. Quando a criança está na companhia do seu alvo, ao seu turno, o alienador liga constantemente para verificar o bem estar da criança, de modo a reforçar junto a esta a concepção segundo a qual o genitor rejeitado é perigoso (KELLY; JOHNSTON, 2001, p. 258).

Outro comportamento que se insere dentro das providências adotadas pelo alienador para impedir a convivência dos filhos com a vítima é a mudança constante de endereços para local distante, sem comunicação ao outro genitor. Em casos mais graves, o alienador foge com a(s) criança(s) para outro país, o que faz recair sob o genitor rejeitado inclusive o ônus de descobrir o destino de seus filhos para adoção das providências cabíveis, com todas as dificuldades inerentes ao acionamento da justiça de um país estrangeiro.

Por fim, o alienador *acredita que o genitor rejeitado não ama nem nunca amou e/ou cuidou da criança*. As estratégias que ele empreende para difundir esta concepção incluem a busca incessante por evidências de que ele não se importa com ela, com afirmações do tipo “ele foi jogar futebol quando você estava doente”. Outras vezes, o alienador explora a ausência do alienado em alguma ocasião especial para a criança ou o adolescente quando ele nem sequer foi avisado sobre o evento (KELLY; JOHNSTON, 2001, p. 258).

O comportamento do alienador é, em suma, patológico e carregado de mágoa e raiva. Ele possui problemas para diferenciar-se da criança, apresenta ansiedade severa advinda da separação, compreensão prejudicada da realidade e projeta a si mesmo no infante, tudo isso culminando com a conduta de incentivo da

alienação da criança ou do adolescente em relação ao genitor-alienado (KELLY; JOHNSTON, 2001, p. 258).

Esta “lavagem cerebral”, se bem sucedida, posteriormente ganha um novo componente: as contribuições da própria criança em prol desta campanha difamatória. Juntos, estes dois fatores confluem para o desenvolvimento da conduta disfuncional que Gardner denominou Síndrome da Alienação Parental (2002, p. 94).

A criança adere a este conjunto de esforços do alienador porque percebe que suas contribuições são bem-vindas e reforçadas por este. Em casos intermediários a criança é ensinada desrespeitar e contrariar o genitor-alienado e, quando a SAP atinge seu pior estágio, a criança responde à programação abstraindo-se de qualquer lembrança positiva sobre este (GARDNER, 2002, p. 95).

Para justificar o emprego do termo “síndrome”, Gardner arrola o grupo de sintomas que caracterizam a doença infantil específica que ele define, sintomas estes que tem uma etiologia comum, qual seja, a “lavagem cerebral” promovida pelo alienador em combinação com as próprias contribuições da criança. São eles: a) a campanha de infâmia; b) motivação fraca e absurda para a depreciação do genitor-alienado; c) déficit de ambivalência em relação a este; d) o fenômeno do pensador independente, ou seja, a criança ou o adolescente afirmam que a decisão de rejeitar o genitor-alienado é sua; e) suporte irrestrito ao alienador no conflito parental; f) a presença de cenários e expressões emprestadas do discurso do alienador; g) animosidade em relação aos amigos e a família extensa da parte do genitor-alienado (2002, p. 96).

Para o autor em referência, nos níveis intermediários da doença alguns destes sintomas podem não ser observados, mas nos casos severos a ampla maioria, se não todos, podem ser detectados na avaliação da criança ou do adolescente. Daí porque, para Gardner, a SAP é uma síndrome no mais puro sentido técnico (2002, p. 96).

Observe-se que Gardner diferencia claramente a SAP e a alienação parental. Para o ilustre autor norte-americano, a alienação parental é um gênero, para o qual concorrem diversos motivos de esgarçamento da relação paterno-filial, como abuso sexual e/ou físico reais, estilo rígido de educar, etc. A Síndrome da Alienação Parental, ao seu turno, figura dentre as espécies de alienação parental, na qual a relação afetiva entre o alienado e a criança é desgastada e por vezes

destruída pela conduta do alienador que doutrina o infante, combinada com as próprias contribuições deste para rompimento do vínculo afetivo com o alienado (2002, p. 94).

Um dos pontos que merecem atenção na formulação da SAP elaborada por Gardner diz respeito às denúncias de abuso sexual veiculadas por um dos genitores no contexto da disputa judicial pela guarda dos filhos. Para ele, a veiculação de uma notícia falsa de abuso sexual por parte do alienador pode emergir como um derivativo da SAP. Isso porque este tipo de denúncia é uma arma extremamente efetiva no contexto da disputa judicial pela guarda da criança, acelerando sobremaneira o processo de exclusão do alienado da vida desta. Porque a pedofilia feminina é uma parafilia mais rara (PFEIFFER; CARDON, p. 2), esta manobra é comumente empregada pela mãe alienadora contra o pai alienado ou então pelo pai alienador contra o novo marido ou parceiro da mãe alienada (GARDNER, 2002, p.103).

A acusação de abuso sexual não é veiculada na maior parte dos casos de SAP, mas ela pode ser empregada quando outras manobras de exclusão do genitor alienado tenham falhado. Diante desta circunstância, para Gardner, a acusação formulada pelo alienador é potencialmente falsa (2002, fl. 103). Em outros casos, a alegação pode ser virtual, e o alienador pode apenas insinuar que o alienado é perigoso. Esta manobra já foi acima referida ao tratarmos do comportamento do alienador. No que tange a sua utilização em sede de falsas acusações de abuso sexual, é oportuno notar que ela evita a necessidade de fabricar episódios de abuso e o risco de incorrer nas penas do crime de calúnia. Um exemplo envolvendo esta forma mais refinada de comunicação falsa de abuso sexual é encontrado na obra de Cartwright, que retrata:

Apesar de inexistir alegação de abuso sexual, a mãe aludiu veladamente que o pai mostrou para a criança um vídeo que continha pornografia. Apesar de o vídeo referir-se a uma comédia de Hollywood estrelando Chevy Chase, alugado de uma videolocadora destinada à diversão familiar e escolhido pela própria criança, a mãe afirmou perante a Corte que a criança estava desapontada sobre o filme porque ele era sugestivo, erótico e pornográfico. Após entrevistar extensivamente a criança, o juiz discordou da mãe e disse que a criança estava chateada pelo simples fato de que o filme não era engraçado. (CARTWRIGHT, 1993, p. 208, tradução nossa)<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> No original: "For example, in one case, though no sexual abuse was ever alleged, it was hinted at in the allegation by the mother that the father had shown the child a rented videotape containing pornography. Thought the videotape was a Hollywood comedy starring Chevy Chase rented from a



Como consectário do modelo médico empregado por Gardner para compreender a SAP, este autor formulou diretrizes para seu saneamento. Este guia de ações a serem adotadas pelas autoridades judiciais que se defrontem com um caso de SAP funda-se no comportamento do alienador, ou seja, se ele emprega manobras de alienação brandas, moderadas ou incisivas, bem como nos sintomas apresentados pelas crianças ou adolescente, supra referidos. As medidas que ele propõe envolvem abordagens legais e psicoterapêuticas, a serem adotadas conforme a gravidade do comportamento do alienador e dos sintomas da criança e do adolescente, suscintamente expostas no quadro a seguir representado:

Nível de sintomas da criança ou adolescente	Suave	Moderado	Severo
<b>Abordagem legal</b>	<p><b>Para alienadores em nível brando:</b></p> <p>A Corte deve determinar que a guarda permaneça com o alienador.</p>	<p><b>Plano A</b>  <b>Para alienadores em nível moderado (mais comum):</b>  A Corte deve: (i) determinar que a guarda permaneça com o alienador; (ii) designar um terapeuta de SAP; (iii) Impor sanções: a) colher o compromisso do alienador de que não reincidirá na conduta; b) impor multa; c) determinar a prestação de serviços comunitários; d) coloca-lo em liberdade vigiada; e) prendê-lo.</p> <p><b>Plano B</b>  <b>Para alienadores em nível severo (ocasionalmente necessário)</b>  A Corte deve: (i) determinar que a guarda seja transferida para o genitor-alienado; (ii) designar um terapeuta de SAP; (iii) restringir de forma extrema a visitação da criança ou adolescente pelo alienador, adotando a visita monitorada para evitar a doutrinação do(s) filho(s).</p>	<p><b>Para alienadores em nível severo:</b>  A Corte deve: (i) determinar que a guarda seja transferida para o alienado; (ii) determinar a adoção do programa de transição.</p>
<b>Abordagem psicoterapêutica</b>	Nenhuma é necessária, usualmente.	<p><b>Planos A e B</b>  Tratamento por um terapeuta de SAP designado pela Corte</p>	O programa de transição deve ser monitorado pelo terapeuta de SAP designado pela Corte.

family video store and chosen by the child, the mother asserted in court that the child was disappointed in the movie because it was suggestive, erotic, and pornographic. After interviewing the child extensively, the judge disagreed that the movie was pornographic and said that while the child was indeed disappointed with the film, it was not because the film was pornographic but because it wasn't funny."

QUADRO 1 – PROVIDÊNCIAS LEGAIS E PSICOTERAPÊUTICAS EM CASOS DE SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL

FONTE: GARDNER (2001, p. 619, tradução nossa<sup>15</sup>)

O programa de transição a que se faz referência nos casos de SAP severos tem espaço quando o estado de pânico e raiva da criança ou do adolescente é tão severo que ainda que a sua guarda jurídica e custódia física sejam transferidas para o alienado, a sua hostilidade e medo para com ele não serão reduzidas e a criança ou adolescente potencialmente fugirá da casa deste ou ficará paralisado com um terror mórbido. Nestes casos, Gardner sugere a colocação do infante em um ambiente neutro, onde ele não será confrontado com a relação de lealdade que estabeleceu com o alienador. Neste período, ele defende que todo e qualquer contato com o alienador deve ser suprimido, até mesmo e-mails, cartas ou chamadas telefônicas. Além disso, o programa deve ser monitorado por um psicoterapeuta indicado pela autoridade judicial (1998, p. 10), tudo isso com vistas a permitir a transferência da guarda jurídica e custódia física da criança ou adolescente para o alienado.

Os locais de transição propostos por Gardner também variam conforme a insistência do alienador em descumprir as determinações judiciais de cessação de contato. O local mais brando é a casa de um parente ou amigo que não se inclua dentre as pessoas cuja imagem seja alvo de difamação do alienador, ou ainda um lar provisório indicado pela autoridade judicial. O insucesso deste local enseja a colocação do infante em um abrigo comunitário, um local onde vítimas de abuso e crianças abandonadas permanecem. Caso haja insucesso em ambas as tentativas, Gardner sugere a hospitalização da criança (1998, p. 10-11). Nas três hipóteses, no entanto, a frequência à escola deve ser viabilizada.

Uma vez colocada no local de transição, tem início um programa de tratamento que se desenvolve em 6 (seis) fases, cujo principal objetivo é viabilizar a transferência da guarda para o alienado e proporcionar experiências de vida entre a criança ou adolescente e ele, para que seja desfeita a imagem de pessoa perigosa e terrível inculcada pelo alienador em sua mente. Estas fases, sucintamente e em ordem sequencial, são: (i) acomodação no local de transição e, após alguns dias,

---

<sup>15</sup> Original em anexo 1.

início das visitas do alienado nas dependências deste; (ii) visitas da criança ou adolescente ao domicílio do alienado, com posterior retorno dela ao local de transição; (iii) colocação da criança ou do adolescente no domicílio do alienado; (iv) a criança ou o adolescente, após algum tempo, pode retomar o contato com o alienador mediante conversas telefônicas monitoradas; (v) o alienador pode visitar a criança ou o adolescente no domicílio do alienado, com frequência e duração condicionadas ao quanto ele consegue evitar a hostilidade frente o alienado; (vi) visitas monitoradas ao domicílio do alienador podem ser fixadas pela autoridade judicial (GARDNER, 1998, p. 12-13).

Nas fases (i), (ii) e (iii), a restrição completa de acesso do alienador à criança é defendida por Gardner, que inclusive sugere sanções sérias ao alienador que descumprir esta determinação, como multa, redução da pensão alimentícia e até prisão e hospitalização (1998, p. 12).

Estas medidas, no entanto, só tem espaço quando há diagnóstico preciso da Síndrome da Alienação Parental e sua respectiva gravidade. Além disso, elas devem ser implementadas de acordo com os sintomas apresentados pela criança ou adolescente. Neste sentido o apelo de Gardner é incisivo:

Eu não posso enfatizar o suficiente a importância da definição da categoria da SAP antes de implementar qualquer medida psicoterapêutica ou legal. Não fazer isso pode resultar em erros graves que potencialmente causarão distúrbios psiquiátricos significativos em todas as partes envolvidas. Eu tenho lido notícias sobre profissionais da saúde e cortes lidando com casos de SAP leve ou moderada como se severa fosse e, erroneamente, então, transferindo a guarda para o pai e inclusive colocando mães cujo nível de doutrinação é mínimo na prisão, quando sua campanha poderia ser revertida simplesmente dando-lhe a garantia de que elas permaneceriam na condição de guardiãs unilaterais da criança. Eu tenho visto casos em que cortes e profissionais médicos avaliaram a SAP sob as bases da campanha de difamação levada a efeito pela mãe, e não pelo nível de sucesso desta campanha perante a criança. Nestes casos, as crianças apresentavam sintomas leves de SAP, mas a mãe foi tratada como se elas estivessem em estágio grave e, portanto, privadas da guarda jurídica dos seus filhos. (GARDNER, 1998, p. 15, tradução nossa)<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> No original: *"I cannot emphasize strongly enough the importance of accurately defining the category of PAS before implementing any therapeutic or legal measures. Not to do so is likely to result in grievous errors that will predictably cause significant psychiatric disturbances in all concerned parties. I have seen reports of mental health professionals and courts dealing with mild or moderate cases of PAS as if they were severe, injudiciously and erroneously, then, transferring custody to the father, and even putting women in jail whose level of indoctrinations are minimal and might even be reversed once they had the assurance that they would remain the primary custodial parents. I have seen cases in which courts and mental health professionals have assessed PAS on the basis of the mother's indoctrinations, and not the degree to which the programming process has been successful in the*

Na esteira destas considerações, Gardner insiste que a transferência da guarda jurídica para o alienado deve ser uma providência reservada aos casos graves de SAP ou moderados, quando existe forte indicativo de que o alienador não recuará no seu intento de excluir o alienado. Nestes casos, este só subsiste na vida da criança ou do adolescente por sua influência positiva, garantida pelo período de convivência de que dispõem. Em casos leves ou moderados em que esta circunstância fática não está presente, a implementação do programa de transição é completamente desnecessária (1998, p.15-16).

Não obstante a extensa obra de Gardner, que procurou explicar pormenorizadamente a SAP, diferenciá-la de casos de abuso real e sugerir medidas adequadas para saneamento desta relação paterno-filial disfuncional, como o próprio autor admite, o uso distorcido de suas teorizações tornou-se um problema grave nos Estados Unidos. A máxima médica do diagnóstico antes do tratamento muitas vezes foi esquecida na implementação das providências por ele propostas, especialmente porque os operadores jurídicos e seus auxiliares muitas vezes levam em consideração tão somente a gravidade das manobras de alienação levadas a efeito pelo alienador, e não os sintomas da criança ou adolescente, agravando o problema, ao invés de atenuá-lo (GARDNER, 1998, p. 15).

A compreensão equivocada da Síndrome da Alienação Parental nas cortes americanas, a frequência de proposições legislativas que a tinham por objeto e o fato de figurar como argumento recorrente em disputas judiciais pela guarda dos filhos culminou com críticas bastante incisivas à obra de Gardner.

### 3.2 AS CRÍTICAS AO MODELO CONCEBIDO POR RICHARD GARDNER

A primeira e mais lembrada crítica à obra de Gardner diz respeito ao uso do termo técnico “síndrome” para referir-se ao comportamento da criança que imotivadamente denigre o genitor alienado e sua família extensa, que decorre principalmente das manobras de alienação levadas a efeito pelo alienador. Isso porque a SAP não é arrolada na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10) e tampouco foi incluída na versão

---

*child. In such cases the children may have exhibited only mild PAS manifestations, but the mother was treated as if the children were in the severe category and thereby deprived of custody.”*

mais recente do “Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders” (DSM-V), manual de diagnóstico de transtornos mentais organizado pela Associação Americana de Psiquiatria.

Sobre este último aspecto, relevante mencionar que Gardner, falecido em 2003, ou seja, antes da atualização do DSM-IV, ocorrida apenas em 2013, tinha grandes esperanças de que a Síndrome da Alienação Parental fosse incluída neste manual. Para ele, a ausência da SAP no DSM-IV pode ser justificada pelo fato de que, quando este manual estava sendo elaborado (1990-1993), havia poucos artigos publicados que justificassem a proposta de submissão da Síndrome da Alienação Parental à comissão organizadora. No entanto, em 2001, em resposta às críticas relacionadas à ausência da SAP no DSM-IV, o autor assinalou que este cenário mudou, especialmente com o grande número de artigos sobre o assunto e a crescente aceitação da SAP nas cortes americanas, que passou a ser bem sucedida quando submetida ao teste Frye, um dos critérios utilizados para aferir a admissibilidade do testemunho de um *expert* no direito processual norte-americano. Visualizava, assim, a viabilidade da submissão da Síndrome da Alienação Parental à comissão organizadora do DSM-V (2001, p. 617-618).

Apesar dos seus esforços e dos profissionais que endossam a sua teorização, a SAP foi submetida à comissão organizadora do DSM-V e teve sua inclusão negada. Os membros avaliadores emitiram parecer negativo sob o fundamento de que as evidências empíricas necessárias para a inclusão da SAP no DSM-V não lograram êxito atingir os patamares mínimos exigidos (CAPLAN, 2011). A crítica formulada permanece, então, bastante atual e continua suscitando discussões acaloradas na comunidade científica americana.

Apesar disso, tendo em vista a especificação desta forma de abuso moral contra crianças e adolescentes no Brasil, promovida pela Lei 12.318/2010 sob o rótulo de “alienação parental”, a discussão supra mencionada, qual seja, se o termo “síndrome” pode ser corretamente empregado em tais casos, é secundária. O legislador brasileiro já fez sua opção: descartou o termo síndrome e deu um conteúdo específico à alienação parental, qual seja, atos que interferem na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovidos ou induzidos por um dos seus genitores (ou por quem o tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância) para que

repudie o outro genitor ou que causem prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos afetivos com este (LAP, art. 2º).

Neste sentido, são oportunas as considerações feitas por Elizio Luiz Perez, juiz do trabalho responsável pela consolidação do anteprojeto do qual se originou a Lei nº 12.318/2010:

Afastou-se, de plano, a polêmica acerca do diagnóstico de *síndrome*, no âmbito da Psicologia, hipótese em que a criança ou adolescente envolvida em processo de alienação parental já daria, ela própria, sua contribuição para o aprofundamento do processo. Não se pode negar a relevância e utilidade da teoria original (Richard Gardner) sobre a Síndrome da Alienação Parental (SAP) e a riqueza de suas descrições, mas tampouco a crítica ao contexto em que surge, de pragmatismo comportamental, punitivo e psiquiátrico norte-americano. (PEREZ, 2013, p. 45-46).

A Lei da Alienação Parental, portanto, dá ênfase ao caráter antijurídico do ato de alienação parental, que recomenda intervenção estatal, e não à patologia que pode advir deste processo, “sem cristalizar única solução para o controvertido debate acerca de sua natureza” (PEREZ, 2013, p. 46). Além de que, a existência do fenômeno pelo qual a criança constrói uma relação de lealdade com um dos seus genitores em detrimento do outro no contexto do conflito pós-divórcio não é contradita mesmo por aqueles que refutam a existência de uma síndrome psicológica nestes casos (ROVINSKI, 2013, p. 87).

Igual caráter acessório, no entanto, não podemos atribuir às outras críticas formuladas à Síndrome da Alienação Parental. Em alguns trabalhos doutrinários elas não são nem sequer mencionadas (dado o entusiasmo da recepção desta teorização no Brasil). Apesar disso, sua notícia e compreensão são essenciais para a correta aplicação da LAP, ainda que ela, na sua origem, tenha optado por não utilizar o modelo médico como ponto de partida para regulamentação do tema.

Nos últimos anos, a SAP e a expressão “alienação parental” têm sido empregadas largamente para explicar a recusa de uma criança ou adolescente em visitar ou conviver com o genitor que não detém sua custódia física, seja em casos envolvendo alegações de abuso ou não (BRUCH, 2001, p. 528). No Brasil, notou-se ainda o crescente emprego da alienação parental (ou SAP) como argumento de defesa em ações penais que tem por objeto a apuração de crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes (DIAS, 2013, p. 18).

Este cenário decorre principalmente do ponto de partida da formulação de Gardner: a aferição do comportamento do dito genitor alienador, ou seja, se ele está mentindo, e não a avaliação do genitor dito alienado, ou seja, se ele é insincero ou se comporta de uma forma que pode explicar a aversão da criança ou adolescente (BRUCH, 2001, p. 529). Além disso, a frequência com a qual a implantação de falsas memórias é observada em disputas judiciais envolvendo a disputa pela guarda jurídica de crianças estimada por Gardner - 95% ou mais - corrobora a explicação segundo a qual a aversão dela deve ser explicada a partir do comportamento do dito alienador e/ou da SAP, e não sob uma perspectiva multifocal (BRUCH, 2001, p. 531).

Dizendo por outras palavras, a Síndrome da Alienação Parental toma quase exclusivamente o comportamento do alienador como o fator etiológico da criança alienada. Apesar disso, de um lado, estudos clínicos demonstram que em divórcios com alto grau de litigiosidade, muitos genitores promovem esta campanha de vilipêndio da figura do outro genitor, mas apenas um pequeno número de crianças se torna efetivamente alienada. De outro lado, existem crianças e adolescentes que desenvolvem sentimentos negativos em face de um dos seus genitores no contexto do fim da união conjugal de seus pais sem que haja prática qualquer ato de alienação parental (KELLY; JOHNSTON, 2001, p. 249). Diante disso, Johnston e Kelly concluem que “atos de alienação parental praticados por um dos pais não são suficientes e tampouco condição necessária para que uma criança se torne alienada” (2001, p. 249).

Ainda, ao incluir na definição da SAP os seus próprios agentes etiológicos, quais sejam, as manobras de alienação levadas a efeito pelo alienador e uma criança suscetível a estas atitudes, Gardner tornou-a “infalsificável, porque tautológica” (KELLY; JOHNSON, 2001, p. 249). Sobre este aspecto, oportuna a citação das considerações tecidas por Rovinski:

Quanto ao conceito de síndrome, autores como Bone (2003) e Dallan (1999) reforçam as críticas já apresentadas nesse capítulo, chamando a atenção para o cuidado com o raciocínio circular inerente à proposta de Gardner (2001), onde os sintomas de rejeição da criança seriam ao mesmo tempo a confirmação do diagnóstico da SAP, e esta a reafirmação da inexistência de fatos reais de abuso para justificar tais sintomas. Com esta lógica estar-se-ia colocando em risco a necessidade de se verificar sempre a possível existência de abusos reais que possam justificar a rejeição da criança ao genitor. (ROVINSKI, 2013, p. 91).

Significa dizer que a Síndrome da Alienação Parental e o seu modelo de apreensão da realidade podem deslocar a atenção de um genitor perigoso buscando a custódia física e guarda jurídica da criança, para o genitor guardião, que pode simplesmente estar encetando esforços para proteger a criança, mas cuja conduta será presumida como insincera e corrompida. A busca por ajuda médica e jurídica nestas circunstâncias, ao seu turno, pode ser considerada como mais uma manobra de alienação levada a efeito pelo dito alienador. Esta faceta da teorização de Gardner pode induzir juízes e demais operadores do Direito a não levarem a sério acusações de abuso sexual levantadas no contexto de separações com alto grau de litigiosidade e em casos de SAP considerados severos (BRUCH, 2001, p. 532).

A reação eventualmente agressiva observada no comportamento de crianças e adolescentes no contexto da dissolução da união conjugal de seus pais muitas vezes está relacionada a um processo de amadurecimento e crescimento típicos dos atores envolvidos neste processo. Compreender este comportamento como uma patologia também pode prejudicar e ofuscar a detecção de um modo de agir previsível por parte de crianças e adolescentes observada no âmago de divórcios litigiosos (BRUCH, 2001, p. 530).

Outro aspecto bastante questionado acerca do modelo concebido por Gardner é a afirmada irreversibilidade dos danos ocasionados à relação afetiva entre a criança e o genitor alienado, caso medidas drásticas e enérgicas como a alteração do regime de guarda e isolamento da criança do convívio com o genitor alienador não sejam adotadas. Existem estudos empíricos idôneos que demonstram que em muitos casos os conflitos de lealdade em referência restam dissipados quando as crianças e adolescentes atingem a maioridade, ao passo que a ausência de comprovação empírica das implicações da SAP sempre figurou como a maior fragilidade da teorização de Gardner (BRUCH, 2001, p. 533).

Em 1980, um estudo pioneiro que acompanhou 131 crianças de famílias divorciadas no Estado da Califórnia nos Estados Unidos por 25 anos demonstrou que a reação destas ao fim da união conjugal de seus pais guarda estreita relação com seu estágio de desenvolvimento. Crianças de 9 a 12 anos usualmente apresentam comportamento agressivo em face do genitor que acreditam ser o responsável pelo divórcio, aliando-se àquele que elas acreditam ser inocente. Apesar disso, a pesquisa revelou que este comportamento é transitório e que em



todos os casos avaliados a criança abandonou sua postura agressiva um ou dois anos após o divórcio e sempre antes dos 18 anos, sem necessidade de intervenções judiciais incisivas. Observou-se também a vantagem da não interferência, porque a tentativa de quebrar a relação de lealdade que se forma entre a criança e o genitor que ela reputa inocente apenas a intensifica, assim como o comportamento agressivo daquela (BRUCH, 2001, p. 547).

De outro lado, mas no mesmo sentido, adotar medidas como a inversão do regime de guarda e/ou isolamento da criança ou adolescente do convívio com o genitor dito alienador em sede de apuração de acusações de abuso sexual pode coloca-los em situação de risco (BRUCH, 2001, p. 533). A Síndrome da Alienação Parental pode ser utilizada como estratégia para minar processos criminais e civis que apurem a ocorrência de abuso sexual contra crianças e adolescentes, mitigando a adoção das providências necessárias nestes casos e prejudicando a comunicação da criança com o genitor que pode ajuda-las.

E mesmo nas hipóteses em que a acusação de abuso sexual não se faz presente, a alteração brusca do domicílio da criança e a cessação ou diminuição do convívio desta com o genitor com o qual guarda laços estreitos de afetividade e confiança impingem-lhe sofrimento e medo, e são desaconselhadas mesmo por aqueles que acolhem a SAP (BRUCH, 2001, p. 534). Este tipo de abordagem atropela, ou melhor, ignora os aspectos saudáveis da relação parental estabelecida entre o genitor alienador e seu(s) filho(s), e figura antes como medida punitiva do que saneadora (KELLY; JOHNSON, 2001, p. 250). No Brasil, Buosi expôs brilhantemente o assunto ao apreciar as medidas interventivas previstas no art. 6º da LAP:

O traço orientador preponderante desse rol de providências a serem tomadas pelo Judiciário em casos de alienação parental não é punitivo, mas sim de preservação ao equilíbrio e qualidade de vida do psicológico da criança e do adolescente. A lei está longe da intenção de estigmatizar ou adotar medidas de vingança ou violência comparável aos próprios atos cometidos de alienação parental, mas busca preservar o direito fundamental da criança e adolescente de convivência familiar saudável.

Portanto, a possibilidade de prisão ou de perda do poder familiar como alguns doutrinadores, tais como Lagrasta, Neto, Fonseca e Wandalsen defendem, se tornam insustentáveis na medida em que isso seria punir a própria criança vitimada, ao carregar com o sentimento de culpa ao ver um de seus genitores presos ou com o sofrimento de ter cessado com ele qualquer convívio, com o qual já estava adaptado. (BUOSI, 2012, p. 133-134)

Com efeito, existem diversos motivos pelos quais uma criança ou adolescente pode recusar o convívio com um dos seus genitores no contexto do fim da união conjugal, decorrência de circunstâncias sociais mais amplas do que aquelas originalmente concebidas por Gardner (ROVINSKI, 2013, p. 88). A idade da criança ou adolescente envolvido e o comportamento do genitor não guardião são fatores de grande influência neste processo.

A adoção das medidas de saneamento cominadas para a SAP pode revelar-se imprópria em determinadas situações e prejudicar as crianças e adolescentes e seus pais, intensificando o problema (BRUCH, 2001, p. 534). Este cenário é pormenorizadamente descrito e problematizado por Bruch, que em seguida dispara contra a SAP:

A mídia, os pais, terapeutas, advogados, mediadores e juízes agora frequentemente se referem à SAP, vários aparentemente assumindo que é um diagnóstico mental útil e cientificamente estabelecido. Portanto, na prática, sempre que acusações de abuso sexual ou problemas de visitação emergem nos Estados Unidos, uma das partes deve estar preparada para confrontar a assertiva segundo a qual há SAP no caso concreto, e não abuso ou outras dificuldades. (BRUCH, 2001, p. 536, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Há mais. No que tange a medida saneadora da SAP consistente na submissão do genitor alienador à terapia, critica-se ainda a adoção do “modelo que assume que todas as dificuldades inter-relacionais sérias podem e devem ser remediadas por intervenções psiquiátricas” (BRUCH, 2001, p. 546). A partir dele, defende-se que o papel do Judiciário, nestes casos, é submeter as partes a terapias invasivas e extremamente caras, sem qualquer garantia de que os resultados serão melhores se confrontados com a hipótese de não intervenção. Rovinski corrobora esta crítica, ao expor a SAP como integrante do “movimento contemporâneo de medicalização de qualquer problema, o que indicaria que, como síndrome, ela foi mais construída do que descoberta” (2013, p. 111).

Ademais, os genitores que então foram presumidos como os melhores guardiões para seus filhos passam a ser objeto de monitoração constante, fazendo

---

<sup>17</sup> No original: “The media, parents, therapists, lawyers, mediators, and judges nor often refer to PAS, many apparently assuming that it is a scientifically established and useful mental health diagnosis. Accordingly, in practice, whenever child sexual abuse allegations or disrupted visitation patterns arise in the United States, one must now be prepared to confront a claim asserting that PAS is at work, not abuse or other difficulties.”

com que o exercício da autoridade parental no contexto do divórcio seja mais controlado do que em qualquer outra circunstância (BRUCH, 2001, p. 546).

No Brasil, o genitor alienador, ao seu turno, passou a ser vítima de estigma por parte dos operadores jurídicos, que buscam punição em detrimento da necessidade de compreender o problema e de buscar soluções para ele, conforme retrata Rovinski:

Para Sousa (2010), esta crescente preocupação com a punição, fez com que se associasse ao conceito de genitor alienador adjetivos e expressões depreciativas, de cunho moral, e não de compreensão psicológica das causas do problema. Ainda, pela experiência da autora deste capítulo, o alienador passou a ser visto, pelos agentes jurídicos, apenas como uma pessoa *maldosa*, que administra de forma inadequada sua raiva pela separação, quando a simples punição do Judiciário bastaria para resolver o problema, minimizando a complexidade da dinâmica relacional e o prejuízo decorrente ao desenvolvimento psicológico da criança. (ROVINSKI, 2013, p. 88).

Em síntese, a Síndrome da Alienação Parental pode ser empregada apenas como um mecanismo para conferir ao genitor não guardião uma vantagem na disputa pela guarda judicial dos filhos ou um argumento de defesa vazio em processos criminais que apuram abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes. Isso prejudica a busca pelo melhor interesse destes e vulnera a sua proteção integral (BRUCH, 2001, p. 542). As medidas interventivas propostas, especialmente em casos graves de SAP, ao seu turno, podem vir em prejuízo da criança, revestindo-se muito mais de caráter punitivo do que saneador. A postura que desconsidera a necessidade de compreender o genitor alienador e a forma como ele busca soluções para satisfazer suas necessidades prejudica a adoção de soluções efetivas para o problema, e pode, ao contrário, aumentar a sua conduta disfuncional (ROVINSKY, 2013, p. 93-94).

Observe-se que todas as críticas até aqui apontadas dizem respeito ao diagnóstico e tratamento da SAP tal qual concebidos por Gardner. Some-se aos problemas supra referidos o uso equivocado da sua teorização, ou seja, a aplicação das medidas interventivas da Síndrome da Alienação Parental ainda que ausente o diagnóstico preciso capaz de justificar a sua adoção. Cite-se como exemplo a definição atribuída à SAP por Freitas e Pellizzaro:

Trata-se de um transtorno psicológico caracterizado por um conjunto sintomático pelo qual um genitor, denominado cônjuge alienador, modifica a consciência de seu filho, por meio de estratégias de

atuação e malícia (mesmo que inconscientemente), com o objetivo de impedir, obstaculizar ou destruir seus vínculos com o outro genitor, denominado cônjuge alienado. Geralmente, não há motivos reais que justifiquem essa condição. É uma programação sistemática promovida pelo alienador para que a criança odeie, despreze ou tema o genitor alienado, sem justificativa real. (FREITAS; PELLIZZARO, 2010, p. 20).

Como já explicado, o diagnóstico da Síndrome da Alienação Parental não se satisfaz com as manobras de alienação levadas a efeito pelo genitor alienado ou “lavagem cerebral”. Exige-se para sua caracterização a combinação deste fator com as contribuições da própria criança para a campanha de depreciação do genitor alienado (GARDNER, 2002, p. 97). Daí porque a definição supra citada é equivocada e também a assertiva segundo a qual a LAP define em seu art. 2º a SAP, conforme também afirmam Freitas e Pellizzaro (2010, p. 19-20). A regulamentação brasileira sobre o assunto não exige as contribuições da própria criança para o esgarçamento dos laços afetivos que mantém com o genitor alienado e sua família extensa, logo, ela não define a SAP.

Todos os problemas envolvendo a compreensão da Síndrome da Alienação Parental e o emprego muitas vezes equivocado de suas medidas saneadoras em nome da saúde psicológica das crianças levou Johnston e Kelly a formularem uma conceituação diversa para este fenômeno. Por sua relevância e utilidade para a compreensão e aplicação da LAP, nos dedicaremos no próximo tópico ao estudo desta nova proposta de abordagem do problema.

### 3.3 O MODELO DA CRIANÇA ALIENADA E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES À COMPREENSÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

O modelo da criança alienada é uma reformulação da Síndrome da Alienação Parental que perquire intervenções eficazes para saneamento das relações familiares, seja no âmbito jurídico, seja no âmbito terapêutico. Foi concebido por Johnston e Kelly em 2001 e ganhou o respeito da comunidade científica americana em vista da sua proposta de compreensão multifocal do fenômeno complexo estudado. Por sua repercussão, recebeu uma réplica do próprio Gardner (2001), que visava estreitar as diferenças entre os dois modelos em um artigo publicado na edição posterior do periódico onde foi veiculada a proposta de compreensão da alienação parental por Johnston e Kelly (2001).

O ponto de partida da formulação destas autoras norte-americanas é a criança alienada, e não a alienação parental. O conceito e a justificativa para a eleição desta abordagem são explicados por Johnston e Kelly nestes termos:

*Criança alienada* é definida aqui como aquela que expressa, de forma livre e persistente, crenças e sentimentos negativos desarrazoados (como raiva, ódio, rejeição e/ou medo) em relação a um dos seus genitores, que são significativamente desproporcionais à experiência que ela teve com ele. A partir desta perspectiva, o comportamento pernicioso do genitor alienador não é mais o ponto de partida. Ao contrário, o problema da criança alienada começa com foco primário na criança ou adolescente, nos seus comportamentos, e na relação paterno-filial. Esta abordagem é objetiva e neutra e permite que profissionais envolvidos na disputa judicial pela guarda do(s) filho(s) considerem se ela se enquadra neste conceito e, se sim, que usem um quadro de trabalho mais inclusivo para avaliar porque a criança agora rejeita e recusa o convívio com um dos seus genitores. (JOHNSTON; KELLY, 2001, tradução nossa)<sup>18</sup>.

Existem diversos motivos pelos quais uma criança pode recusar o convívio com um dos seus genitores, dentre os quais podemos arrolar: (a) resistência fundada em um processo natural de amadurecimento, decorrente principalmente da ansiedade pós-divórcio que a acomete; (b) resistência consequente do conflito marital, ou seja, ausência de capacidade para lidar com esta transição estressante; (c) resposta ao estilo de educação do genitor rejeitado, que pode ser muito rígido, bravo e/ou impaciente; ou (d) resistência decorrente da composição de uma nova família pelo genitor repellido. A criança alienada não se enquadra em nenhuma dessas situações e tampouco o genitor que questione a necessidade das visitas nestas circunstâncias pode ser considerado como alienador (KELLY; JOHNTSON, 2001, p. 251).

As relações da criança com seus pais após a dissolução da união conjugal pode ser representada em uma reta cuja progressão demonstra a crescente restrição deste relacionamento, conforme propõem Johnston e Kelly:

---

<sup>18</sup> No original: "An alienated child is defined here as one who expresses, freely and persistently, unreasonable negative feelings and beliefs (such as anger, hatred, rejection, and/or fear) toward a parent that are significantly disproportionate to the child/s actual experience with that parent. From this viewpoint, the pernicious behaviors of a 'programming' parent are no longer the starting point. Rather, the problem of the alienated child begins with a primary focus on the child, his or her observable behaviors, and parent-child relationships. This objective and neutral focus enables the professionals involved in the custody dispute to consider whether the child fits the definition of an alienated child and, if so, to use a more inclusive framework for assessing why the child is now rejecting a parent and refusing contact."

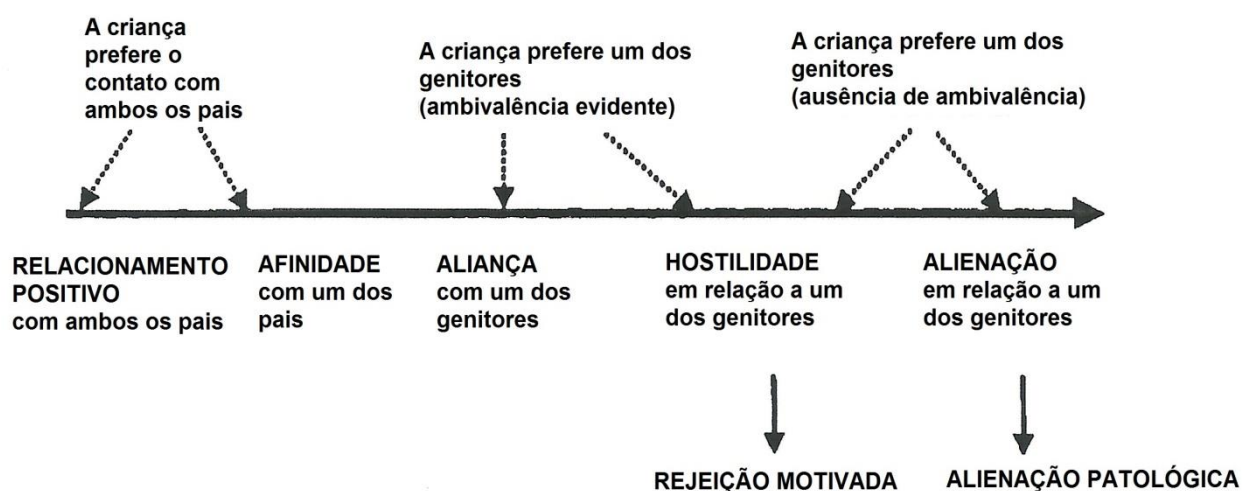


FIGURA 1 – RELACIONAMENTO PATERNO-FILIAL APÓS O FIM DA FAMÍLIA CONJUGAL  
 FONTE: JOHNSTON; KELLY (2001, p. 252, tradução nossa<sup>19</sup>)

O início da reta (“*RELACIONAMENTO POSITIVO*”) contempla a maior parte das crianças e adolescentes com pais divorciados. Eles querem manter um relacionamento positivo com ambos os genitores, valorizando-os de igual maneira e desejando conviver por um período equitativo com cada um deles.

Ainda na extremidade saudável da reta, temos as crianças que possuem afinidade com um dos seus pais (“*AFINIDADE*”). Por questões relacionadas ao estágio de desenvolvimento, à existência de interesses comuns e à forma de educar, algumas crianças e adolescentes se sentem muito mais próximos de um dos seus genitores. Este cenário pode mudar conforme o amadurecimento daqueles. O importante é notar que, apesar da afinidade com um dos seus pais, os filhos ainda desejam conviver com e amar ambos.

As crianças aliadas (“*ALIANÇA*”), ao seu turno, são aquelas que no contexto conjugal preferem um dos pais em detrimento do outro e, após a separação, optam por um contato limitado com o não predileto. Apesar disso, elas ainda demonstram ambivalência em relação a este e não desejam cessar por completo a convivência com ele. Estas alianças são conseqüências da dinâmica conjugal deteriorada, onde os filhos são utilizados para transmitir mensagens hostis

<sup>19</sup> Original em anexo 2.

entre os seus genitores e chamados a escolher de qual lado irão permanecer neste conflito. Ainda expondo os motivos destas alianças, Johnston e Kelly aduzem:

Usualmente, estas alianças surgem em crianças com idade escolar mais avançada em resposta à dinâmica da separação, envolvendo a avaliação moral da criança e o julgamento sobre qual genitor foi o responsável pelo divórcio, quem está mais machucado e vulnerável, e quem precisa ou merece a sua fidelidade e o seu suporte. (JOHNSTON; KELLY, 2001, p. 252, tradução nossa)<sup>20</sup>.

Estas fortes alianças, geralmente acompanhadas de ultraje moral em face do genitor não predileto, são na maior parte das vezes temporárias e dissipam-se caso seja concedida à criança ou ao adolescente o tempo e a oportunidade necessários para “processar a separação com um terapeuta ou um adulto em quem confia, ou quando o conflito entre seus pais retrocede” (JOHNSTON; KELLY, 2001, p. 253, tradução nossa<sup>21</sup>). A criança aliada, ao contrário da criança alienada, admite que ama o genitor não predileto, mas simplesmente não deseja conviver com ele com tanta frequência neste momento de sua vida. Além disso, são crianças que protegem o genitor favorito, já que o reputam machucado e necessitando de sua atenção, sem oferecer demonstrações de ódio e crueldade em relação ao outro genitor, no entanto.

Próximo ao extremo negativo da reta, temos as crianças hostis (“*HOSTILIDADE*”). O seu comportamento é o resultado da experiência com um dos seus genitores, um histórico marcado pela violência familiar, abuso, negligência, etc. Elas devem ser claramente distinguidas das crianças alienadas, porque sua conduta é consequência direta da experimentação de “violência reiterada e ataques explosivos por parte de um dos seus pais durante a convivência conjugal ou após o seu fim”, onde muitas vezes ela própria foi o alvo deste comportamento desajustado (KELLY e JOHNSTON, 2001, p. 253, tradução nossa<sup>22</sup>). Nestes casos, muitas vezes

---

<sup>20</sup> No original: “More often, alliances arise in older school-age children in response to the dynamics of the separation, involving children’s moral assessment and judgment about which parent caused the divorce, who is most hurt and vulnerable, and who needs or deserves the child’s allegiance and support.”

<sup>21</sup> No original: “These strong alliances, and the accompanying expressions of moral outrage and contempt, are most often temporary if the child has an opportunity to process the separation with a therapist or trusted adult or when the conflict subsides.”

<sup>22</sup> No original: “Among this group are children who are estranged as a cumulative result of observing repeated violence or explosive outbursts of a parent during the marriage or after separation, or who were themselves the target of violence and abusive behavior from this parent.”

“a criança ou adolescente apenas se sente seguro para rejeitar estes pais violentos e abusivos após o fim da união conjugal” (KELLY e JOHNSTON, 2001, p. 253, tradução nossa<sup>23</sup>).

A criança hostil demonstra raiva acentuada em relação a um dos seus genitores combinada com reações fóbicas, decorrentes do medo subconsciente de retaliação. Isso faz com que se pareça com a criança alienada, no entanto, a distinção é de suma importância, porque diferentemente destas, as crianças hostis vivenciaram a violência familiar e o sentimento que mantém não é desarrazoado ou injustificado. Além disso, não se pressupõe que elas tenham presenciado atos de violência entre seus pais ou outros membros da família, bastando que experimentem as suas consequências, conforme explicam Johnston e Kelly:

É importante notar que a criança hostil não precisa ser testemunha da violência; ela precisa apenas experimentar as suas consequências ou ser deixada aos cuidados do genitor traumatizado pelo abuso marital severo. As crianças também podem ser traumatizadas por um ato de violência que na perspectiva de um adulto pode não ser considerado muito sério ou ofensivo. Algumas crianças vivenciam um incidente traumático quando muito pequenas, envolvendo uso excessivo de poder e violência contra um membro da família que, após a separação, pode emergir como uma figura poderosa na sua mente, aliando à hostilidade a alienação. (JOHNSTON; KELLY, 2001, p. 253, tradução nossa)<sup>24</sup>.

Crianças hostis precisam de intervenção psicológica ou psiquiátrica para sanear o estresse pós-traumático que lhes acomete desde o início do divórcio. Conforme propõem Johnston e Kelly (2001, p. 253), considerações sobre a necessidade de intervenção para a alienação nestes casos só podem ser cogitadas após o trauma apresentado pela criança ter sido devidamente identificado e o respectivo tratamento executado.

Outras causas relacionadas ao comportamento da criança hostil são descritas pelas autoras norte-americanas:

---

<sup>23</sup> No original: “Often, they can only feel safe enough to reject the violent or abusive parent after the separation.”

<sup>24</sup> No original: “It is important to note that children do not have to be direct witnesses to violence; the child need only see aftermath of the violence or be left in the care of a victim parent who is traumatized by severe marital abuse. And children also can be traumatized by an act of violence that from an adult’s perspective might not have been very serious or injurious. Some children have experienced an early traumatic incident involving excessive force or abuse toward a family member that after separation escalates into a powerful family legend that can contribute to the child alienation in addition to estrangement.”.



Outras crianças e adolescentes comportam-se de uma maneira hostil em razão de deficiências severas no exercício da autoridade parental apresentadas por um dos seus genitores, incluindo imaturidade persistente e comportamentos egoísticos, abuso emocional crônico direcionado a si ou ao genitor preferido, distúrbios psiquiátricos ou abuso substancial que prejudica grosseiramente a sua capacidade de educar e o funcionamento da família. (JOHNSTON; KELLY, 2001, p. 253, tradução nossa)<sup>25</sup>.

A reação da criança hostil nestas circunstâncias é saudável, porque conforme progridem, aperfeiçoam a sua capacidade de diferenciar situações e a fazer escolhas, distanciando-se dos “efeitos corrosivos de um genitor no qual não podem confiar e que é inadequado ou abusivo” (JOHNSTON e KELLY, 2001, p. 254, tradução nossa<sup>26</sup>). Seu comportamento é razoável e a diferenciação afetiva que estabeleceu entre seus genitores é justificada. Todavia, é incomum que ela deseje cessar por completo a convivência com o genitor não preferido (característica comum nas crianças alienadas). Sua demanda é apenas limitar significativamente o contato com ele.

O comportamento das crianças e adolescentes hostis é comumente confundido com o da criança alienada e os genitores não preferidos usualmente alegam perante a autoridade judicial que a atitude daqueles deve ser explicada através da Síndrome da Alienação Parental. No entanto, como visto, a hipótese não configura alienação parental, e medidas interventivas nestas circunstâncias só podem ser cogitadas após o saneamento do trauma da criança. Neste sentido é a crítica e o alerta de Johnston e Kelly:

Infelizmente, as reações das crianças hostis após a separação são comumente e incorretamente interpretadas e apresentadas na disputa por sua guarda jurídica como um caso de SAP. O genitor deficiente, abusivo ou violento frequentemente acusa o outro genitor de atuar no sentido de alienar a criança ou adolescente. Eles resistem vigorosamente a qualquer sugestão de que a violência familiar ou suas deficiências severas no exercício da autoridade

---

<sup>25</sup> No original: “Other youngsters are estranged in response to severe parental deficiencies, including persistent immature and self-centered behaviors; chronic emotional abuse of the child or preferred parent; physical abuse that goes undetected; characterologically angry, rigid, and restrictive parenting styles; and psychiatric disturbance or substance abuse that grossly interferes with parenting capacities and family functioning.”

<sup>26</sup> No original: “It is important to acknowledge that it is a healthy response when children, more often in later latency or adolescence, finally develop some capacity to clarify, make choices, and distance themselves from the corrosive effects of a parent who is unreliable, consistently inadequate, or abusive.”

parental afetaram negativamente o relacionamento paterno-filial. (JOHNSTON; KELLY, 2001, p. 254, tradução nossa)<sup>27</sup>.

Por fim, temos a criança alienada no extremo negativo da relação entre pais e filhos (“*ALIENAÇÃO*”). Ela não apresenta qualquer ambivalência em relação ao genitor alienado, e trata-o de maneira odiosa sem sentir qualquer remorso por isso, além de recusar qualquer tipo de contato com ele. Apesar disso, se aferirmos o comportamento deste genitor na constância da união conjugal, ele será considerado um pai ou uma mãe regular, sem episódios de abuso ou negligência capazes de justificar o comportamento da criança. Dizendo por outras palavras, o comportamento e os sentimentos negativos da criança alienada são desproporcionais, distorcidos e exagerados se confrontados com a experiência de vida que ela teve com este genitor antes do fim da união conjugal.

O comportamento da criança alienada é patológico (no sentido amplo do termo) porque não há razões que o justifiquem, ao contrário do que ocorre em relação à criança hostil. Além disso, diferentemente desta e da criança aliada, o seu comportamento para com o genitor alienado é muito mais agressivo, conforme explicam Johnston e Kelly:

Elas estão respondendo a uma dinâmica complexa e assustadora que se estabelece no âmbito do próprio processo de divórcio, bem como ao conjunto de comportamentos parentais e às suas próprias vulnerabilidades, que as tornam mais suscetíveis a se tornarem alienadas. (JOHNSTON; KELLY, 2001, p. 254, tradução nossa)<sup>28</sup>.

A maior parte das crianças com pais divorciados não se torna alienada. Esta reação disfuncional é observada na minoria dos casos, especialmente naqueles envolvendo a disputa judicial pela guarda jurídica dos filhos, conforme visto.

---

<sup>27</sup> No original: “*Unfortunately, the responses of these realistically estranged children following separation are commonly and incorrectly interpreted and played out in custody disputes as PAS cases. The deficient, abusive, or violent parent frequently accuses the other parent of alienating the child against him or her. They vigorously resist any suggestion that marital violence or severe parenting deficiencies have negatively affected the parent-child relationship.*”

<sup>28</sup> No original: “*They are responding to complex and frightening dynamics within the divorce process itself, to an array of parental behaviors, and also to their own vulnerabilities that make them susceptible to becoming alienated.*”

Existem processos sistêmicos que potencializam direta ou indiretamente a alienação de uma criança, dentre os quais figuram, principalmente, o conflito marital intenso, uma separação humilhante, o subsequente divórcio litigioso (eventualmente acentuado pelo comportamento dos profissionais envolvidos e da família extensa), a personalidade de cada um dos genitores e a idade, capacidade cognitiva e o temperamento da criança (JOHNSTON e KELLY, 2001, p. 254). Existem ainda algumas variáveis que podem agravar ou atenuar a reação da criança ou adolescente a estes fatores. O comportamento dos infantes, por outro lado, também pode influenciá-los, de modo que se estabelece uma relação de mão dupla entre estes fatores e a criança (ou adolescente). Johnston e Kelly confeccionaram uma representação para ilustrá-los:

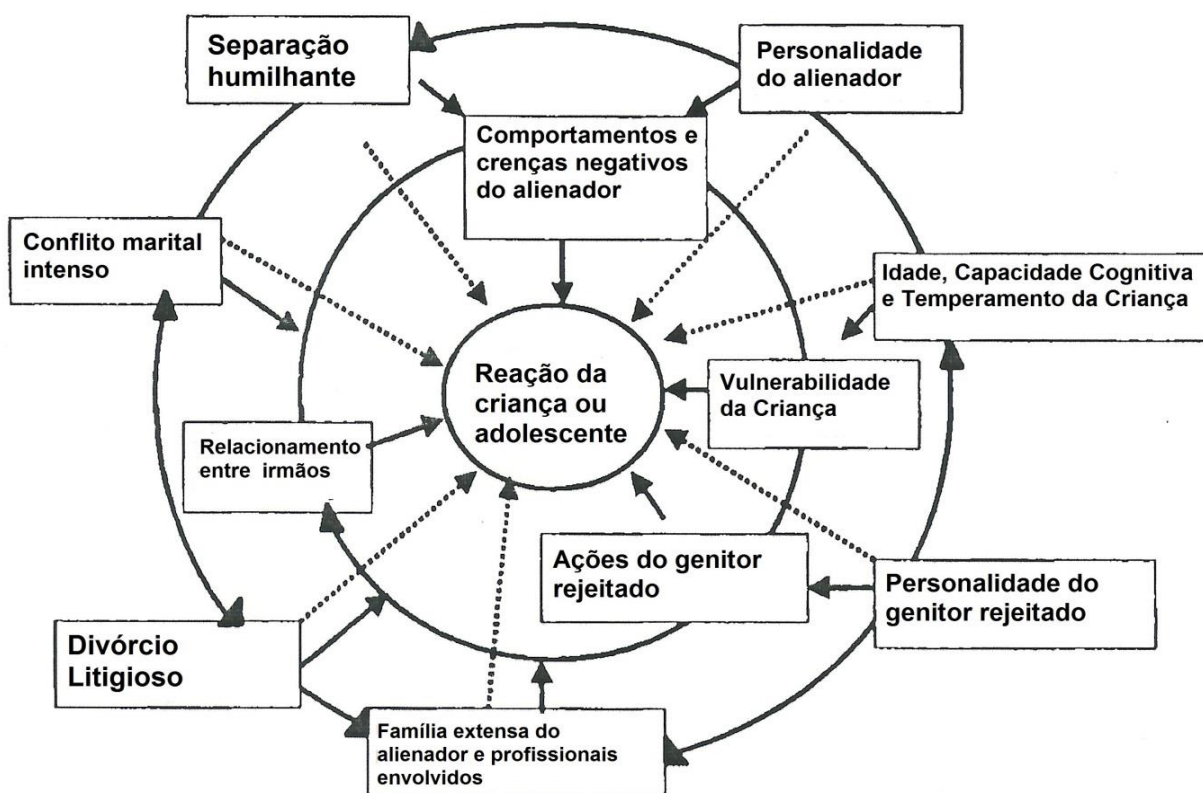


FIGURA 2 – FATORES CIRCUNSTANCIAIS, VARIÁVEIS INTERVENIENTES E A REAÇÃO DA CRIANÇA

FONTE – JOHNSTON; KELLY (2001, p. 255, tradução nossa<sup>29</sup>)

<sup>29</sup> Original em anexo 3.

Ainda que o comportamento da criança e do adolescente não se subsuma a alienação, a presença de alguns destes fatores de risco no contexto do fim da união conjugal os coloca em risco. Neste sentido, as suas reações psicológicas e a de seus pais devem ser seriamente avaliadas a fim de aferir a oportunidade de medidas preventivas, especialmente quando há crianças envolvidas. Apesar disso, as autoras advertem que “ainda sim, deve ser observado que a presença de processos alienantes e a prática de atos de alienação parental por parte de um dos pais não significa que a criança certamente se tornará alienada” (JOHNSTON e KELLY, 2001, p. 255, tradução nossa<sup>30</sup>).

A intensidade e persistência destes processos alienantes, quando combinados com alguns outros fatores descritos por Johnston e Kelly (2001, p. 255), podem gerar uma pressão insuportável para a criança ou adolescente, o que conflui para a sua alienação. A seguir, ainda em fiel descrição da proposta das profissionais norte-americanas, abordaremos (a) os fatores que potencializam a alienação; (b) o comportamento e as crenças do alienador; (c) comportamentos do genitor alvo que contribuem para a alienação da criança; (d) estágio de desenvolvimento e vulnerabilidade da criança à alienação; e, por fim, (e) as reações e comportamentos da criança alienada.

### 3.3.1 Fatores que potencializam a alienação da criança

Múltiplos fatores, relacionados entre si, influenciam a reação da criança ao fim da união conjugal entre seus pais. Entendê-los é essencial para determinar se uma criança tornou-se alienada em relação a um dos seus genitores ou não. A presença de algum deles também pode indicar a adequação de uma medida interventiva preventiva por parte da autoridade judicial. A seguir, com arrimo na obra de Johnston e Kelly (2001), avaliam-se estes fatores circunstanciais e suas influências na reação da criança ou adolescente ao fim da família conjugal.

#### 3.3.1.1 Triangulação no seio do conflito intenso entre genitores

---

<sup>30</sup> No original: “Even so, it should be noted that the presence of alienating processes and typical alienating behaviors of parents do not predict that a child will become alienated with any certainty.”

Em momento anterior ao fim da união conjugal, alguns pais utilizam seus filhos como “expressão do conflito marital” (JOHNSTON e KELLY, 2001, p. 255, tradução nossa<sup>31</sup>). A criança ou o adolescente são instados a transmitir mensagens hostis para o genitor alvo, e excluí-lo de sua vida, aliando-se àquele que se apresenta como dependente e necessitado. Nestes casos, a criança ou adolescente tem dificuldades para individualizar-se psicologicamente em relação a este genitor, ao passo que o genitor rejeitado é excluído do seu papel parental. Quando há um divórcio litigioso prolongado, esta dinâmica agressiva persiste, o que aumenta sobremaneira as chances de a criança ou adolescente restarem alienados.

### 3.3.1.2 A separação é internalizada como um processo humilhante

Este fator já foi abordado quando foram traçadas as primeiras linhas em busca da origem e das manifestações da Síndrome da Alienação Parental. Ele se refere à forma como o genitor alienador internaliza a separação: uma injúria profundamente narcisista para o qual não estava psicologicamente preparado. Oportuno lembrar também que a existência de um processo de separação vingativo e doloroso não é condição sem a qual o genitor ferido possa encetar esforços no sentido de excluir o outro de sua vida e da de seus filhos. Por meio deste processo, as fronteiras entre o genitor alienador e a criança ou adolescente restam completamente ofuscadas.

### 3.3.1.3 Divórcio com alto grau de litigiosidade

Divórcios litigiosos com acusações mútuas de abuso e negligência em relação aos filhos potencializam a alienação da criança ou do adolescente. Isso porque eles correm o risco de serem “puxados para dentro do divórcio litigioso como protagonistas” (JOHNSTON e KELLY, 2001, p. 256, tradução nossa<sup>32</sup>). Nestas circunstâncias, é muito comum que (i) a criança ou o adolescente sejam confidentes do genitor alienador no que tange questões financeiras e legais; (ii) que lhes seja

---

<sup>31</sup> No original: “Prior to separation, some parents have used their children in the expression of the marital conflict.”

<sup>32</sup> No original: “Children are more at risk to be pulled into the high-conflict divorce as major players and Greek chorus.”

concedida a possibilidade de escolha quanto ao cumprimento do período de convivência fixado em favor do cônjuge não residente ou não guardião; e (iii) presenciem frequentemente a campanha de vilipêndio de um genitor em relação ao outro ou iniciativas recíprocas neste sentido. O resultado da confluência destes fatores é assim explicada por Johnston e Kelly:

A intensidade do conflito, a presença constante de sua opressão por um ou mais anos, a polarização da família extensa e também da comunidade convivente e a incapacidade dos pais de atender às necessidades de seus filhos criam na criança e adolescente uma angústia intolerável, tensão e raiva. Uma resolução psicológica que eles fazem, então, para diminuir o sentimento negativo de serem dilacerados por seus pais é excluir o genitor 'rejeitado', cessando todo o contato com ele. (JOHNSTON; KELLY, 2001, p. 256, tradução nossa)<sup>33</sup>.

Ao lado de todos estes fatores está a ansiedade impingida à criança em face do aumento da intervenção judicial nestes casos, decorrente de sua resolução em não conviver com um dos seus genitores.

#### 3.3.1.4 Contribuições de novos parceiros, família extensa e profissionais envolvidos

Outro fator que contribui para a alienação de uma criança ou adolescente é a escolha de um novo parceiro(a) por seu genitor, especialmente quando esta pessoa é apontada como responsável pela separação. Os conflitos de lealdade que acometem os filhos nestas circunstâncias são ainda mais intensos. Em muitos casos, a própria criança ou adolescente pode se sentir traído pela eleição de outra pessoa por um dos seus genitores para comunhão de vida. Conforme explicam Johnston e Kelly (2001, p. 256), este fator pode ser ainda mais forte em famílias com crenças religiosas rígidas, que reputam o divórcio como uma escolha indigna.

Além disso, um dos fatores mais adversos dos processos de alienação parental é a contribuição (intencional ou não) de advogados, membros do conselho tutelar, equipe multidisciplinar do Juízo e terapeutas. Isso porque como a recusa de convivência com um dos genitores é comumente acompanhada de acusações de abuso e negligência, estes profissionais são atraídos para um dos polos desta

---

<sup>33</sup> No original: "The intensity of the conflict, its continued burdensome presence for one or more years, the polarization of extended family and larger community, and the failure of parents to address their children's needs combine to create intolerable anguish, tension, and anger for children. One psychological resolution for the child is to diminish the feeling of being torn apart by rejecting the 'bad' parent and ceasing all contact."

disputa, e muitas vezes visualizam o conflito de forma rígida, sempre em suporte de uma das partes (ou do cliente, no caso do advogado). Uma vez documentadas oficialmente e encaminhadas ao Juízo, declarações autoritárias e unilaterais feitas por estes agentes são compreendidas como fatos objetivos. A família extensa do genitor alienador, ao seu turno, reformula a sua concepção sobre o genitor alvo para corroborar o papel daquele no conflito.

Quando os terapeutas indicados pelo Juízo fortalecem a recusa da criança em visitar o genitor rejeitado por desconhecerem a instalação do processo de alienação, causam significativo dano à família parental.

### 3.3.2 Comportamentos e crenças do alienador

Este aspecto da proposta de compreensão da alienação parental por Johnston e Kelly (2001, p. 257-258) já foi abordado quando tecemos considerações sobre a origem e o conceito de SAP. Isso porque, apesar de estarmos diante de modelos distintos de apreensão deste fenômeno, as motivações e os comportamentos do genitor alienador constituem um ponto em comum entre a abordagem de Gardner e aquela proposta pelas profissionais norte-americanas.

Como sobredito, o alienador possui três crenças fundamentais, que guardam estreita correlação com o seu modo de agir, quais sejam: (i) o genitor rejeitado não é necessário para a criança ou adolescente; (ii) o genitor rejeitado é perigoso; e, além disso, (iii) nunca amou ou cuidou do filhos(as).

Os profissionais envolvidos no processo de divórcio litigioso usualmente capacitam os genitores alienadores a se apresentarem de uma forma coerente e organizada. No entanto, como explicam Johnston e Kelly, “a natureza do processo encoraja pensamentos hostis, polarizados e rígidos, com pouca flexibilidade” (2001, p. 258, tradução nossa<sup>34</sup>), acentuando o conflito, que muitas vezes é utilizado como antídoto para a depressão.

A compreensão das motivações e do comportamento do alienador também foram objetos de estudo da psicóloga norte-americana Amy J. L. Baker, que propõe 3 (três) padrões primários distintos de apresentação deste comportamento

---

<sup>34</sup> No original: “*The nature of the adversarial process encourages hostile, polarizes, black-and-white thinking with little challenge, presents perceived truths as facts and fuels and channels rage in a scripted manner.*”

disfuncional. A contribuição desta profissional para uma abordagem mais ampla da alienação parental foi inserida no âmbito doutrinário nacional por Rovinski, que assim descreve os padrões propostos por Baker:

Para ela, haveria diferentes histórias de SAP, que poderiam ser descritas em três padrões primários: (a) mães narcisistas em famílias divorciadas e com crianças alienadas do pai; (b) mães narcisistas em famílias intactas com crianças alienadas do pai; (c) pais (homens ou mulheres) alienadores do tipo abusivo/rejeitadores. (ROVINSKI, 2013, p. 92).

A notícia desta teorização também é relevante porquanto demonstra que o fenômeno da alienação parental representa, antes de tudo, uma disfunção familiar, que pode apresentar-se mesmo na constância da união conjugal. O padrão descrito por Gardner compreenderia inicialmente apenas a alínea (a). Os outros dois padrões de relacionamento descritos ampliam o entendimento deste comportamento patológico (no sentido amplo do termo), bem como a sua detecção em circunstâncias diversas da disputa judicial pela guarda dos filhos (ROVINSKI, 2013, p. 92).

Outra contribuição importante no sentido de aprimorar a percepção do fenômeno da alienação parental na perspectiva do genitor alienador é atribuída ao psicólogo norte-americano Douglas Darnall. Ele classificou o alienador em: (a) ingênuo; (b) ativo; e (c) obcecado. O alienador ingênuo eventualmente denigre o genitor alienado por meio de falas ou gestos, mas reconhece o valor da relação mantida entre ele e seus filhos. Segundo explica, muitas vezes estas ações são adotadas de forma inconsciente pelo alienador, o que não impede que causem o afastamento da criança ou adolescente do alienado (ROVINSKI, 2013, p. 91).

O genitor alienador ativo, ao seu turno, age de forma incisiva no sentido de promover o esgarçamento dos laços afetivos entre o seu(s) filho(s) e o genitor alienado. Isso porque está imbuído do sentimento de raiva e humilhação ao qual nos referimos amplamente ao tratarmos da origem da alienação parental. Difere-se do genitor obcecado, na medida em que este “está determinado a destruir o ex-cônjuge e qualquer vínculo deste com a criança” (ROVINSKI, 2013, p. 91), inexistindo neste caso “autocontrole e, muito menos *insight*, para reconhecer que seu comportamento está prejudicando a criança” (ROVINSKI, 2013, p. 91). O alienador obcecado busca todo tipo de ajuda possível sob fundamento de perquirir o bem-estar e a segurança da criança, mas declina do auxílio e dos serviços desses



profissionais sempre que seu comportamento é questionado (ROVINSKI, 2013, p. 91).

Ainda com arrimo na obra do psicólogo americano Darnall, Rovinski arrola os traços de personalidade comuns em relação aos genitores que adotam este comportamento disfuncional:

- (a) Percepção rígida e limitada de mundo;
- (b) Atitude e percepção muito autocentrada, com mínima habilidade para a empatia ou para compreender a perspectiva do outro;
- (c) Tendência a se sentir estimulado emocionalmente acima do que pode manejar, quando confrontado com crenças contrárias às suas;
- (d) Tendência a evitar responsabilizar-se pelo seu comportamento, procurando sempre culpar os outros ou as circunstâncias;
- (e) Tendência a perceber como atributo positivo aquilo que os outros consideram como falha, por exemplo: 'eu tenho razões para não acreditar em ninguém'. (ROVINSKI, 2013, p. 91).

Note-se que a compreensão do comportamento do alienador, das suas motivações e das suas dificuldades é um instrumento de importância inigualável no sentido de evitar que o processo judicial constitua para ele um fator de ameaça e, portanto, acentuação do seu comportamento disfuncional. Esta abordagem busca melhores soluções para o problema, e evita que o alienador seja estigmatizado (ROVINSKI, 2013, p. 93-94).

### 3.3.3 Comportamentos do genitor rejeitado que contribuem para a alienação da criança

O comportamento do alienado pode contribuir de forma significativa para a alienação da criança e do adolescente. Apesar disso, este agir, por si só, não é capaz de justificar os sentimentos negativos e a rejeição desarrazoada demonstrada pelo infante. Se fosse este o caso, a hipótese versaria sobre uma criança aliada ou hostil, que não se confunde com a criança alienada.

Johnston e Kelly (2001, p. 258-260) arrolam 6 (seis) comportamentos do genitor rejeitado que contribuem para a alienação da criança, a seguir sucintamente descritos:

#### 3.3.3.1 Passividade e afastamento em vista do conflito

Alguns genitores, em vista do conflito interpessoal e legal em que se veem envolvidos, optam por se afastar da disputa pelo convívio com seus filhos por um período considerável de tempo. Isso pode ocorrer também quando o genitor resta desiludido em relação à efetividade da jurisdição na solução do problema ou mesmo por carência de recursos financeiros. Combinada com a doutrinação levada a efeito pelo alienador em face da criança, no sentido de que o alienado não a ama, esta circunstância acaba por reforçar junto a ela o pensamento segundo o qual “o afastamento do genitor demonstra falta de interesse e abandono” (JOHNSTON; KELLY, 2001, p. 259, tradução nossa<sup>35</sup>), aumentando a sua raiva. Nestes casos, o alienado precisa de treinamento para manter-se em contato com seu(s) filho(s).

#### 3.3.3.2 Rejeição da criança ou adolescente

Alguns pais, diante do comportamento agressivo de seus filhos e da recusa enfática por eles apresentada na tentativa de relacionarem-se e conviverem entre si, reagem no sentido de rejeitar a criança ou o adolescente. Neste caso, a recusa recíproca é reforçada pelo genitor alienador e absorvida pela criança como falta de interesse e amor por parte do genitor rejeitado, tornando mais sólido o julgamento segundo o qual este é o “genitor mau”.

#### 3.3.3.3 Exercício severo da autoridade parental

Alguns genitores possuem um estilo de educar rígido, com falta de compreensão para com seus filhos. Esta forma de cria-los não importa em qualquer abuso físico e/ou emocional, no entanto. Nestes casos, as alegações de abuso emocional e deficiências no exercício da autoridade parental veiculadas pelo genitor alienador encontram alguma ressonância na experiência de vida prévia da criança ou adolescente. O exercício rígido da autoridade parental culmina com dificuldades na relação paterno-filial. Apesar disso, este modo de ser do alienado não justifica a recusa de qualquer tipo de convívio ou a sua completa rejeição pela criança ou adolescente.

---

<sup>35</sup> No original: “*Alienated children, having been bombarded with messages that the other parent does not love them, see the withdrawal as a lack of interest and abandonment, which might further fuel their rage.*”

#### 3.3.3.4 O genitor alienado é imaturo e egoísta

Durante a constância da união conjugal, alguns pais colocam suas necessidades a frente das demandas dos filhos, demonstrando imaturidade e egoísmo. Quando o fim da família conjugal emerge, estas características são exploradas enfaticamente pelo genitor alienador, e o comportamento daquele apontado como símbolo do seu desinteresse pela criança.

#### 3.3.3.5 Genitores exigentes

Existem genitores que são extremamente exigentes em relação aos seus filhos para que obtenham boas notas, sejam campeões em competições esportivas, etc. No contexto pós-divórcio ou simplesmente no fim da família conjugal, esta característica pode potencializar a alienação da criança, que é submetida a críticas por não atender às expectativas do genitor exigente. Por outro lado, muitas vezes este só está reagindo à leniência demonstrada pelo genitor alienador em face da educação do(s) filho(s). Nestes casos, o alienador irá compensar estas exigências do alienado, tornando-se ainda mais protetivo.

#### 3.3.3.6 Diminuição da empatia pela criança

Em muitos casos, o genitor alienado não consegue impedir que a raiva que sente do genitor alienador reflita na relação que possui com seus filhos. Nesta hipótese, há diminuição de empatia pela criança ou adolescente, acentuando o processo de alienação. Como explicam Johnston e Kelly:

Em razão da raiva que sentem do alienador por inculcar a alienação na criança, eles (os alienados) têm pouca empatia pela criança e não conseguem estar emocionalmente disponíveis para seus filhos mesmo quando eles possuem reclamações legítimas. (JOHNSTON; KELLY, 2001, p. 260, tradução nossa)<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> No original: *"In their anger toward the aligned parent for creating the child's alienation, they have little empathic connection with the child and cannot be emotionally available to their child even when they raise legitimate complaints."*

### 3.3.4 Estágio de desenvolvimento e vulnerabilidades da criança à alienação

A personalidade da criança e o seu estágio de desenvolvimento são fatores intimamente relacionados com a sua reação a um processo de alienação. A seguir, analisaremos estes fatores, ainda conforme a proposta de Johnston e Kelly (2001, p. 260-262).

#### 3.3.4.1 Idade da criança e capacidade cognitiva

A alienação parental, por envolver a aliança de uma criança ou adolescente com um dos seus genitores e a rejeição do outro, enseja capacidade cognitiva condizente e maturidade emocional suficiente. Dizendo por outras palavras, a criança alienada precisa ser capaz de fazer avaliações morais e julgamentos. A pré-adolescência e a adolescência são períodos em que o indivíduo se torna naturalmente mais agressivo. Significa dizer que adolescentes são mais receptivos aos processos de alienação por conta desta condição natural de desenvolvimento, de modo que é incomum depararmos com processos de alienação consolidados antes de a criança completar 7 ou 8 anos. Conforme esclarecem Johnston e Kelly:

Crianças mais novas usualmente esquecem o papel que devem desempenhar, se libertam de sua raiva e possuem inconsistências em suas apresentações. Eles não são particularmente aliados úteis ou soldados fiéis; eles falham ao seguir as agendas parentais e frequentemente se divertem com o outro genitor uma vez fora do alcance do alienador. (JOHNSTON; KELLY, 2001, p. 260, tradução nossa)<sup>37</sup>.

Apesar disso, deve-se atentar para o fato de que crianças com idade inferior a 7-8 anos com ansiedade intensa advinda da separação de seus pais apresentam um risco maior de consolidarem o processo de alienação quando ficam mais velhas. Neste caso, é necessário que as circunstâncias melhorem para que esta ameaça seja afastada. Além disso, crianças pequenas também podem repetir a conduta de seus irmãos mais velhos no sentido de rejeitar um dos genitores,

---

<sup>37</sup> No original: “Younger children more often forget their scripts, let go of their anger, and have inconsistencies in their presentations. They are not particularly useful allies or loyal soldiers; they fail to follow parental agendas and too often enjoy themselves with the other parent once out of range of the aligned parent.”

parecendo estar alienada. Em ambas as hipóteses, medidas preventivas são necessárias para protegê-la e evitar que desenvolva um processo de alienação real conforme se torne mais velha.

Não há estudos que indiquem maior propensão à alienação conforme o gênero da criança, mas pesquisas demonstram que esta conduta disfuncional é mais comum entre crianças que possuem de 9-15 anos (JOHNSTON e KELLY, 2001, p. 261).

#### 3.3.4.2 A criança se sente abandonada pelo genitor alienado

É comum a criança ou adolescente sentir-se abandonado nos casos em que um dos pais deixa o lar, especialmente se a atenção por ele recebida deste genitor era especial em relação aos outros irmãos ou então devido a uma relação de lealdade e confiança especial previamente estabelecida. Isso faz com que não apenas a partida, mas também a atenção diminuída deste genitor em face da criança seja por ela compreendida como abandono. Em outros casos, a presença de um novo companheiro(a) também pode fazer nela surgir este sentimento de desamparo.

A circunstância mais grave, no entanto, se refere à hipótese em que o acesso à criança é limitado por alguma decisão no âmbito da disputa judicial por sua guarda: “quando isso ocorre, sentimentos de abandono e raiva se tornam mais profundos e colocam as crianças sob o risco de se tornarem alienadas” (JOHNSTON e KELLY, 2001, p. 261, tradução nossa<sup>38</sup>).

#### 3.3.4.3 Temperamento e características pessoais de vulnerabilidade

Ao serem inseridas na dinâmica de triangulação do conflito marital, crianças e adolescentes com problemas psicológicos tendem a escolher o lado em que irão permanecer com vistas a evitar uma ansiedade destruidora. Isso porque, em geral, elas possuem uma capacidade de resiliência menor para lidar com o processo de dissolução da família conjugal e as adversidades dele advindas. Nestes

---

<sup>38</sup> No original: “*When this occurs, feelings of abandonment and anger often deepen and put children at risk of becoming alienated.*”

casos, também é comum que elas se sintam responsáveis pelo fim da união entre seus pais, o que as torna mais vulneráveis à alienação, especialmente se não há um adulto que possa esclarecer os problemas e conflitos inerentes a este processo.

Quanto a este aspecto, Johnston e Kelly arrematam:

Algumas crianças possuem limitações cognitivas que as tornam mais vulneráveis à alienação, como o raciocínio confuso, posturas extremas e pouca habilidade para analisar e solucionar problemas. Em contraposição, crianças perspicazes, com pensamento aberto e jovens moralmente desenvolvidos usualmente mantêm o seu equilíbrio durante o divórcio litigioso. Apesar de serem pressionados por processos de alienação e por seus pais, eles conseguem analisar o comportamento dos seus genitores e a natureza do relacionamento paterno-filial e, a despeito de sua raiva e tristeza, conseguem manter-se conectados com ambos. (JOHNSTON; KELLY, 2001, p. 261, tradução nossa)<sup>39</sup>.

#### 3.3.4.4 Outros fatores relacionados à relação paterno-filial

Outras circunstâncias que colocam a criança sob um risco maior de serem alienadas são: (i) a dependência física e emocional acentuada em relação ao genitor alienador; (ii) a possibilidade de conseguir o amor incondicional do genitor alienador em troca da rejeição do alienado, nos casos em que há histórico de rejeição por parte daquele; (iii) crianças que mesmo na constância da união conjugal identificam-se mais com um dos pais; e, por fim, (iv) crianças e adolescentes que adotam a missão de proteger e amparar o genitor depressivo, seja na constância da família conjugal, seja após o seu fim, no contexto do divórcio litigioso, por exemplo.

#### 3.3.4.5 Suporte externo insuficiente

Quando existe no caso concreto um histórico de convivência insuficiente (ou não convivência) entre a criança ou adolescente e o genitor alienado, os efeitos dos atos de alienação parental praticados pelo alienador são potencializados. Isso porque aquele resta desprovido de experiências próprias com o genitor alvo e sua família extensa, impedindo que angarie substrato suficiente para

---

<sup>39</sup> No original: "Some children have cognitive limitations that render them more vulnerable, including cognitive confusion, black-an-white thinking, concreteness, and poor analytic and problem-solving abilities. In contrast, children who are insightful, clear thinking, morally developed youngsters more often can maintain balance throughout the high-conflict divorce. Although pressured by alienating processes and parents, they can analyze their parents' behaviors and the nature of their parent-child relationships and, despite their anger and sadness, can stay connected to each parent."

comparar suas próprias experiências com estas em face da campanha de difamação promovida pelo alienador.

Além disso, quando há falsas acusações de abuso sexual e outras formas de violência contra a criança sendo apuradas pela autoridade judicial, o convívio entre ela e o genitor alienado será suprimido ou então visitas monitoradas serão fixadas por longos meses. A presença de um ambiente controlado reforça junto à criança as alegações do alienador no sentido de que o alienado é perigoso. Aferida a improcedência das alegações de abuso e negligência, via de regra, os danos ao relacionamento afetivo entre a criança e o alienado são bastante extensos e dificultam sobremaneira a reconstrução saudável da relação paterno-filial.

Por fim, quando a criança ou adolescente não tem acesso a terapeutas ou outras pessoas em que possa confiar e conversar, o risco de se tornarem alienadas aumenta, especialmente quando ela convive de forma isolada com o genitor alienador, conforme advertem Johnston e Kelly (2001, p. 262). Estes profissionais e pessoas de confiança, se presentes, ao seu turno, devem figurar para a criança como um porto seguro, e não tomar parte de nenhum dos polos do conflito, demonstrando-se acessíveis ao diálogo, sempre.

### 3.3.5 O comportamento da criança alienada

Já se descreveu sucintamente a criança alienada no estudo da representação da relação paterno-filial após o fim da vida conjugal, conforme o modelo proposto por Johnston e Kelly. Em suma, o seu comportamento negativo em relação ao genitor rejeitado não encontra justificativa plausível se confrontado com a experiência de vida anterior ao fim da união entre seus pais, ainda que levadas em consideração eventuais deficiências no exercício da autoridade parental por ele apresentadas. A rejeição demonstrada pela criança alienada em face do genitor rejeitado é desproporcional e desarrazoada e as demonstrações públicas de ódio e agressividade contra ele e sua família extensa são não apenas intensas, como também frequentes e expressadas de forma bastante ostensiva.

A criança alienada recusa conviver com o genitor alienado, e em casos mais graves não aceita encontra-lo nem sequer em ambientes terapêuticos. Nestes casos, observa-se que ela deseja romper o relacionamento paterno-filial

unilateralmente e só conversa com os advogados e profissionais que entende que a auxiliarão neste desiderato. Assim como o alienador, a criança alienada defende firmemente o seu direito de decidir ou não sobre a visitação ao genitor rejeitado.

O discurso da criança alienada é bem ensaiado, com uso de palavras e expressões adultas. Na verdade, ela apenas reproduz as alegações e histórias conforme são contadas e defendidas pelo alienador. Apesar disso, se indagadas a apontar o substrato de suas alegações, não conseguirão fazê-lo, e tampouco conseguirão fornecer detalhes e outras informações que podem sustenta-las.

Ao vilipendiar a imagem do genitor rejeitado, a criança alienada não demonstra qualquer tipo de arrependimento. Pelo contrário. Conforme os estudos de Johnston e Kelly (2001, p. 263), muitas vezes elas parecem se divertir com este discurso.

Crianças alienadas ganham permissão para serem rudes e desobedecerem ao genitor rejeitado, bem como à respectiva família extensa. Isso prejudica imensamente a sua futura inserção social e a sua vida emocional.

O genitor alienador, ao seu turno, é retratado de forma idealizada pela criança alienada, que refuta qualquer tipo de assertiva segundo a qual o comportamento agressivo que endereça ao alienado tem algum tipo de relação com as condutas e crenças daquele.

Em muitos casos, a criança alienada permanece com boas notas, e parece superficialmente saudável em outros aspectos de sua vida. Um olhar mais criterioso sobre as relações interpessoais que trava, no entanto, demonstram o seu comportamento disfuncional, já que trata com aspereza e rigidez seus colegas, e também tem dificuldades em lidar com demais autoridades que fazem parte de sua rotina. O seu comportamento problemático e perturbado fica evidente nos períodos de convivência com o genitor rejeitado, quando pratica atos de vandalismo, se comporta de maneira bizarra, comete abusos verbais contra ele em público, liga constantemente para o alienador para tecer considerações negativas sobre todos os aspectos do período de convivência, etc.

### 3.3.6 Remate



Johnston e Kelly (2001) demonstram que há vários fatores e influências que confluem para a rejeição de um dos pais por seu(s) filho(s) após o fim da família conjugal, quando mantinham um relacionamento paterno-filial saudável e regular. Nenhum desses fatores é capaz de, isoladamente, fazer nascer a criança alienada. A compreensão multifocal deste fenômeno é condição sem a qual não é possível traçar “um plano efetivo e estrutura para intervenções legais, judiciais e terapêuticas” (JOHNSTON e KELLY, 2001, p. 250, tradução nossa<sup>40</sup>).

Com efeito, depois de realizada uma profunda e profícua investigação sobre a alienação parental, abordando seus diversos aspectos e diferentes abordagens sobre o assunto, ingressa-se na parte final deste trabalho: a análise crítica da Lei da Alienação Parental, seus mecanismos de tutela da criança e do adolescente e formulação de propostas hermenêuticas.

---

<sup>40</sup> No original: “*Indeed, there are many custody situations in which questions about alienation arise that need to be examined and understood to recommend effective legal and psychological interventions for the family.*”

#### 4 A ANÁLISE CRÍTICA DA LEI Nº 12.318/2010 (LAP)

A análise qualitativa da LAP será realizada mediante análise dos seus dispositivos em cotejo com o estudo interdisciplinar promovido no capítulo 2, bem como em atenção ao arcabouço teórico traçado no capítulo 1.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a alienação parental. (BRASIL, 2010).

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

II - dificultar o exercício da autoridade parental;

III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;

IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós. (BRASIL, 2010).

Como supra referido, a LAP não tomou como ponto de partida o modelo médico idealizado pelo psiquiatra norte-americano Richard Gardner para regulamentar a alienação parental. Ela não adotou o termo técnico “síndrome” e conferiu conteúdo próprio à alienação parental, dando ênfase ao caráter antijurídico desta conduta. Apesar disso, assim como Gardner, a abordagem legislativa deste fenômeno adota como princípio a conduta do alienador, ao definir a alienação parental como atos que interferem na formação psicológica da criança ou adolescente para que repudie o genitor ou que causem prejuízo à formação e manutenção de vínculos afetivos com este. O rol descritivo estabelecido no parágrafo único do artigo 2º da LAP não deixa margem de dúvida quanto a este aspecto da novel legislação: todas as condutas exemplificativas arroladas referem-se ao comportamento daquele que pratica o ato de alienação parental.

Esta opção legislativa foi feita de forma consciente sob o fundamento de que a intervenção estatal não poderia ser condicionada à existência de contribuições da própria criança para o processo de alienação parental. Com isso, objetivou-se imprimir um viés preventivo à lei, bem como conferir segurança ao Juízo no momento de aplicá-la, descrevendo de forma objetiva o que configura ato de alienação parental. Neste sentido são novamente oportunas as considerações de Perez:

De início, a lei pretendeu definir juridicamente a alienação parental, não apenas para afastar a interpretação de que tal, em abstrato, não existe, sob o aspecto jurídico, mas também para induzir exame aprofundado em hipóteses dessa natureza e permitir maior grau de segurança aos operadores do Direito na eventual caracterização de tal fenômeno.

(...)

Também não é necessário que haja efetivo repúdio da criança ou adolescente contra o genitor alvo do processo de alienação, mas prejuízo ao estabelecimento ou manutenção de vínculos com este, a reforçar o traço preventivo da lei. Em sentido oposto, evidentemente não se considera que qualquer manifestação de repúdio da criança ou adolescente contra o genitor, sem exame da dinâmica que lhe dá origem, denuncie a presença de alienação parental. (PEREZ, 2013, p. 44).

Note-se ainda que a LAP não pressupõe que atos de alienação parental sejam levados a efeito pelo genitor guardião ou residente e tampouco no contexto do divórcio litigioso. Atos de alienação parental podem ser praticados pelo genitor não residente ou não guardião, pelos avós ou simplesmente por quem detenha a criança ou adolescente sob sua guarda, autoridade ou vigilância, na constância da união conjugal ou não (DIAS, 2013, p. 16). Este é um ponto positivo da lei, porque a afasta do mito do gênero na compreensão deste comportamento, que pode ser adotado indistintamente pelo pai, pela mãe e pelos demais membros da família extensa, corroborando a compreensão ampla do fenômeno da alienação parental.

Por outro lado, a proposta de avaliação da alienação parental com realce às reações psicológicas do genitor rejeitado e da própria criança ou adolescente neste processo foi refutada na confecção da LAP sob o fundamento de que esta abordagem “parece pouco contribuir para o rompimento da dinâmica familiar que leva ao abuso emocional” eventualmente reforçando “o inadequado posicionamento da criança como objeto ou instrumento” (PEREZ, 2013, p. 46). Não é possível concordar com este posicionamento.

De um lado, a opção legislativa em referência possui o mérito de viabilizar o estancamento do processo alienante consistente no comportamento e crenças negativos do alienador, que se instaura principalmente no contexto do divórcio litigioso e da disputa judicial pela guarda jurídica dos filhos. A oportunidade de medidas preventivas já foi objeto de investigação ao longo deste trabalho, como a necessidade de resguardar o irmão mais novo para que ele não desenvolva processo de alienação próprio em face dos irmãos mais velhos alienados, ou mesmo quando a medida se revela suficiente para chamar o alienador ao exercício responsável da autoridade parental.

De outro lado, esta perspectiva pode minimizar a complexidade da dinâmica relacional, agravando o problema mediante a adoção de intervenções judiciais inoportunas, que intensificam o conflito e as manobras de alienação, bem como o comportamento avesso da criança. Mesmo Gardner, o maior defensor de medidas judiciais e terapêuticas enérgicas e incisivas para o saneamento dessas relações paterno-filiais patológicas, demonstrou preocupação com a forma pela qual sua teorização tem sido aplicada por operadores jurídicos e seus auxiliares, que levam em consideração tão somente a gravidade das manobras de alienação levadas a efeito pelo alienador. A desconsideração dos sintomas da criança ou adolescente agrava o problema, ao invés de atenuá-lo.

Conforme amplamente exposto no capítulo anterior, a compreensão adequada da alienação parental passa necessariamente pela perspectiva multifocal, sendo oportuno reiterar a lição de Johnston e Kelly no sentido de que “atos de alienação parental praticados por um dos pais não são suficientes e tampouco condição necessária para que uma criança se torne alienada” (2001, p. 249: tradução nossa<sup>41</sup>).

Com efeito, o julgador deve estar atento à reação psicológica da criança ou adolescente envolvido e daquele que se diz vítima de atos de alienação parental para que possa avaliar de forma mais neutra e objetiva se a hipótese concreta versa efetivamente sobre alienação parental, a ensejar a aplicação das disposições da LAP. Explicou-se no transcorrer deste trabalho que muitas vezes a eventual recusa da criança ou adolescente ao convívio com o outro genitor pode ser decorrência de um processo natural de amadurecimento e crescimento e que os

---

<sup>41</sup> No original: “Hence, alienating behavior by a parent is neither a sufficient nor a necessary condition for a child to become alienated.”

conflitos de lealdade, na sua ampla maioria, se dissipam com o passar do tempo. A reação disfuncional observada na criança alienada é verificada na minoria dos casos. Tudo isso conflui para a necessidade de avaliação crítica da denúncia de alienação parental por parte da autoridade judicial e demais profissionais envolvidos.

O comportamento adverso eventualmente demonstrado pela criança ou adolescente em face daquele que alega a prática da alienação parental pode ter relação direta com a experiência de vida pretérita das partes envolvidas, conforme explicam Johnston e Kelly ao diferenciarem a criança hostil da criança alienada. Por outro lado, o julgador deve avaliar de forma cautelosa o comportamento do alienador, suas motivações, porque esta é uma forma de busca por soluções efetivas, que exigem menos punição, e mais compreensão (ROVINSKI, 2013, p. 88). Conforme visto, a garantia da guarda unilateral em prol do alienador pode ser uma solução eficiente para fazer cessar sua conduta disfuncional, pois muitas vezes ele é motivado por um sentimento de ameaça (GARDNER, 1998, p. 15).

Além disso, o dito alienador pode praticar algum ato que objetivamente se enquadre nas condutas descritas no parágrafo único do art. 2º com o objetivo de proteger a criança ou o adolescente de um genitor abusivo. Apesar de uma das crenças fundamentais do alienador ser justamente a periculosidade do genitor alienado e também a necessidade de adotar medidas para restringir o acesso deste à criança ou adolescente, fato é que a autoridade judicial deve sempre estar atenta à possibilidade do caso não versar sobre alienação parental, especialmente quando há rejeição da própria criança ou adolescente à convivência com o genitor. Esta proposta, todavia, exige um espectro de investigação mais amplo, com análise de todas as partes envolvidas, o que evidentemente fica prejudicado quando o juiz infere efeitos jurídicos de forma apressada ante a denúncia de alienação parental. As providências aqui defendidas evitam a implementação de interferências judiciais excessivas e o uso impróprio da lei para explicar situações que não se subsomem à alienação parental.

Ademais, a abordagem multifocal e interdisciplinar minuciosamente explicada no capítulo 2, item 3.3, contribui de forma muito mais efetiva para o rompimento desta dinâmica familiar problemática, justamente porque defende a compreensão ampla do fenômeno da alienação parental, sem reduzi-la à conduta do alienador. Avaliar as reações psicológicas da criança ou adolescente, os fatores que

sob ela incidem e as variáveis intervenientes, posicionam a saúde psíquica deste e seu desenvolvimento saudável no protagonismo em sede de disputas judiciais que ensejem a aplicação da LAP, não procedendo a alegação segundo a qual esta forma de compreensão do fenômeno reforça seu posicionamento como objeto ou instrumento do conflito. Antes disso, a apreensão da realidade sob este enfoque coloca em primeiro lugar o melhor interesse da criança e a sua proteção integral, coadunando-se com o arcabouço normativo que tutela a criança e o adolescente no ordenamento jurídico brasileiro.

Com efeito, não existem soluções objetivas para a complexidade inerente à realidade da vida, sendo certo que a autoridade judicial deve avaliar de forma crítica aquilo que lhe é apresentado como ato de alienação parental. A LAP e suas respectivas prescrições devem ser aplicadas de maneira a não estigmatizar o alienador, e sim de forma a perquirir a origem e as soluções adequadas para o saneamento das relações paterno-filiais, sempre tendo em mente que a compreensão multifocal da alienação parental é condição sem a qual um plano efetivo de intervenções judiciais e terapêuticas não pode ser concebido.

Art. 3º A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda. (BRASIL, 2010).

No capítulo 1 deste trabalho, ao situarmos a LAP na constelação jurídica, tivemos a oportunidade de nos debruçarmos sobre este dispositivo, que sintetiza os motivos pelo qual a conduta do alienador é antijurídica. Uma vez concluído o estudo interdisciplinar realizado no capítulo 2, podemos avaliar esta disposição também sob a perspectiva da saúde mental da criança e do adolescente.

A especificação desta forma de abuso é um passo importante porque, conforme visto, a criança alienada adota para si a forma disfuncional de enfrentamento dos problemas apresentada pelo alienador, qual seja, tudo aquilo que frustra deve ser excluído. O seu comportamento de rejeição e desobediência em relação ao genitor alienado e sua respectiva família extensa prejudica sua inserção social e sua vida emocional.

Oportuno lembrar também que, para atingir seu objetivo, o alienador incute na criança ou adolescente o sentimento de necessidade, angústia e

dependência, tudo com vistas a mantê-la em um estado de dependência da sua figura. Isso prejudica o desenvolvimento de sua personalidade, inclusive no que tange a sua liberdade de expressão, que resta seriamente vulnerada neste processo patológico de construção da sua opinião.

A criança ou adolescente alienado apresentam dificuldades para individualizar-se psicologicamente do alienador, sentem-se abandonados e infligidos por um sentimento de angústia, tensão e raiva. O seu comportamento disfuncional é reproduzido nas outras relações interpessoais que trava, seja com os amigos ou demais autoridades presentes em sua vida. A imagem distorcida que constrói acerca das figuras paterna e materna gera “um olhar destruidor e maligno sobre as relações amorosas em geral” (TRINDADE, 2013, p. 24).

Quando há efetivamente um processo de alienação parental bem-sucedido, a reconstrução da relação paterno-filial é bastante difícil, porque o genitor alienado foi efetivamente excluído do seu papel parental.

O exercício da autoridade parental também conflui para o desenvolvimento da personalidade do genitor alienado. Trata-se de um direito subjetivo tutelado juridicamente, de modo que os danos imateriais decorrentes deste processo são verificados tanto em relação à criança ou adolescente quanto em relação ao genitor alienado.

Quando este distúrbio no funcionamento da estrutura familiar não obtém resolução por seus próprios meios, a tutela estatal é legítima e adequada, porquanto além dos atos de alienação parental serem antijurídicos (conforme defendemos no item 1.5), afiguram-se como prejudiciais ao desenvolvimento da personalidade da criança ou do adolescente, bem como a do genitor alienado (ROVINSKI, 2013, p. 112).

Art. 4º Declarado indício de ato de alienação parental, a requerimento ou de ofício, em qualquer momento processual, em ação autônoma ou incidentalmente, o processo terá tramitação prioritária, e o juiz determinará, com urgência, ouvido o Ministério Público, as medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para assegurar sua convivência com genitor ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, se for o caso.

Parágrafo único. Assegurar-se-á à criança ou adolescente e ao genitor garantia mínima de visitação assistida, ressalvados os casos em que há iminente risco de prejuízo à integridade física ou psicológica da criança ou do adolescente, atestado por profissional

eventualmente designado pelo juiz para acompanhamento das visitas. (BRASIL, 2010)

Aparentemente, o uso do vocábulo “indício” foi realizado neste dispositivo de modo atécnico pelo legislador. Indício é a prova sobre um fato auxiliar do qual se deduz a ocorrência do fato principal (AMENDOEIRA JR., 2012, p. 522). Aqui, no entanto, em vista do contexto em que foi empregado (possibilidade de adoção de medidas provisórias pelo juiz), parece significar suspeita ou vestígio. Isso porque os atos de alienação parental admitem, em sua ampla maioria, apenas a prova direta de sua ocorrência, como o descumprimento imotivado do período de convivência fixado em favor do genitor não guardião ou a mudança de domicílio para local distante sem comunicação deste.

Andaria melhor o legislador utilizando a construção “declarado indício de alienação parental”, pois a prova indireta do processo alienante seria a prática de atos de alienação parental, assim definidos pelo legislador ou considerados pelo magistrado. Apesar disso, a interpretação do dispositivo não fica prejudicada, e pode ser tecnicamente justificada quando a autoridade judicial realiza um juízo de dedução da prática de atos de alienação parental por meio do comportamento e das reações da criança ou adolescente envolvido ou do testemunho da comunidade convivente.

O juiz, ao detectar a prática de atos de alienação parental pode, de ofício ou a requerimento das partes, ouvido o órgão ministerial, adotar medidas provisórias visando assegurar a saúde psicológica do(s) infante(s), a convivência entre ele e o genitor prejudicado ou a efetiva reaproximação entre ambos.

Questionamentos acerca da concessão da iniciativa de adoção de medidas provisórias ao magistrado têm pouca relevância, porquanto a indisponibilidade dos direitos da criança e do adolescente fundamenta extensivamente esta opção legislativa (art. 227, CF). O mesmo deve ser dito em relação à intervenção do Ministério Público nestes casos, cuja atribuição para defesa de interesses individuais indisponíveis tem sede constitucional (art. 127, CF), o que a toda evidência é a hipótese em comento.

Não se pode dizer o mesmo quanto à oportunidade e adequação da adoção de medidas provisórias nestes casos. Isso porque a identificação precisa da alienação parental e a adoção de medidas legais e terapêuticas efetivas para sua



cessação não se compatibilizam com a cognição sumária. Conforme aduz elucidativamente Perez:

O exame do histórico do caso, contexto em que praticados os atos e eventuais repetições é importante indicador para diferenciar atos de alienação parental de falhas pontuais inerentes ao exercício sadio da paternidade ou maternidade, que constituem a natural formação do sujeito. Da mesma forma, condutas de aparente cooperação, de aparente cuidado com os filhos ou de respeito à vontade que lhes é atribuída podem mascarar atos de alienação parental. Crianças e adolescentes devastados psiquicamente por atos de alienação parental podem mostrar-se aparentemente sadios, em análise superficial. A percepção acusada do juiz e o exame de tais casos além da superfície – *com apoio técnico, se necessário* – são decisivos para que se faça a diferenciação e se evite tanto o aprofundamento de eventual processo de alienação parental explícito ou mascarado, como também a intervenção excessiva, a judicialização da vida íntima. (PEREZ, 2013, p. 49).

O exame de tais casos “além da superfície” exige um nível de cognição mais exigente do que aquele que ordinariamente se admite para adoção de medidas antecipatórias do provimento final. Apesar disso, é inegável que o tempo constitui um importante fator para o processo alienante em curso. Ele aumenta sobremaneira o risco de a criança tornar-se efetivamente alienada. Daí porque, quando o Juízo atua preventivamente, com o objetivo de chamar o alienador ao exercício adequado da autoridade parental (cessando as condutas hostis para com o outro genitor na presença dos filhos, respeitando o período de convivência fixado, determinando sejam devidamente comunicados os eventos importantes na vida dos filhos ao outro genitor, etc.) medidas provisórias podem revelar-se adequadas e até mesmo suficientes para cessar o comportamento disfuncional do alienador.

Agora, quando há rejeição da própria criança ao genitor que formula o requerimento de adoção de medidas provisórias, um esgarçamento da relação paterno-filial que é anterior ao fim da família conjugal ou convivência reduzida de longa data, a prudência recomenda que o juiz conheça melhor os fatos antes de adotar qualquer medida. A alienação parental é um distúrbio no funcionamento da estrutura familiar, que jamais poderá ser atribuído a apenas um fator, como o comportamento do genitor alienador. Daí porque nestas circunstâncias, para evitar a adoção de providências inadequadas para saneamento desta relação paterno-filial, o juiz deve perquirir um conhecimento mais amplo e profundo sobre o histórico do caso, determinando o interrogatório livre das partes, entrevistando a criança ou o adolescente, determinando a realização da perícia psicológica ou estudo

biopsicossocial, se necessário, dentre outras medidas que lhe são deferidas por força do seu poder instrutório.

Esta abordagem cuidadosa também evita que a criança ou adolescente seja exposto ao risco de conviver com um genitor que pode eventualmente ser abusivo e com quem ela não mantém laços afetivos estreitos, impingindo-lhe medo e sofrimento desnecessários.

A denúncia de ato de alienação parental e a adoção de medidas para o seu saneamento pode ser veiculada em processo autônomo ou incidental. Esta opção legislativa é salutar, pois evita a necessidade de ajuizamento de ação própria para esta finalidade, em franca homenagem ao interesse maior da criança e do adolescente. A apuração incidental da alienação parental também pode contribuir para a compreensão da dinâmica familiar e outros fatores que confluem para o desenvolvimento deste distúrbio, porque a autoridade judicial já conheceu sob alguma perspectiva os atores envolvidos, assim como os seus conflitos e dificuldades.

A lei estabeleceu ordem de tramitação prioritária aos processos que apuram atos de alienação parental, seja de forma autônoma, seja de forma incidental. Novamente, a opção legislativa é informada pela necessidade de evitar o transcurso do tempo como fator de contribuição ao processo alienante supostamente em curso. Quanto ao ponto, é necessário termos em mente que esta hipótese de tramitação prioritária convive com muitas outras e não tem o condão de, por si só, diminuir o tempo inerente ao desenvolvimento da atividade jurisdicional. Necessário, portanto, que ao menos o Juízo lance mão do seu poder instrutório e do impulso oficial de forma ampla de modo imprimir ao feito o interesse da própria jurisdição na sua célere solução.

Por fim, a disposição do parágrafo único visa atender às hipóteses em que há denúncia de abuso sexual e outras formas de negligência capazes de fazer suspender o período de convivência fixado em favor do não guardião. Conforme explica Perez, (2013, p. 53), “há a preocupação de assegurar, no mínimo, a convivência assistida de crianças ou adolescentes com genitores acusados de abuso, excluída, evidentemente, hipótese de iminente prejuízo aos primeiros”. Isso porque, “são conhecidos casos de afastamento de crianças de seus genitores em

decorrência de acusações de abuso que posteriormente se revelaram falsas” (PEREZ, 2013, p. 54).

Para que o Juízo determine a adoção de providências no sentido de restringir substancialmente ou totalmente o acesso de um dos genitores à criança ou ao adolescente sob o color de abuso sexual ou físico, deve requerer provas que atestem a probabilidade do ocorrido, ou melhor, que as alegações são verossímeis. Isso porque, como já referido neste trabalho, quando há falsa denúncia de maus tratos contra a criança e adolescente, a cessação de sua convivência com o genitor acusado potencializa substancialmente o processo alienante. A opção pelas visitas monitoradas é uma solução mais comedida, mas também pode reforçar junto à criança ou ao adolescente uma das concepções fundamentais que o alienador quer inculcar em sua mente, qual seja, a de que o alienado é uma pessoa perigosa, e justamente por isso não pode estar em sua companhia sem uma pessoa por perto. Além de que, esta diminuição substancial do contato entre a criança ou adolescente e o genitor acusado pode aumentar o seu sentimento de abandono.

Esta referência tem especial pertinência nos casos em que manobras de alienação pretéritas já foram intentadas pelo alienador, sem sucesso. A falsa denúncia de abuso sexual ou físico figura nesta circunstância como última e desesperada tentativa do alienador para excluir o genitor alienado da convivência e da vida da criança ou adolescente.

Outros casos, porém, requerem atenção redobrada do magistrado. Eles se referem às hipóteses em que o abuso físico, sexual ou emocional denunciado quando do fim da família conjugal possui registros anteriores a este marco. Quando há histórico de violência familiar, o Juízo deve encetar uma investigação máxima para evitar que a Síndrome da Alienação Parental seja um argumento vazio para elidir as denúncias veiculadas por um dos genitores ou pela família extensa quanto a esta realidade. Deve estar atendo ainda ao fato de que a criança alienada que corrobora uma acusação de abuso sexual falsa formulada por um dos seus pais ou membros de sua família extensa precisa ser capaz de fazer avaliações morais e julgamentos. Esta consciência moral, no entanto, não se faz presente ainda em crianças que se encontram na etapa da anomia (5 anos ou menos), conforme explica Denise Maria Perissini da Silva, com esboço na obra de Jean Piaget (2011, p. 105-106).

Este trabalho não se ocupará da árdua tarefa de estabelecer balizas para o diagnóstico médico e/ou psicológico acerca da existência do abuso sexual ou não, porque se entende que a constatação deste fato, por exigir conhecimentos técnicos e científicos especializados, deve necessariamente ocorrer por meio dos exames periciais pertinentes. Apesar disso, existem alguns cuidados que competem ao juiz ao se deparar com uma denúncia deste jaez, como a colheita de provas que confirmem (ou não) substrato à narrativa da criança ou adolescente, a análise do histórico do caso, a observação do comportamento do genitor denunciante frente a esta constatação já que, quando o abuso é real, em geral eles buscam argumentos e fatos que excluam a possibilidade do ocorrido “para evitar a dor por realmente seus filhos terem sido feridos” (BUOSI, 2012, p. 74), e todas as medidas que corroborem para a reconstrução histórica dos fatos narrados, sem descuidar dos limites éticos e legais inerentes à sua atuação, mas em busca sempre da verdade real.

Há, porém, uma segunda interpretação possível para o comando do parágrafo único do dispositivo legal em comento. Ela se refere à hipótese em que há alteração do regime de guarda em favor do genitor alienado e restrição substancial da convivência da criança com o genitor alienador. Quando o Juízo entende que, pela gravidade dos fatos e pela recalcitrância do alienador em cumprir as suas determinações, esta é a melhor abordagem legal para o caso concreto, deve ao menos garantir a ele a visitação assistida. A medida é suficiente para evitar que ele utilize do período de convivência fixado para agravar a condição mental de uma criança já alienada, mediante a reiteração da sua doutrinação.

Em ambas as hipóteses, conforme sabiamente fixou o legislador, fica ressalvada a necessidade cessação do período de convivência caso seja atestado o iminente risco de prejuízo à integridade física ou psicológica da criança ou adolescente pelo profissional designado pela autoridade judicial para acompanhamento do caso.

Art. 5º Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.

§ 1º O laudo pericial terá base em ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial, conforme o caso, compreendendo, inclusive, entrevista pessoal com as partes, exame de documentos dos autos, histórico do relacionamento do casal e da separação, cronologia de incidentes, avaliação da personalidade dos envolvidos e exame da

forma como a criança ou adolescente se manifesta acerca de eventual acusação contra genitor.

§ 2º A perícia será realizada por profissional ou equipe multidisciplinar habilitados, exigido, em qualquer caso, aptidão comprovada por histórico profissional ou acadêmico para diagnosticar atos de alienação parental.

§ 3º O perito ou equipe multidisciplinar designada para verificar a ocorrência de alienação parental terá prazo de 90 (noventa) dias para apresentação do laudo, prorrogável exclusivamente por autorização judicial baseada em justificativa circunstanciada. (BRASIL, 2010).

O estudo biopsicossocial é produzido pela equipe multidisciplinar do Juízo (art. 151, ECA) e, conforme ensina Rovinski, o objetivo de sua pesquisa e atuação é:

Fornecer subsídios para o julgamento do processo, através de estudos técnicos (ou biopsicossociais) – o que se alinha com a ideia de perícia – e também de desenvolver outros trabalhos, como ‘aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção’. É frequente o juiz determinar o acompanhamento do caso no decorrer dos processos. Esses estudos situam-se então a meio caminho entre a função terapêutica e a pericial. (ROVINSKI, 2013, p. 107).

Difere-se, assim, da perícia psicológica e médica que, em suma, é a materialização de um determinado evento ou das consequências de um determinado evento por especialistas capacitados para tanto. No caso, a perícia deve perquirir a existência de danos psíquicos advindos de um processo de alienação parental, mas muitas vezes é chamada a ir além dos aspectos técnicos para “prever implicações da SAP no desenvolvimento da criança ou adolescente e na estrutura familiar” (ROVINSKI, 2013 p. 104). Isso é problemático, porquanto diversos fatores confluem para que a criança se torne alienada, decorrência direta de uma dinâmica familiar deteriorada, e não de uma patologia no sentido técnico do termo. Apesar disso, é possível que haja enfermidades associadas ao processo alienante, à semelhança do que ocorre com outros eventos traumáticos, que neste caso devem ser detectadas e devidamente endereçadas pelo profissional convocado (ROVINSKI, 2013, p. 112).

Não é objetivo no âmbito estreito deste trabalho aprofundar os estudos quanto aos limites e possibilidades da perícia médica e psicológica nestes casos. Apesar disso, parece inegável que em face da complexidade do fenômeno da alienação parental e de suas múltiplas causas, o estudo biopsicossocial é imprescindível para buscar intervenções terapêuticas e legais adequadas ao caso

concreto, para além da materialização da alienação parental em um primeiro momento, por meio da realização da perícia médica ou psicológica.

A autoridade judicial, ao seu turno, deve estar atenta ao cumprimento do disposto no 1º parágrafo deste dispositivo, de modo que a perícia e o estudo biopsicossocial contemplem os fatores e as variáveis intervenientes ali arroladas. Esta exigência legal é salutar, porque vem ao encontro da necessidade de compreensão multifocal da alienação parental, com avaliação extensa das partes, da história, do ambiente e demais aspectos da vida da criança ou do adolescente envolvido e de sua família extensa. Tudo isso com vistas à busca de uma intervenção terapêutica e legal adequada às circunstâncias do caso concreto.

A exigência estabelecida quanto à experiência dos profissionais indicados com casos de alienação parental também é oportuna, porque a atuação inadequada nestas circunstâncias, como visto, também pode agravar o processo alienante eventualmente em curso. Da mesma forma, o profissional melhor capacitado também será dotado de melhores condições para dizer o que não é alienação parental ou detectar casos reais de abuso ou negligência.

Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;
- IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII - declarar a suspensão da autoridade parental.

Parágrafo único. Caracterizado mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar. (BRASIL, 2010).

A aplicação deste dispositivo é condicionada por duas balizas interpretativas: (i) a alienação parental é um comportamento disfuncional com múltiplos fatores etiológicos, e não pode ser compreendida apenas sob a perspectiva do comportamento do genitor alienador; e (ii) a adoção de medidas

interventivas nestes casos deve preocupar-se com o saneamento deste comportamento parental disfuncional e da relação paterno-filial negativa. As reações psicológicas apresentadas pela criança devem necessariamente ser levadas em consideração no momento de eleger qual a providência é adequada para resguardá-la no caso concreto, sob pena de agravamento do problema. O comportamento do genitor alienador, ao seu turno, também deve ser avaliado para além da sua antijuridicidade, porque esta análise permite a adoção de intervenções judiciais mais eficazes e evita a majoração da sua conduta disfuncional.

O modelo da criança alienada pode oferecer um quadro de trabalho mais inclusivo à autoridade judicial, porque confere substratos para a caracterização precisa da criança alienada, bem como para detecção de situações que não se subsomem à alienação parental. Neste sentido, o magistrado deve avaliar, de um lado, a oportunidade da adoção de uma medida interventiva, uma vez que, como visto, crianças alienadas constituem uma pequena proporção das crianças cuja família conjugal foi desfeita, sendo que a maior parte dos eventuais conflitos de lealdade observados no contexto do fim da união conjugal entre pais e filhos se dissipam com o passar do tempo. A tentativa de romper o vínculo entre a criança e o genitor que ela reputa inocente pode, ao contrário, intensificar a relação de lealdade entre eles e aumentar o seu comportamento antipático frente ao outro genitor.

Por outro lado, medidas preventivas podem revelar-se suficientes para sanear o comportamento disfuncional do alienador, chamando-o ao exercício responsável da autoridade parental, bem como podem evitar que a criança desenvolva um processo real de alienação frente a ausência de regressão do ambiente hostil que se instaura no contexto do fim da união conjugal de seus genitores.

O emprego das medidas interventivas exemplificadas neste dispositivo legal deve sempre estar direcionado à compreensão do problema e à adoção de medidas preventivas e reconciliadoras, nunca com caráter punitivo, porque esta postura traz sofrimento a todas as partes envolvidas e agrava o problema, ao invés de atenuá-lo. Uma pena, então, que grandes doutrinadores brasileiros defendam medidas sancionatórias como a cessação do pagamento de alimentos ao genitor alienador com fundamento em ato de indignidade (CC, art. 1.708, parágrafo único), como propõe Rodrigo da Cunha Pereira (2013, p. 38) ou mesmo a sua prisão

conforme recomenda Lagrasta Neto (2009, p. 48). É evidente que estas medidas extremas causam antes sofrimento e prejuízo à criança do que atendem seu interesse maior. Em outras palavras, soluções forçadas na punição não atendem ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, apesar de serem defendidas como mecanismos para sua realização.

Caso o juiz detecte que a criança ou adolescente enquadra-se no conceito de criança *aliada* e que suas reações avessas ao genitor rejeitado decorrem da dinâmica conjugal deteriorada verificada antes do fim da união conjugal, medidas em prol do reestabelecimento pleno da relação paterno-filial prejudicada devem ser precedidas da indicação de um psicólogo para ajuda-la a processar o fim da união conjugal de seus pais.

Cuidado semelhante deve adotar a autoridade judicial quando se depara com a criança *hostil* que, conforme visto, precisa de um terapeuta que a auxilie a superar o trauma decorrente da violência familiar pretérita antes da adoção de qualquer medida visando aplacar a alienação parental.

Estas considerações gerais quanto ao tema das medidas interventivas são importantes porquanto a lei traça um rol exemplificativo de providências passíveis de adoção nestes casos, cabendo ao magistrado a eleição de quaisquer mecanismos processuais aptos a inibir ou atuar os efeitos da alienação parental. Repise-se: sua interpretação deve ser orientada à compreensão e reconciliação, e não à punição. Estabelecida esta premissa, avaliam-se as medidas interventivas propostas pela LAP.

As medidas previstas nos incisos I e III, quais sejam, advertência e multa, são adequadas a título de prevenção e desincentivo. O genitor que enceta esforços no sentido de denegrir a imagem do outro genitor perante os filhos ou excluí-lo da vida destes mediante omissão de informações e descumprimento do período de convivência fixado, sem que a criança tenha aderido a este comportamento, deve ser chamado ao exercício responsável da autoridade parental. Sua indisposição ao cumprimento das determinações judiciais pode ensejar a aplicação de multa.

A sanção pecuniária, no entanto, deve ser fixada em patamar que não prejudique o padrão de vida que o genitor que praticou ato(s) de alienação parental pode proporcionar aos filhos, sob pena de prejudica-los ao invés de tutelar seus



direitos. Além disso, a autoridade judicial deve estar atenta para não alocar no ápice de um problema emocional, questões financeiras que só contribuirão para majorar o comportamento disfuncional do alienador, bem como estar atento para não utilizar esta medida de maneira a patrimonializar o afeto (RUZYK, 2013).

A ampliação do regime de convivência com o genitor prejudicado (inciso III) é uma medida adequada quando (a) a autoridade judicial detecta adesão da criança à crença fundamental do alienador no sentido de que o genitor rejeitado não a ama e nunca a amou; (b) a criança ou adolescente está imbuído de um sentimento de abandono; ou (c) o período de convivência reduzido figura como fator de contribuição ao processo alienante em curso. Nestas três hipóteses, o Juízo amplia o regime de convivência em benefício do genitor rejeitado com o objetivo de garantir à criança ou ao adolescente experiência de vida com ele e com sua família extensa.

Esta providência elide em grande medida as críticas exacerbadas levadas a efeito pelo alienador, porque confere à criança ou ao adolescente lembranças e sentimentos positivos em relação ao genitor alvo, de modo que uma vez confrontada com as assertivas daquele, conseguirá avaliar em que medida elas procedem. Há, portanto, reforço do sentimento de ambivalência em relação ao genitor alienado e ainda preservação do vínculo parental na medida do possível após o fim da família conjugal, quando se infere do caso concreto que a criança ou adolescente se sente abandonado por conta do afrouxamento da relação especial que mantinha com o genitor que deixou o lar.

O Juízo deve estar atento, todavia, à necessidade de implementar esta medida de forma gradual, porque a abrupta diminuição do convívio com o genitor guardião pode acometer a criança ou adolescente de medo e sofrimento, além de desconsiderar os aspectos saudáveis da relação paterno-filial mantida entre este e o genitor alienador.

A medida saneadora prevista no inciso IV, qual seja, acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial é salutar e pode ser indicada para todas as partes envolvidas, ou seja, genitores, crianças ou adolescentes e membros da família extensa. O acompanhamento psicoterapêutico tem o condão de atuar com objetivo de sanear os fatores que confluem para que uma criança se torne efetivamente alienada.

A avaliação das motivações do genitor alienador, do seu histórico de vida e de sua personalidade confere substrato para traçar um plano legal e terapêutico efetivo, com vistas a ajuda-lo a superar seu comportamento disfuncional. O acompanhamento do genitor alienado visa treiná-lo para manter-se em contato com os filhos, ainda que eles o tratem de forma agressiva, e para não adotar comportamentos que corroborem a alienação parental. A criança e o adolescente alienados, ao seu turno, beneficiam-se de um ambiente terapêutico neutro, onde não serão confrontados com os conflitos de lealdade que os prejudicam, e também da reconstrução do relacionamento paterno-filial saudável de forma gradual e humanizada. Em conclusão, o acompanhamento psicoterapêutico confere amplas possibilidades para reconciliação e recomposição das relações familiares.

A alteração da guarda para a modalidade compartilhada ou a inversão da guarda unilateral em favor do genitor alienado (inciso V) é providência que deve ser reservada aos casos em que há efetivo comprometimento da relação paterno-filial, e não com base apenas nas manobras de alienação levadas a efeito pelo alienador. Vale aqui a mesma observação feita quanto à ampliação do período de convivência em benefício daquele: a alteração brusca do domicílio impinge sofrimento e medo à criança, que se vê em ambiente diferente daquele onde está habituada a viver, afastada do genitor com quem guarda forte vínculo afetivo e obrigada a estar com alguém que não lhe fez nada de mau, mas de quem ela não gosta (RUZYK, 2013).

A lógica do modelo de transição proposto por Gardner pode ser bastante oportuna nestas circunstâncias. É claro que não se defende aqui a hospitalização da criança ou a sua colocação em um abrigo, mas a sua inserção temporária na casa de um adulto de confiança ou membro da família extensa estranho à campanha de difamação do alienador e a gradual ampliação da convivência com o genitor alienado são providências adequadas para que a alteração da guarda unilateral não se dê de forma traumática. O contato com o genitor alienador não deve ser totalmente suspenso, porque, novamente, isso traria medo e sofrimento à criança. Certamente que, neste caso, é necessário que o contato entre ambos seja realizado em um ambiente neutro, onde haja alguma forma de controle para evitar que o alienador utilize o período de convivência de que

dispõe para reforçar a alienação da criança. Neste sentido, o acompanhamento psicoterapêutico neste processo é bastante adequado.

Adiante, avalia-se de forma mais pormenorizada a guarda compartilhada, no estudo o art. 7º da LAP. No que tange a sua utilização como medida saneadora da alienação parental, observe-se apenas que, justamente por não figurar como mecanismo que pressupõe a distribuição equitativa da custódia física da criança, a guarda compartilhada funciona antes como uma forma de evitar a distorção da guarda unilateral do que um mecanismo idôneo para sanear um processo de alienação parental bem sucedido. Ela pode dissuadir o alienador a acatar o regular exercício da autoridade parental pelo genitor alienado, mas não terá o condão de reverter a condição da criança alienada caso não haja qualquer disposição daquele em cumprir com os seus termos.

A necessidade de proporcionar à criança alienada experiências de vida com o genitor rejeitado, com a retomada dos sentimentos de ambivalência dela frente a este, exige custódia física conjunta ou ampliação substancial do período de convivência, o que não são elementos constituintes da guarda compartilhada. É necessário compreender, então, que ela não é solução definitiva para a alienação parental, figurando antes como uma medida preventiva. Neste sentido é também a advertência de Perez:

É certo que a implementação da guarda compartilhada, ao garantir equilibrada participação de pai e mãe na formação de seus filhos, representa importante instrumento, com larga eficácia, para inibir alienação parental. Mas o argumento de que a efetividade da guarda compartilhada é resposta adequada e suficiente para inibir o que se denomina por alienação parental parece ignorar (a) a utilidade de intervenção no ordenamento jurídico para garantir maior efetividade à própria aplicação da guarda compartilhada, (b) a inaplicabilidade da guarda compartilhada a determinados casos (que restariam sem a proteção específica que ora se discute), segundo a interpretação mais ou menos restritiva da lei, (c) a própria ineficácia da guarda compartilhada para evitar, por completo, os atos de alienação parental e (d) a utilidade de se pensar em outras abordagens, complementares. (PEREZ, 2013, p. 56/57).

Além de que, como sobredito, garantir a guarda unilateral em favor do genitor alienador que é imbuído por um sentimento de ameaça pode ser a providência suficiente para fazer cessar seu comportamento disfuncional. Isso porque, conforme relata Gardner, muitas vezes a disputa judicial pela guarda jurídica dos filhos e a prática de atos de alienação são motivadas justamente pela

perspectiva de eleição da guarda compartilhada por parte da autoridade judicial. Nestes casos, ela prejudica o processo de restabelecimento da dinâmica familiar parental saudável, ao invés de fortalecê-lo.

A fixação cautelar do domicílio da criança ou do adolescente (inciso VI) tem espaço quando há fundadas suspeitas de que a genitor guardião mudará seu domicílio para local distante com o fito de evitar a convivência entre o infante e o genitor rejeitado. Trata-se de hipótese de evidente abuso do direito de guarda, já que esta conduta tem por objetivo obstruir a convivência familiar (DUARTE, 2013, p. 82). Daí a oportunidade da fixação cautelar do domicílio da criança, aqui compreendida como providência acautelatória que pode ser concedida no processo ou incidente processual que afere a alienação parental, e não como ação cautelar no sentido técnico do diploma processual civil.

Esta medida deve ser empregada com bastante cuidado. Isso porque o genitor guardião pode ter família em outra cidade ou outro trabalho a exercer. A norma, tal como proposta, coloca em risco a sua liberdade de adequar-se a estas circunstâncias. Normalmente, esta restrição acaba incidindo sobre a mulher, o que pode tolher a sua evolução profissional, a sua convivência e a da criança ou adolescente com a respectiva família extensa, etc., tudo isso sob o argumento de que a mudança de domicílio constituiria alienação parental. Daí porque, justamente por tolher a liberdade de ir e vir e as oportunidades profissionais do genitor guardião, esta providência deve ser reservada a situações limite (RUZYK, 2013).

No caso do sequestro internacional de crianças, assim compreendido como a transferência ou a retenção de uma criança em um país estrangeiro com violação ao direito de guarda, incide sob os países signatários as disposições da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, inserida no ordenamento jurídico pátrio pelo Decreto nº 3.413/2000. Este diploma normativo adota o critério da residência habitual da criança para assegurar o seu retorno imediato ao país solicitante, desde que o acionamento das autoridades administrativas e judiciais do país signatário ao qual se dirigiu o sequestrador se dê em prazo inferior a um ano (Decreto nº, artigos 8º, 12º).

O inciso VII do dispositivo em comento prevê a possibilidade de suspensão do exercício da autoridade parental. Esta é uma medida extrema e deve ser adotada apenas diante da total inoperância do alienador em fazer cumprir e

colaborar com as determinações judiciais. É claro que, nesta hipótese, o Juízo deve adotar providências no sentido de eleger um adulto de confiança ou membro da família extensa que possa abrigar a criança ou o adolescente, com vistas a permitir a posterior alteração da guarda unilateral em favor do genitor alienado ou, na impossibilidade desta, até o fim do período de suspensão fixado.

A previsão da suspensão da autoridade parental nestas circunstâncias, por força do disposto no art. 1.638, IV do Código Civil, torna possível cogitar na própria destituição do poder familiar em caso de reincidência. Esta providência, no entanto, não é adequada, porque figura como aquilo que Perez definiu como “medida de coerção ou violência comparável aos próprios atos de alienação parental” (2013, p. 56), que vai de encontro com a abordagem reconciliadora que se propôs ao longo do trabalho e do interesse maior da criança e do adolescente, afastado de forma permanente do genitor com quem guarda laços estreitos de afetividade.

Além de que, como bem observa Perissini da Silva, o genitor alienador é, de fato, um bom pai ou uma boa mãe. Eles são carinhosos e cuidadosos (2011, p. 56). É fato que este comportamento pode ser um mecanismo para escamotear as manobras de alienação, no entanto, a dinâmica relacional não pode ser reduzida a este ponto de vista. É imprescindível considerar os aspectos saudáveis desta relação. Daí porque cogitar em destituição do poder familiar nestes casos é totalmente inadequado.

A previsão do parágrafo único é bastante oportuna e adequada nos casos em que o alienador descumpra as determinações judiciais que fixam o período de convivência, seja mudando de endereço sem comunicar o genitor não guardião ou não residente, seja levando-o para fazer outras coisas quando deveria estar com este. Neste caso, a autoridade judicial determina ao genitor recalcitrante que leve a criança ao encontro do genitor prejudicado por ocasião da alternância do período de convivência. Quando há animosidade acentuada entre as partes, o Juízo pode, ao invés, determinar que o genitor guardião ou residente leve a criança a um ambiente neutro, como a casa dos avós, para que o genitor não guardião ou não residente possa busca-la (RUZYK, 2013).

Por fim, avaliaremos a possibilidade de responsabilização civil e criminal por atos de alienação parental.

O artigo 10 da Lei 12.318/2010 previa a inclusão de um parágrafo único no art. 236 do ECA. Este dispositivo tipifica o crime de embaraço ou impedimento da ação judicial, ministerial ou do Conselho Tutelar no exercício das funções a ele endereçadas pelo diploma normativo em referência, com pena de detenção de seis meses a dois anos. A proposta legislativa continha o seguinte teor: “Incorre na mesma pena quem apresenta relato falso ao agente indicado no caput ou à autoridade policial cujo teor possa ensejar restrição à convivência de criança ou adolescente com genitor.” (BRASIL, 2010). A equiparação intentada foi vetada pela Presidência da República. As razões do veto foram tecidas nestes termos:

O Estatuto da Criança e do Adolescente já contempla mecanismos de punição suficientes para inibir os efeitos da alienação parental, como a inversão da guarda, multa e até mesmo a suspensão da autoridade parental. Assim, não se mostra necessária a inclusão de sanção de natureza penal, cujos efeitos poderão ser prejudiciais à criança ou ao adolescente, detentores dos direitos que se pretende assegurar com o projeto. (BRASIL, 2010).

Prevaleceu a abordagem que defende o caráter educativo e preventivo da LAP, em detrimento da orientação sancionatória tão comumente observada na doutrina, o que é bastante positivo. Além de que, note-se que o tipo objetivo do crime previa a apresentação de um relato sabidamente falso à autoridade policial, o que gera dificuldades probatórias bastante significativas já que, como visto, dentre as crenças fundamentais do alienador figura justamente aquela segundo a qual o alienado é uma pessoa perigosa e deve ser afastado da criança.

Isso não prejudica, no entanto, a responsabilidade criminal por outros tipos penais nos quais o genitor alienador eventualmente possa estar incurso, como o “deliberado descumprimento de decisão ou acordo judicial que regulamenta o direito de convivência (CP 330) ou a própria denúncia caluniosa (CP 339)” (PEREZ, 2013, p. 62).

No que tange a responsabilidade civil, tem-se duas reflexões como oportunas, mas não a pretensão de esgotar o tema no estreito âmbito deste trabalho.

O ato ilícito é “o elemento fundamental da teoria da responsabilidade civil” (AMARAL, 2008, p. 552), consistente na infração de disposição legal que tutela direitos alheios ou no abuso de direito. Avaliou-se extensamente a antijuridicidade

dos atos de alienação parental ao longo deste trabalho, de modo que não há maiores dificuldades quanto a este aspecto. Agora, destaca-se outro elemento imanente da responsabilidade civil, qual seja, o dano.

Se, por um lado, a abordagem preventiva da lei pode ser justificada com base na interdisciplinaridade, que indica a adequação de medidas interventivas defensivas em alguns casos, igual compreensão não podemos endereçar à responsabilização civil, que exige efetivo dano para que surja o dever de indenizar. Significa dizer que, inexistindo o esgarçamento da relação paterno-filial, com adesão da criança ao comportamento disfuncional do alienador, dano psíquico ou sofrimento relacionado à prática destes atos (e não aquele imanente ao processo de dissolução da família conjugal), não é possível falar em responsabilização civil deste, seja por iniciativa do genitor rejeitado, seja em face da criança e do adolescente.

Outro aspecto que merece especial atenção diz respeito ao nexo de causalidade. Como visto, de um lado, a criança pode se tornar alienada em face de um dos seus genitores sem que haja prática de qualquer ato de alienação parental. Por outro lado, conforme explica Rovinski:

Não é possível afirmar com clareza se haveria um portador dessa síndrome como o filho, o genitor alienador, o alienado ou toda a estrutura familiar envolvida, uma vez que todos os elementos estão implicados, cada um com sua parcela de responsabilidade. (ROVINSKI, 2013, p. 110).

A alienação parental é um distúrbio familiar, que nunca pode ser reduzido a apenas um fator etiológico (no caso, manobras de alienação levadas a efeito pelo alienador). Esta realidade deve ser seriamente avaliada pela autoridade judicial que aprecie pedido de indenização fundado na prática de atos de alienação parental, sem prejuízo do exame do dolo ou culpa do agente alienador, não havendo que se falar em responsabilização civil objetiva em situações de família tão delicadas como esta, como pretende, por exemplo, Rodrigo da Cunha Pereira (2013, p. 39).

Art. 7º A atribuição ou alteração da guarda dar-se-á por preferência ao genitor que viabiliza a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor nas hipóteses em que seja inviável a guarda compartilhada. (BRASIL, 2010).

A primeira parte deste dispositivo legal reproduz um dos aspectos contemplados pelo art. 1.583, §2º, I do Código Civil<sup>42</sup>, dispositivo que estabelece os critérios que devem ser avaliados pela autoridade judicial para atribuição da guarda unilateral em favor de um dos genitores. Isso porque a realização do afeto com o outro genitor e com o grupo familiar exige a efetiva convivência da criança ou adolescente com eles, de modo que este artigo da LAP especifica uma forma de realização do afeto a que alude o dispositivo do Código Civil.

Entretanto, em vista do contexto em que foi empregado, este comando legal vai além para fazer inserir no rol de fatores a serem avaliados pelo juiz no mister de atribuir a guarda de crianças e adolescentes a preferência pelo genitor que não pratica atos de alienação parental. Este comportamento disfuncional prejudica a efetiva convivência da criança com o outro genitor e seu grupo familiar e, conseqüentemente, a realização do afeto entre eles, daí porque a preferência pelo genitor que não o apresenta.

A predileção pela guarda compartilhada em face da guarda unilateral também não é novidade no ordenamento jurídico, por força do que já dispunha o art. 1.584, §4º do Código Civil. Esta modalidade de guarda surgiu, inicialmente, na experiência jurisprudencial do foro de família com vistas à correção de uma distorção que era comumente verificada na atribuição da guarda unilateral dos filhos. Depois, com o advento da Lei 11.698/2008, esta modalidade de guarda foi positivada no ordenamento jurídico. A seguir, examinam-se de forma concisa o que consistia esta distorção e quais as implicações da guarda compartilhada.

A guarda, a rigor, funciona como um efeito da autoridade parental. Ter a guarda de um filho facilita o exercício desta, mas o genitor não guardião não está privado dos direitos e deveres inerentes à autoridade parental. Se é certo que a tomada de decisões no dia-a-dia acaba sendo atribuída ao guardião, cabendo ao

---

<sup>42</sup> Art. 1.583. A guarda será unilateral ou compartilhada.

§ 1º Compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua (art. 1.584, § 5º) e, por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

§ 2º A guarda unilateral será atribuída ao genitor que revele melhores condições para exercê-la e, objetivamente, mais aptidão para propiciar aos filhos os seguintes fatores:

I – afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar;

II – saúde e segurança;

III – educação.

§ 3º A guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos.

§ 4º (VETADO)



não guardião a fiscalização desta atividade, é certo também que este não fica privado do exercício da autoridade parental. Não é incomum que a mãe guardiã pense que pode matricular o filho na escola que quiser. No entanto, as decisões que decorrem da autoridade parental não são exclusivas do guardião, que não é o senhor da vida do filho (RUZYK, 2013).

É exatamente por isso que tradicionalmente a guarda era pensada como uma figura jurídica unilateral. O Código Civil de 2002 trabalhava exclusivamente com a noção de guarda unilateral, pois na correta aplicação da lei esta não exclui o exercício da autoridade parental pelo não guardião. Não deter a guarda jurídica dos filhos não é sinônimo de ser alienado do poder de decisão sobre as decisões mais relevantes e estruturantes da vida deles (RUZYK, 2013).

Entretanto, a realidade das relações de família levadas ao Judiciário acabou revelando a privação do genitor não guardião do exercício da autoridade parental, justamente por conta deste pensamento equivocado segundo o qual a participação na educação e desenvolvimento dos filhos é de mera fiscalização e não de tomada de decisões. Na França, no século XX, surgiu a figura da guarda compartilhada, com o intuito de permitir que os casais separados possam efetivamente exercer a autoridade parental em conjunto, sem que haja um genitor não guardião, que por assim sê-lo ficasse privado das escolhas importantes na vida do filho. Esta solução originária do direito comparado foi inserida no Brasil através da experiência do foro de 1º grau. Originalmente, os pais poderiam acordar o exercício compartilhado da guarda, de modo que os atos pertinentes às decisões da vida dos filhos seriam por eles partilhados (RUZYK, 2013).

A guarda compartilhada pressupõe a tomada de decisões conjuntas no dia-a-dia. Dizendo por outra forma, deliberações cotidianas passam a ser atribuídas a ambos os genitores, como se eles estivessem convivendo. Agora, se os pais tivessem a capacidade de cuidar dos temas relacionados aos filhos todos os dias, a família conjugal teria permanecido hígida. A guarda compartilhada, quando funciona, atua no sentido de não privar um dos genitores do exercício da autoridade parental, um direito que, a rigor, ele sempre conservou, mesmo não sendo guardião. Na prática, a guarda compartilhada apenas evita a distorção da guarda unilateral. O guardião não residente somente exerce as funções da autoridade parental, das quais tecnicamente não estaria privado se a guarda fosse unilateral. Em termos

técnicos, não haveria a necessidade da guarda compartilhada se esta é a única função que ela exerce (RUZYK, 2013).

A guarda compartilhada propriamente dita seria salutar para os filhos se fosse realizável, mas há uma dificuldade concreta na sua implementação. O exercício bilateral da guarda, como deveria acontecer dentro da família conjugal, é a melhor solução, porque realiza o interesse maior da criança e adolescente, mas tal como concebida, ela só existe em um mundo ideal. Nas práticas bem sucedidas, o que se vê é o exercício da guarda unilateral com desempenho regular da autoridade parental pelo cônjuge não residente. Por isso, a guarda compartilhada não pode se transformar em mero discurso, ou então em fonte de conflitos (RUZYK, 2013).

Quando a dinâmica da família conjugal há muito se apresentava deteriorada e os genitores apresentam algo grau de animosidade um contra o outro, fica fácil perceber que a guarda compartilhada pode figurar antes como uma motivação para um deles buscar a guarda jurídica unilateral dos filhos, com a prática de atos de alienação parental para reforçar sua posição no conflito judicializado, do que como um antídoto contra esta prática. Adotar a guarda compartilhada para que os conflitos prossigam pode deteriorar ainda mais o ambiente da criança ou do adolescente, acentuando as chances de que se torne efetivamente alienada.

Há limites para aquilo que o Direito consegue fazer. É muito importante que ele tente construir instrumentos para o incremento da autoridade parental e da convivência familiar, mas ele deve reconhecer suas limitações (RUZYK, 2013), e a adoção da guarda compartilhada deve ser seriamente avaliada pela autoridade judicial quando há uma dinâmica relacional altamente deteriorada entre os pais, porque isso também é meditar e agir em favor do melhor interesse da criança e do adolescente.

Art. 8º A alteração de domicílio da criança ou adolescente é irrelevante para a determinação da competência relacionada às ações fundadas em direito de convivência familiar, salvo se decorrente de consenso entre os genitores ou de decisão judicial. (BRASIL, 2010).

Nas duas oportunidades em que o Superior Tribunal de Justiça se pronunciou expressamente quanto ao fenômeno da alienação parental, o fez em sede de conflitos de competência envolvendo Juízos de Estados da Federação distintos (CC 94.723/RJ, Rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, 2ª Seção, julgado em

24/09/2008 e EDcl no CC 108.689/PE, Rel. Ministro Raúl Araújo, 2ª Seção, julgado em 10/11/2010).

Conflitos de competência envolvendo alegações de deslocamento artificial do foro competente para julgamento de ações que versam sobre os direitos da criança e do adolescente são relativamente comuns no Superior Tribunal de Justiça, ainda que inexista na maioria dos precedentes qualquer referência à alienação parental. Confirmam-se, neste sentido, os seguintes precedentes: (a) CC 40719/PE, Rel. Ministro Aldir Passarinho, 2ª Seção, julgado em 25/08/2004; (b) CC 35761/SP, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Rel. p/ Acórdão Ministro Ari Pargendler, 2ª Seção, julgado em 11/12/2002; (c) CC 79095/DF, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes de Direito, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/05/2007, DJ 11/06/2007; (d) CC 45794/RO, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, 2ª Seção, julgado em 09/03/2005; (e) CC 35709/RJ, Rel. Ministro Ari Pargendler, 2ª Seção, julgado em 09/10/2002; e (f) CC 29683/SP, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Rel. p/ Acórdão Ministro Ari Pargendler, 2ª Seção, julgado em 27/09/2000.

Estas constatações nos indicam o quão importante é o estudo do assunto.

A disposição do art. 8º da Lei da Alienação Parental deve ser interpretada em conjunto com o critério absoluto de definição de competência positivado no art. 147, inciso I do Estatuto da Criança e do Adolescente. Este dispositivo estabelece que a competência para dirimir as questões referentes ao menor é a do foro do domicílio de quem exerce a guarda. No caso da guarda compartilhada, deve prevalecer o domicílio do genitor residente, porque este é o domicílio da criança. Compatibilizar o art. 8º da LAP em face da disposição do ECA implica dizer que a alteração do domicílio da criança ou adolescente que é irrelevante para a determinação da competência relacionada às ações fundadas em direito de convivência familiar é aquela posterior ao ajuizamento da ação.

Interpretado sob este enfoque, a rigor, o art. 8º da LAP não inova no ordenamento jurídico. O Código de Processo Civil há muito estabelece que a competência é determinada no momento da propositura da ação, sendo irrelevantes “as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia” (CPC, art. 87) (BRASIL, 1973). Esta previsão legal é

consectária da adoção do princípio da *perpetuatio jurisdictionis*. Assim, a modificação do domicílio do genitor guardião ou residente após a propositura da ação não figura como fator que autoriza a modificação da competência segundo as regras processuais em vigência, forjadas justamente para evitar manipulações e fraudes.

Quando há deslocamento do domicílio do genitor guardião ou residente e ajuizamento de ações em Juízos diversos, verifica-se multiplicação dos foros competentes para o julgamento do feito, desatendendo-se o art. 147 do ECA. Nestas circunstâncias, a reunião dos processos deve ser feita interpretando-se conjuntamente este dispositivo legal e o artigo 219 do Código de Processo Civil.

Pressupondo-se a existência de Juízos com competência territorial distinta e ações que atraiam as regras de modificação de competência (conexão e continência), a reunião dos feitos deve ocorrer no novo domicílio do genitor guardião ou residente caso este não tenha sido validamente citado na ação aviada em seu antigo domicílio. Caso a citação tenha ocorrido em momento anterior à mudança, o Juízo do domicílio pretérito torna-se preventivo para julgamento dos processos. Tecnicamente, esta é a interpretação mais adequada do diploma processual civil, já que compatibiliza as previsões dos artigos 87 e 219. No entanto, a solução aqui proposta foi acolhida pela minoria dos ministros da 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do CC 35761/SP, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Rel. p/ Acórdão Ministro Ari Pargendler, 2ª Seção, julgado em 11/12/2002.

De qualquer forma, o artigo 8º da LAP nada acresceu a esta discussão, já que apenas estabelece que a alteração de domicílio da criança e do adolescente é irrelevante para determinação da competência das ações fundadas em direito de convivência familiar. Note-se apenas que o legislador utilizou o termo *determinação* da competência de forma atécnica. Deveria antes ter elegido a expressão *modificação* da competência. Isso porque caso a Lei da Alienação Parental tivesse introduzido no microssistema normativo relacionado às crianças e adolescentes uma nova regra de competência com este teor, colidiria frontalmente com a disposição do art. 147, I do Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso é inaceitável, em vista do caráter protetivo e absoluto desta norma, cunhada no melhor interesse da criança e do adolescente.

Fica resguardada, em todo caso, a competência do Juízo do novo domicílio da criança e do adolescente caso a mudança do genitor guardião ou residente tenha sido posta sob a égide do Poder Judiciário ou objeto de convenção entre as partes envolvidas.

Art. 9º As partes, por iniciativa própria ou sugestão do juiz, do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, poderão utilizar-se do procedimento da mediação para a solução do litígio, antes ou no curso do processo judicial.

§ 1º O acordo que estabelecer a mediação indicará o prazo de eventual suspensão do processo e o correspondente regime provisório para regular as questões controvertidas, o qual não vinculará eventual decisão judicial superveniente.

§ 2º O mediador será livremente escolhido pelas partes, mas o juízo competente, o Ministério Público e o Conselho Tutelar formarão cadastros de mediadores habilitados a examinar questões relacionadas à alienação parental.

§ 3º O termo que ajustar o procedimento de mediação ou o que dele resultar deverá ser submetido ao exame do Ministério Público e à homologação judicial. (BRASIL, 2010).

Este dispositivo da LAP, infelizmente, foi vetado pela Presidência da República. As razões do veto foram articuladas nestes termos:

O direito da criança e do adolescente à convivência familiar é indisponível, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, não cabendo sua apreciação por mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos.

Ademais, o dispositivo contraria a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que prevê a aplicação do princípio da intervenção mínima, segundo o qual eventual medida para a proteção da criança e do adolescente deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável. (BRASIL, 2010).

O veto foi inadequado porquanto demonstra subutilização da interdisciplinaridade na avaliação da adequação do dispositivo em comento em face do ordenamento jurídico. Os profissionais da saúde que se debruçam sobre o estudo da alienação parental são uníssomos no sentido de que a disputa judicial pela guarda jurídica dos filhos é um dos ambientes mais propícios para que o comportamento disfuncional do alienador aflore e a criança se torne efetivamente alienada, a par do sofrimento e ansiedade acentuados decorrentes da situação de litigiosidade entre seus pais.

Neste sentido, a mediação poderia figurar como um instrumento eficaz no rompimento desta dinâmica relacional conflituosa. Soluções convencionadas

possuem uma legitimação especial que as imposições judiciais não têm. A justiça das decisões emanadas do Poder Judiciário serão potencialmente questionadas pelos atores envolvidos (e, na maioria esmagadora dos casos, o são), ao passo que as obrigações assumidas por intermédio da mediação apaziguam o conflito entre as partes, atuando positivamente em relação à saúde psicológica das crianças e dos adolescentes envolvidos.

Em vista desta circunstância, a mediação familiar atende o interesse da criança e do adolescente, especialmente considerando as exigências do dispositivo vetado no sentido da necessidade de intervenção do órgão ministerial e da homologação do acordo pela autoridade judicial. Logo, ao contrário do que concluiu a Presidência da República, a mediação em situações onde haja um distúrbio familiar, como é o caso da alienação parental, não vulnera a indisponibilidade dos direitos da criança e do adolescente, pelo contrário, homenageia-os.

No que tange à alegação de que o dispositivo esbarra no princípio da intervenção mínima, a assertiva causa perplexidade. A interferência institucional na família é, sem sombra de dúvidas, mais intrusiva do que a convenção dos interesses da criança e do adolescente por um mediador escolhido pelas partes, com a supervisão do Ministério Público e do Poder Judiciário. Também por este aspecto, o veto não merece elogios.

Art. 10. O art. 236 da Seção II do Capítulo I do Título VII da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

'Art. 236. ....

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem apresenta relato falso ao agente indicado no caput ou à autoridade policial cujo teor possa ensejar restrição à convivência de criança ou adolescente com genitor.' (NR) (BRASIL, 2010).

Este dispositivo, como sobredito, foi vetado e, neste caso, não há censura a ser feita. O veto representa a encampação da proposta hermenêutica tecida ao longo deste trabalho, qual seja, a alienação parental é um distúrbio familiar que deve ser saneado, e não pode ser resumido aos atos de alienação parental eventualmente praticados pelo alienador e à adoção medidas punitivas inadequadas. No mais, remete-se o leitor às razões articuladas nos comentários tecidos no art. 6º da LAP quando se examinou com mais vagar o dispositivo em comento.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2010).

No Brasil, em regra, a lei entra em vigor em todo o território nacional decorridos quarenta e cinco dias da sua publicação. É o que diz o art. 1º da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (BRASIL, Decreto-Lei 4.657/1942). A regra geral pode ser afastada quando o legislador “julgar inconveniente ao interesse público a existência de espera” (DINIZ, 1997, fl. 52). Nestes casos, ele pode determinar que a lei entre em vigor na data de sua publicação ou assinalar um prazo inferior de *vacatio legis*. No caso da Lei da Alienação Parental, a opção legislativa que dispensou o tempo de espera fundamenta-se no caráter protetivo deste diploma normativo, que perquire a proteção integral da criança e do adolescente. O Estado deve assegurar a estes sujeitos de direitos em desenvolvimento a tutela prioritária e adequada da sua integridade física e psíquica, conforme prescreve o art. 227 da CF. Presente, então, o interesse público a fundamentar a prescrição do art. 11 da LAP.

## 5 CONCLUSÃO

A Lei da Alienação Parental é um produto do seu tempo, um diploma normativo que só poderia ser concebido no contexto do constitucionalismo social. O seu fundamento de validade encontra-se na Constituição Federal, que recepcionou a família e outras categorias de direito privado em seu âmbito de normatização privilegiada e, assim, assentiu com a intervenção estatal para consecução dos objetivos constitucionais em espaços antes herméticos à atuação do Estado.

A tutela jurídica que a novel legislação veicula está em sintonia com a proteção instrumental da família, reconhecendo-a como espaço privilegiado para o desenvolvimento das potencialidades humanas e realização existencial. Ela protege a relação paterno-filial como valor em si, e não como decorrência da conjugalidade, e se encontra em conformidade com o novo paradigma da família, que é o afeto. Protege a um só tempo os direitos da personalidade da criança e do adolescente, sujeitos plenos de direitos, e os direitos da personalidade daquele que é excluído do seu papel parental por meio da prática de atos de alienação parental.

A Lei da Alienação Parental insere-se no microssistema normativo destinado à tutela das crianças e dos adolescentes, resguardando o direito fundamental à convivência familiar (CF, art. 227). As medidas interventivas que ela propõe buscam sanear comportamentos disfuncionais que vulnerem os laços de afetividade mantidos pela criança e por seus pais. Abstratamente, é um diploma consentâneo com a ordem jurídica e com os objetivos constitucionais.

Apesar disso, a correta compreensão e aplicação da Lei da Alienação Parental requer um estudo interdisciplinar apurado. Definir o que é o melhor interesse da criança no caso concreto passa necessariamente por esta etapa, daí a importância de compreendê-la não apenas em termos jurídicos, mas também as manifestações e implicações psicológicas que circundam o fenômeno da alienação parental.

A Lei da Alienação Parental não partiu do modelo médico para apreensão do comportamento disfuncional do alienador e da criança ou adolescente envolvido, tal como propõe Richard Gardner. Apesar disso, sua abordagem toma como ponto de partida o mesmo eleito pelo psiquiatra norte-americano, qual seja, o comportamento do genitor dito alienador. Daí porque as críticas à Síndrome da



Alienação Parental, para além daquelas relacionadas ao uso do termo técnico “síndrome”, devem ser seriamente avaliadas por todos aqueles que estudam a alienação parental e a regulamentação brasileira sobre o assunto.

O modelo da criança alienada, proposto por Johnston e Kelly em 2001, pode servir como uma ferramenta de compreensão multifocal da alienação parental e de eleição de propostas de intervenções legais e terapêuticas mais neutras e efetivas, contribuindo para saneamento das relações paterno-filiais disfuncionais que eventualmente possam ser detectadas no caso concreto.

Deve-se ter em mente que na realidade da vida não existe melhor interesse da criança *in re ipsa*, e que a avaliação de todos os atores envolvidos neste processo é uma forma idônea de buscar o que, no caso concreto, figura como melhor medida para proteção da criança e do adolescente. A alienação parental não pode ser reduzida à prática de atos assim definidos, porque, conforme reiteradamente advertiu-se neste trabalho, sua prática não é suficiente e nem condição necessária para que uma criança se torne alienada.

A Lei da Alienação Parental possui pontos positivos e negativos. Dentre aqueles que se reputam positivos, arrolam-se: (i) o viés preventivo da lei, que pode ser suficiente para chamar aquele que pratica atos de alienação parental ao exercício responsável da autoridade parental; (ii) a compreensão ampla da figura do alienador, afastando a LAP do mito do gênero, segundo o qual este será sempre a mãe guardiã ou residente; (iii) possibilidade de apuração incidental da prática de atos de alienação parental; (iv) garantia mínima da visitação assistida, tanto em benefício daquele sob o qual recaiam denúncias de abuso físico e/ou sexual, quanto do alienador nos casos em que há inversão da guarda e custódia física do infante; (v) as exigências quanto ao laudo pericial arroladas no parágrafo 1º do artigo 5º da LAP e quanto à qualificação profissional do(s) perito(s); (vi) previsão de acompanhamento terapêutico, sem endereça-lo somente ao alienador ou à criança, permitindo sua determinação para ambos os genitores e para o infante; e, por fim, (vii) o veto ao art. 10º da LAP.

Os aspectos negativos da Lei da Alienação Parental podem ser assim sintetizados: (i) desconsideração (em abstrato) das reações psicológicas do infante e do dito genitor alienado, o que simplifica artificialmente a dinâmica relacional e pode agravar o problema, ao invés de atenuá-lo; (ii) a incompatibilidade da adoção de

providências interventivas com a cognição sumária nos casos em que a aplicação das medidas provisórias não se dá em caráter preventivo; (iii) a ausência de previsão geral e abstrata quanto à necessidade de implementar de forma gradual a inversão da guarda ou a ampliação do período de convivência em prol do genitor alienado; e, por fim, (iv) o veto referente à possibilidade de mediação familiar nos casos relacionados à alienação parental (LAP, art. 9º).

O maior mérito da Lei da Alienação Parental é a tutela dos direitos da personalidade da criança e do adolescente e do genitor que é alvo de um processo alienante, mediante a especificação desta forma de abuso. A tutela desta situação existencial demonstra o comprometimento da ordem jurídica com a realização do afeto e da dignidade da pessoa humana. Apesar disso, existem diversos aspectos relacionados à compreensão e aplicação da LAP que exigem a avaliação interdisciplinar para que sua implementação seja bem sucedida, sob pena de conferir ao melhor interesse da criança um conteúdo que não condiz com este princípio.

Além disso, a abordagem sancionatória deve ceder ante a abordagem reconciliatória, porque esta é capaz de apontar as medidas que realmente protegem a criança e o adolescente, afastando o estigma usualmente observado em relação à figura do alienador e a adoção de medidas interventivas que apenas agravam o problema. Estas reflexões devem sempre estar presentes na mente dos operadores jurídicos e dos profissionais da saúde que são chamados a solucionar problemas envolvendo o fenômeno da alienação parental, condição sem a qual a Lei da Alienação Parental não pode atuar efetivamente em prol dos direitos da criança e do adolescente.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Francisco. **Direito Civil**: Introdução. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

AMENDOEIRA JÚNIOR, Sidnei. **Manual de Direito Processual Civil**: Teoria Geral do Processo e Fase de Conhecimento em Primeiro Grau de Jurisdição. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 1v.

BERCOVICI, Gilberto. **Entre o Estado Total e o Estado Social**: Atualidade do Debate Sobre Direito, Estado e Economia na República de Weimer. Tese de livre-docência – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BRASIL. Decreto-lei 4.657/1942, de 09 de setembro de 1942. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 set. 1942. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm)> Acesso em: 13/11/2013.

BRASIL. Lei 5.869/1973, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jan. 1973. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5869compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869compilada.htm)>. Acesso em 13/11/2013.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 set. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em 13/11/2013.

BRASIL. Lei 12.318, de 26 de agosto de 2013. Dispõe sobre a alienação parental. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 ago. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm)>. Acesso em 13/11/2013.

BRUCH, Carol S. Parental Alienation Syndrome and Parental Alienation: Getting It Wrong in Child Custody Cases. **Family Law Quarterly**, [S.l.], v. 35, p. 527-552, 2001. Disponível em: <[http://www.law.ucdavis.edu/faculty/Bruch/files/fam353\\_06\\_Bruch\\_Gardner.pdf](http://www.law.ucdavis.edu/faculty/Bruch/files/fam353_06_Bruch_Gardner.pdf)> Acesso em: 13/11/2013.

BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação Parental**: Uma Interface do Direito e da Psicologia. Curitiba: Juruá, 2012.

CALDERÓN, Ricardo Lucas. **Princípio da Afetividade no Direito de Família**. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

CAPLAN, Paula J. "Parental Alienation Syndrome:" Another Alarming DSM-5 Proposal. **Psychology Today**, [S.l.], 6 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.psychologytoday.com/blog/science-isnt-golden/201106/parental-alienation-syndrome-another-alarming-dsm-5-proposal>> Acesso em: 13/11/2013.

CARDON, Léo; PFEIFFER, Luci. **Pedofilia**: Questões de Perversão da Pediatria à Psicanálise. [S.l.: s.n]. Disponível em: <[http://www2.mp.pr.gov.br/cpca/enfrentamento/htm/2\\_artigos.htm](http://www2.mp.pr.gov.br/cpca/enfrentamento/htm/2_artigos.htm)> Acesso em: 13/11/2013.

CARTWRIGHT, Glenn F. Expanding the Parameters Of Parental Alienation Syndrome. **The American Journal of Family Therapy**, [S. l.], v. 21(3), p. 105-215, 1993. Disponível em: <<http://www.rhinc.org.au/docs/cartwr93.pdf>> Acesso em: 13/11/2013.

DIAS, Maria Berenice. Alienação Parental: Um Crime Sem Punição. In: DIAS, Maria Berenice. **Incesto e Alienação Parental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 15-19.

DINIZ, Maria Helena. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada**. São Paulo: Saraiva, 1997.

DUARTE, Marcos. A Lei de Alienação Parental em Auxílio aos Diplomas Internacionais de Proteção da Criança e do Adolescente. In: DIAS, Maria Berenice. **Incesto e Alienação Parental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 69-86.

FACHIN, Luiz Edson. **Da Paternidade**: Relação Biológica e Afetiva. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

FREITAS, Douglas Phillips Freitas; PELLIZZARO, Graciela. **Alienação Parental**: Comentários à Lei 12.3182/2010. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

GARDNER, Richard A.. Recommendations for Dealing with Parents Who Induce a Parental Alienation Syndrome in Their Children. **Journal of Divorce & Remarriage**, [S.l.], v. 28(3/4), p. 1-21, 1998. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/gardnr98.htm>> Acesso em: 13/11/2013.

GARDNER, Richard A. Commentary On Kelly and Johnston's "The Alienated Child: A Reformulation Of Parental Alienation Syndrome". **Family Court Review**, [S.l.], v. 39(3), p. 611-621, 2001. Disponível em: <[http://www.logocom.be/bilocatie/GardnerrRichardACommentaryonKellyand\[1\].pdf](http://www.logocom.be/bilocatie/GardnerrRichardACommentaryonKellyand[1].pdf)>

GARDNER, Richard A. Parental Alienation Syndrome vs. Parental Alienation: Which Diagnosis Should Evaluators Use in Child-Custody Cases Disputes? **The American Journal of Family Therapy**, [S.l.], v. 30(2), p. 93-115, 2002. Disponível em: <<http://www.rhfinc.org.au/docs/pavspas.pdf>> Acesso em: 13/11/2013.

GIORGIANI, Michele. O Direito Privado e as suas Atuais Fronteiras. **Revista dos Tribunais**, [São Paulo], v. 747, p. 35-55, jan. 1998.

JOHNSTON, Janet R.; KELLY, Joan. B. The Alienated Child: A Reformulation of Parental Alienation Syndrome. **Family Court Review** [S.l.], v. 39(3), 2001, p. 249-266. Disponível em: <<http://jkseminars.com/pdf/AlienatedChildArt.pdf>> Acesso em: 13/11/2013.

LAGRASTA NETO, Caetano. Parentes: Guardar e Alienar. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**, Belo Horizonte, v. 11, p. 38-48, ago./set. 2009.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAIS, José Luiz Bolzan de; STRECK, Lenio Luiz. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. A Família – Estruturação Jurídica e Psíquica. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de Família Contemporâneo**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997, p. 13-32.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Alienação Parental: Uma Inversão da Relação Sujeito e Objeto. In: DIAS, Maria Berenice. **Incesto e Alienação Parental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, p. 31-40.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da Criança e do Adolescente: Uma Proposta Interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

PEREZ, Elizio Luiz. Breves Comentários Acerca da Lei da Alienação Parental (Lei 12.318/2010). In: DIAS, Maria Berenice. **Incesto e Alienação Parental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, p. 41-67.

RAMOS, Carmem Lucia Silveira. A Constitucionalização do Direito Privado e a Sociedade Sem Fronteiras. In: FACHIN, Luiz Edson. **Repensando Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

ROVINSKI, Sônia Liane Reichert. Repensando a Síndrome da Alienação Parental. In: DIAS, Maria Berenice. **Incesto e Alienação Parental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. P. 87-94.

RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. **Famílias Simultâneas: da Unidade Codificada à Pluralidade Constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. **Curso de Direito Civil “D”**. Setor de Ciências Jurídicas. Faculdade de Direito. Universidade Federal do Paraná. Aulas ministradas em 17 de outubro de 2013 e 18 de outubro de 2013 ao 5º ano do período noturno do Curso de Direito. Curitiba, 2013.

SILVA, Marcos Alves da. **Do Pátrio Poder à Autoridade Parental: Repensando Fundamentos Jurídicos da Relação entre Pais e Filhos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

SILVA, Denise Maria Perissini da. **Guarda Compartilhada e Síndrome da Alienação Parental: O que é isso?** Campinas: Armazém do Ipê, 2011.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. **Direito Constitucional: Teoria, História e Métodos de Trabalho**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

TEPEDINO, Gustavo. A Disciplina Jurídica da Filiação na Perspectiva Civil-Constitucional. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de Família Contemporâneo**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

TEPEDINO, Gustavo. Premissas Metodológicas para a Constitucionalização do Direito Civil. In: TEPEDINO, Gustavo. **Temas de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

TRINDADE, Jorge. Síndrome da Alienação Parental (SAP). In: DIAS, Maria Berenice. **Incesto e Alienação Parental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, p. 21-29.

WARSHAK, Richard. A. Current Controversies Regarding Parental Alienation Syndrome. **American Journal of Forensic Psychology**, [S.l.], v. 19 (3), p. 29-59, 2001. Disponível em: <<http://www.fact.on.ca/Info/pas/warsha01.htm>> Acesso em: 13/11/2013.

## ANEXOS

ANEXO 1	112
ANEXO 2	113
ANEXO 3	114
ANEXO 4	115



THE CHILD'S SYMPTOM LEVEL			
	MILD	MODERATE	SEVERE
<b>Legal Approaches</b>	<p><i>For Alienators in the Mild Level</i></p> <p>Court ruling that primary custody shall remain with the alienating parent</p>	<p><b>Plan A</b> <i>For Alienators in the Moderate Level</i> (Most Common)</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Court ruling that primary custody shall remain with the alienating parent</li> <li>2. Court appointment of PAS therapist<sup>1,2</sup></li> <li>3. Sanctions:               <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Post a Bond</li> <li>b. Fines</li> <li>c. Community Service</li> <li>d. Probation</li> <li>e. House arrest</li> <li>f. Incarceration</li> </ol> </li> </ol> <p><b>Plan B</b> <i>For Alienators in the Severe Level</i> (Occasionally Necessary)</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Court ruling that primary custody shall be transferred to the alienated parent</li> <li>2. Court appointment of PAS therapist<sup>1,2</sup></li> <li>3. Extremely restricted visitation by the alienating parent, monitored to prevent indoctrinations</li> </ol>	<p><i>For Alienators in the Severe Level</i></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Court ruling that primary custody shall be transferred to the alienated parent</li> <li>2. Court-ordered transitional-site program</li> </ol>
	<p>None usually necessary</p>	<p><b>Plans A and B</b></p> <p>Treatment by a court-appointed PAS therapist<sup>1,2</sup></p>	<p>Transitional-site program monitored by court-appointed PAS therapist<sup>1,2</sup></p>

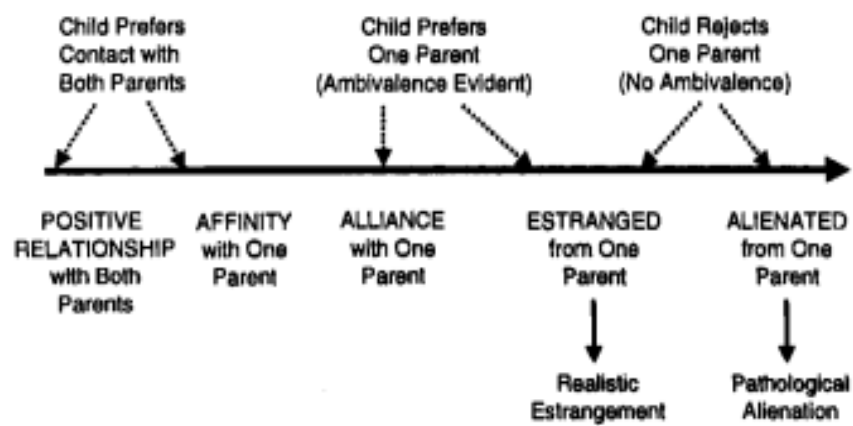
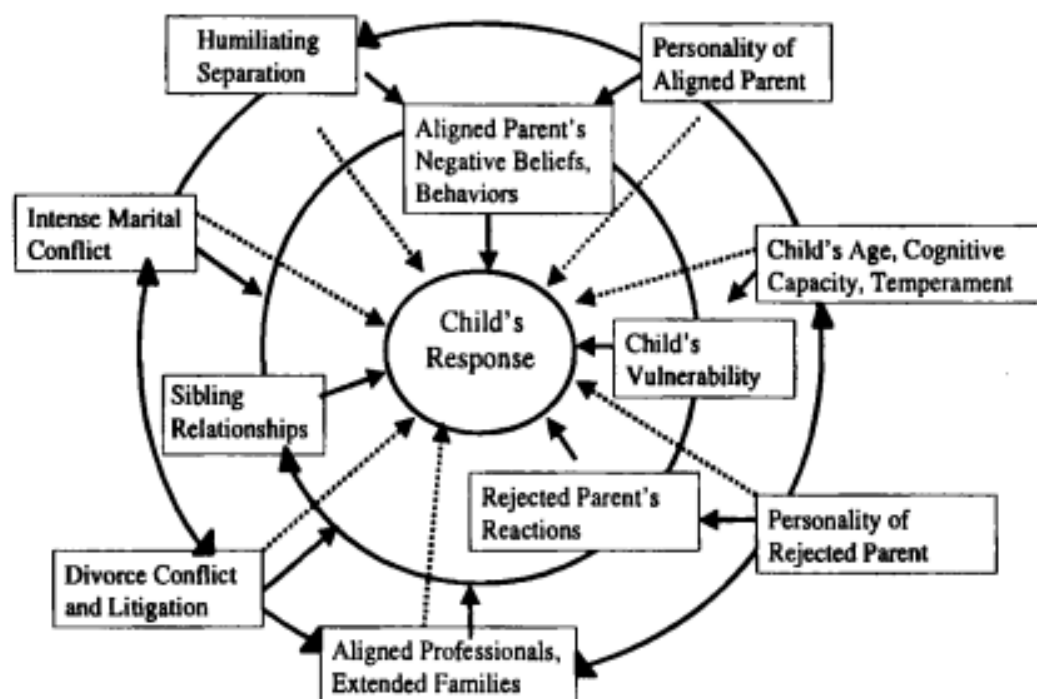


Figure 1. *A continuum of children's relationships with parents after separation and divorce.*



---

Figure 2. *Background factors, intervening variables, and the child's response.*

**Principais reflexões da entrevista concedida pela Excelentíssima Juíza de Direito Dra. Fernanda Karam de Chueiri Sanches (02/12/2013), titular da 8ª Vara de Família e Sucessões do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, acerca da Lei da Alienação Parental**

- Muitas vezes, o processo de alienação parental se torna consolidado por conta da demora/passividade do não guardião em face da necessidade de adoção de medidas de preservação da relação paterno-filial. Muitos agem assim para evitar a judicialização do conflito.

- Por outro lado, quando os alienados percebem a necessidade da intervenção judicial, muitas vezes não estão preparados para se tornarem guardiões da criança e por isso também usualmente não pedem a reversão da guarda. Outro fator que dificulta esta medida é a inserção da criança em um novo núcleo familiar, recomposto. Muitas vezes, a reversão também não é requerida por conta da vida profissional do genitor não guardião. Esta passividade não justifica a destruição do vínculo parental.

- Há dificuldade ínsita na reversão da guarda quando há um processo de alienação consolidado, porque a medida gera sofrimento à criança caso seja feita de forma abrupta.

- O saneamento da alienação parental requer o comprometimento das partes envolvidas.

- Crianças alienadas muitas vezes são inteligentes e perspicazes, mas apresentam traços de agressividade.

- Não é possível banalizar a alienação parental. O magistrado deve ser perspicaz para definir o que é ou não alienação parental e diferenciá-la das rugas inerentes ao fim da família conjugal.

- Em vista da preponderância da atribuição da guarda às mães, sob elas recaem a maior parte das denúncias de prática de atos de alienação parental.

- Muitas vezes, a simples advertência de que a prática de atos de alienação parental pode ensejar a reversão da guarda, no próprio despacho inicial, pode produzir a mudança de rumo almejada. Ela é um mecanismo preventivo eficaz e capaz de chamar o genitor ao exercício responsável da autoridade parental.

- Quando há um processo de alienação consolidado, o tratamento é muito difícil. O tratamento terapêutico conjunto é uma opção interessante, mas as partes devem estar de acordo. Esta providência, no entanto, muitas vezes esbarra na falta de recursos materiais e humanos para este acompanhamento no âmbito das Varas de Família, e não apenas ela, mas também todas as medidas necessárias ao resgate das relações familiares.

- O processo de alienação parental pode ser agravado pelos psicólogos que atendem a criança em um primeiro momento. Isso porque esses profissionais iniciam o tratamento com a versão unilateral da mãe, partindo da premissa que o relato dela é verdadeiro. Muitas vezes, isso reforça a alienação. Por isso, os psicólogos devem ouvir todas as partes.

- A promulgação da Lei da Alienação Parental deveria ser precedida de um debate maior e mais intenso, mas a existência da regulamentação do assunto é bastante oportuna, porque densifica este problema.

- A Lei da Alienação Parental tem sido bastante invocada pelos profissionais que atuam no foro de família, que denunciam práticas equivocadas do guardião para atuação preventiva.

- A situação mais grave é quando existem denúncias de abuso físico e/ou sexual. Nestes casos, o Judiciário tem pouco a fazer em um primeiro momento. As partes muitas vezes apresentam histórias envolventes neste sentido e o juiz pode “pagar para ver” ou determinar visitas monitoradas. Quando se revelam falsas, denúncias de abuso sexual constituem fortes indícios de alienação parental.

- Muitas vezes, atos de alienação parental são praticados pela família extensa, especialmente os avós, que entram no conflito para dividir, e não somar. O trabalho para saneamento da alienação parental deve envolver todos os atores envolvidos.

- Uma boa conversa em casos de acusação recíproca pode ser suficiente para evitar a judicialização do conflito e apaziguar as brigas no contexto do fim da família conjugal.

- Dificuldade dos meios de prova nas lides que envolvem relações familiares. A prova testemunhal é muito complicada, porque os depoentes são influenciados por um discurso preconcebido sobre os fatos.

- As soluções no direito de família são complexas quando envolvem os filhos menores, porque o ex-marido e a ex-mulher deverão relacionar-se perenemente, e o magistrado deve estar atento a esta circunstância.

- As crianças conseguem expressar melhor sua vontade conforme crescem, exprimindo melhor sua opinião.

- O direito de família tem discurso fortemente compromissado com o afeto e com a dignidade da pessoa humana, mas é necessária a construção de uma base teórica que consiga concretizar um pouco mais estes valores.

